

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE DO ALGARVE



**PREVENÇÃO À SÍFILIS A PARTIR DE SUJEITOS E SABERES LOCAIS:
Proposta de um modelo de educomunicação em cocriação com indígenas Potiguaras**

Deyse Alini de Moura

Doutoramento em Média-Arte Digital

(Doutoramento em associação)



Tese orientada pelos professores:

Doutor José Manuel Emiliano Bidarra de Almeida (UAb/PT)

Doutor Juciano de Sousa Lacerda (UFRN/BR)

Junho de 2022

PREVENÇÃO À SÍFILIS A PARTIR DE SUJEITOS E SABERES LOCAIS:
Proposta de um modelo de educomunicação em cocriação com indígenas Potiguara

Resumo

Com o status de epidemia adquirido pela sífilis no Brasil em 2016, o Ministério da Saúde (2017) implementou o Projeto de Resposta Rápida à Sífilis nas Redes de Atenção, que visa à redução da sífilis adquirida e em gestantes e à eliminação da sífilis congênita no país. O Projeto “Sífilis Não!” promove ações conjuntas, integradas e colaborativas, envolvendo setores diversos interessados em fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS). Um dos eixos do projeto determina a realização de pesquisas na área da Educomunicação que resultem em produtos que permitam, dentre outras ações, o uso da mediação tecnológica com foco na educação e na comunicação para disseminação de informações voltadas para profissionais, gestores, usuários e população geral. Esta tese propõe a criação de um modelo de Recurso Educacional Aberto (REA) construído em conjunto com indígenas da etnia Potiguara, do município de Baía da Traição (PB), que, ao ser disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem do SUS, permita a comunidades indígenas de todo o país instruírem-se para o uso de *podcasts* na produção e no compartilhamento de conhecimentos em saúde, a partir de sujeitos e saberes locais (Geertz, 2014; Morin & Terena, 2010). A metodologia da pesquisa-ação (Thiollent, 2011) foi aplicada para investigar os hábitos, a cultura, e as necessidades específicas de comunicação da comunidade Potiguara. Pesquisa bibliográfica (Stumpf, 2006), realização de seminário (Oliveira-Formosinho, 2014; Travancas, 2006) e de entrevistas semiestruturadas (Duarte, 2006) compuseram o rol de técnicas que permitiram o aprofundamento da investigação com vistas à sua fundamentação teórica e ao levantamento de dados oficiais sobre a sífilis e a população indígena brasileira. O estudo apontou que os REA desenvolvidos a partir do saber local não apenas contribuem para que os mais excluídos tenham acesso a ambientes educacionais formais e não-formais (UNESCO, 2015), mas são cada vez mais importantes em processos de aprendizagem ao longo da vida (*Lifelong Learning*). Em uma realidade dominada pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC), o uso da internet e o planejamento instrucional que leva em consideração o perfil, as necessidades e o contexto do aluno (Filatro, 2019) são as principais características da nova era da educação.

Palavras-chave: Educomunicação; Projeto “Sífilis Não!”; Indígenas Potiguara; Saber Local; *Lifelong Learning*; AVASUS.

Abstract

With the epidemic status acquired by syphilis in Brazil in 2016, the Ministry of Health (2017) implemented the Rapid Response to Syphilis in Health Care Networks Project, which aims to reduce acquired and maternal syphilis and eliminate congenital syphilis in the country. The “Syphilis No!” Project promotes joint, integrated and collaborative actions, involving several sectors interested in strengthening the Brazilian Unified Health System (SUS). One of the pillars of the project determines the realization of research in the field of Educommunication which results in products that allow, besides other actions, the use of technological mediation focused on education and communication for the dissemination of information aimed at professionals, managers, users, and the general population. This thesis proposes the creation of an Open Educational Resource (OER) model built together with Potiguara indigenous people, from the Baía da Traição (PB), that, when available on the SUS Virtual Learning Environment, will allow indigenous communities from all over the country to learn how to use podcasts in the production and knowledge exchange of health, based on local people and beliefs (Geertz, 2014; Morin & Terena, 2010). The methodology of action research (Thiollent, 2011) was applied to investigate the habits, culture, and specific communication needs of the Potiguara community. Bibliographic research (Stumpf, 2006), seminars (Oliveira-Formosinho, 2014; Travancas, 2006) and semi-structured interviews (Duarte, 2006) comprised the list of techniques that allowed the deepening of the research with a view to its theoretical foundation and the collection of official data on syphilis and the Brazilian indigenous population. The study pointed out that OER developed from local knowledge not only contributes to providing access to a formal and non-formal educational environment for the most excluded (UNESCO, 2015), but are increasingly important in the Lifelong Learning process. In a reality dominated by information and communication technologies (ICT), the use of the internet and instructional planning that takes into account the learner’s profile, needs, and context (Filatro, 2019) are the main characteristics of the new era of education.

Keywords: Educommunication; “Syphilis No!” Project; Potiguara Indians; Local Knowledge; Lifelong Learning; AVASUS.

Resumén

Con el estado epidémico adquirido por la sífilis en Brasil en 2016, el Ministerio de Salud (2017) implementó el Projeto de Resposta Rápida à Sífilis en las redes de atención, que pretende reducir esta enfermedad en las mujeres embarazadas además de la eliminación de la sífilis congénita en el país. El proyecto "“Sífilis Não!”" fomenta el trabajo conjunto, integrado y acciones de colaboración, con la participación de diversos sectores interesados en el fortalecimiento del Sistema Único de Saúde (SUS). Uno de los objetivos del proyecto es la realización de investigaciones en el área de la Educomunicación que den como resultado productos que permitan, entre otras acciones, el uso de la mediación tecnológica con enfoque en la educación y la comunicación para la difusión de información dirigida a profesionales, gestores, usuarios y población en general. Esta tesis propone la creación de un modelo de Recurso Educativo Abierto (REA) construido en conjunto con los indígenas potiguaras del municipio de Baía da Traição (PB) que, al ser puesto a disposición en el Ambiente Virtual de Aprendizaje del SUS, permite que las comunidades indígenas de todo el país aprendan a utilizar los podcasts en la producción y el intercambio de conocimientos sobre la salud, a partir de temas y conocimientos locales (Geertz, 2014; Morin & Terena, 2010). La metodología de investigación-acción (Thiollent, 2011) fue aplicada para investigar los hábitos, la cultura y las necesidades específicas de comunicación de la comunidad Potiguara. La investigación bibliográfica (Stumpf, 2006), el seminario (Oliveira-Formosinho, 2014; Travancas, 2006) y las entrevistas semiestructuradas (Duarte, 2006) compusieron la lista de técnicas que permitieron profundizar la investigación con vistas a su fundamentación teórica y a la recolección de datos oficiales sobre la sífilis y la población indígena brasileña. El estudio demostró que los REA desarrollados a partir de los conocimientos locales no sólo contribuyen a que los más excluidos tengan acceso a entornos educativos formales y no formales (UNESCO, 2015), sino que son cada vez más importantes en los procesos de aprendizaje permanente. En una realidad dominada por las tecnologías de la información y la comunicación (TIC), el uso de Internet y la planificación de la enseñanza que tiene en cuenta el perfil, las necesidades y el contexto del alumno (Filatro, 2019) son las principales características de la nueva era de la educación.

Palabras clave: Educomunicación; Projeto “Sífilis Não!”; Indígenas Potiguara; Conocimiento Local; Lifelong Learning; AVASUS.

Agradecimentos

À família, pelo apoio e amor incondicionais.

Aos amigos, pela paciência e palavras de incentivo.

À Maria das Graças Rocha Soares, por absolutamente tudo.

Aos orientadores, em especial ao professor José Bidarra, que me guiou sempre com muita calma e confiança.

À comunidade indígena Potiguara de Baía da Traição, em especial a Brenno Xavier e à Pajé Sanderline Ribeiro, que tanto me ensinaram durante os momentos de vivência e de trocas.

Aos que passaram pela minha vida nesses quase 40 anos de história e, nessa trajetória, de alguma forma, com algum gesto, alguma palavra, com acolhimento ou ensinamentos contribuíram para que aqui eu chegasse.

A vida não é sobre coisas. É sobre amor.

Índice

Resumo	III
Abstract	IV
Resumén	V
Agradecimentos	VI
Índice	VII
Índice de figuras	X
Lista de abreviaturas e siglas	XII
Capítulo 1: Introdução	1
1.1 Contextualização	1
1.2 Justificativa da pesquisa	4
1.3 Questão central da pesquisa	6
1.4 Objetivo principal	10
1.4.1 Objetivos específicos	10
1.5 Metodologia	11
1.5.1 Técnicas de pesquisa	13
1.6 Estrutura da tese	15
Capítulo 2: Educação mediada por tecnologia como instrumento de mobilidade social	16
2.1 Objetos de Aprendizagem (OA)	18
2.2 Recurso Educacional Aberto (REA)	22
2.3 Design instrucional (DI)	27
Capítulo 3: O Ambiente Virtual de Aprendizagem do SUS e a educação em saúde a partir de demandas locais	33
3.1 Produção de conhecimento a partir de saberes locais	38
3.2 Experiência na Tanzânia: produzindo o curso “Atividade do voluntário de saúde comunitária em localidades rurais”	42
3.2.1 Cocriar	42
3.2.2 Demanda	43
3.2.3 Produção	45
3.2.4 Produto	48
Capítulo 4: Do rádio ao podcast: a comunicação sonora e a educação no Brasil	50
4.1 A função social do rádio	50
4.2 Podcast: a evolução do rádio como recurso educacional	53

4.2 A etnomídia indígena	57
Capítulo 5: Os Potiguara e o sistema de saúde brasileiro	62
5.1 Os indígenas Potiguara	63
5.1.1 Organização política, moradia e aldeias	67
5.1.2 Sistema de produção	68
5.1.3 A tradição do Toré	72
5.1.4 Turismo étnico	74
5.1.5 Linguagem	78
5.2 Política Nacional de Saúde Indígena	81
5.3 Saúde potiguara: o 27º DSEI	89
5.4 As subnotificações	90
5.4.1 Números da Sífilis na população indígena: Brasil e Paraíba	92
Capítulo 6: Estudo empírico	97
6.1 Pesquisa-ação	97
6.1.1 Planejando: contato, programação e divulgação	98
6.1.2 Oficina	103
6.1.3 Contribuições	110
6.1.3.1 Dia 1	110
6.1.3.2 Dia 2	114
6.2 Entrevistas	116
6.2.1 Comadre Guerreira Potiguara, Anciã	116
6.2.2 Cida Potiguara, parteira e enfermeira	117
6.2.3 Sever, artista plástico	118
6.2.4 Cacique Raqué	119
6.2.5 Pajé Amanacy	120
6.3 Desenho do curso: propondo um modelo	121
6.3.1 Visão Geral do Curso	122
6.3.2 Seleção dos conteúdos	122
6.3.3 Linguagem	125
6.3.4 Interface Gráfica	125
Capítulo 7: Conclusão e recomendações finais	130
Bibliografia	134
Anexos	145
Anexo 1 – Cartilha produzida para a pesquisa de campo	145
Anexo 2 – Relatório da atividade de extensão	146
Anexo 3 – Folha de rosto da pesquisa, gerada pela Plataforma Brasil	147

<i>Anexo 4 – Carta de anuência para realização da pesquisa na comunidade</i>	148
<i>Anexo 5 – Parecer da CONEP favorável à realização da pesquisa</i>	149
<i>Anexo 6 – Parecer do CEP favorável à realização da pesquisa</i>	150
<i>Anexo 7 – Autorização da Secretaria de Saúde Indígena</i>	151
<i>Anexo 8 – Apresentação utilizada na oficina no Dia 1</i>	152
<i>Anexo 9 – Apresentação utilizada na oficina no Dia 2</i>	152
<i>Anexo 10 – Relatório de retroação – Exposição Retiro Doutoral do DMAD. Artefacto Sinta, Ouça, Ame (S.O.A)</i>	153

Índice de figuras

<i>Figura 1 - Os 5 R dos Recursos Educacionais Abertos, de acordo com Wiley.</i>	26
<i>Figura 2 – Fluxos para o estímulo à produção de Recursos Educacionais Abertos.</i>	27
<i>Figura 3- Fluxo do material educacional desde sua elaboração até sua disponibilização ao público.</i>	37
<i>Figura 4 - Captura de tela de módulos educacionais sobre a Sífilis disponíveis no AVASUS.</i>	38
<i>Figura 5 - Tradutor trabalhando com um médico e com a designer instrucional durante as gravações.</i>	46
<i>Figura 6 - Captura de tela do vídeo de boas-vindas do curso.</i>	47
<i>Figura 7 - Residentes da comunidade da Tanzânia simulando uma cena de desmaio.</i>	48
<i>Figura 8 - Captura de tela da vinheta de abertura do curso.</i>	48
<i>Figura 9 - Captura da tela inicial de informações sobre o curso.</i>	49
<i>Figura 10 - Roquette-Pinto, um dos fundadores do rádio no Brasil.</i>	51
<i>Figura 11 - Ancião presente no ritual do Toré do Dia do Indígena 2022, na Aldeia São Francisco - Baía da Traição.</i>	63
<i>Figura 12 - Territórios Indígenas (TI) do povo Potiguara na Paraíba.</i>	65
<i>Figura 13 – Vista das falésias de Baía da Traição.</i>	67
<i>Figura 14 - Calendário anual das principais atividades produtivas, conforme estação climática.</i>	69
<i>Figura 15 - Baía na qual ficam atracados os barcos dos pescadores locais, em Baía da Traição.</i>	70
<i>Figura 16 - Barra do Rio Mamanguape, que margeia, ao Sul, o Território Potiguara na Paraíba.</i>	71
<i>Figura 17 - Início do ritual do Toré, em que os indígenas se encaminham para as furnas para evocar espíritos da mata para proteção e auxílio.</i>	72
<i>Figura 18 - Durante o Toré de 19 de abril de 2022, indígena reivindica que a identidade étnica faça parte do documento de identificação (Registro Geral - RG) dos indígenas.</i>	73
<i>Figura 19 - Indígenas consomem bebida durante o Toré no Dia do Indígena de 19 de abril de 2022.</i>	74
<i>Figura 20 - Pórtico de entrada do município de Baía da Traição. A instalação conta com formas que representam um arco, uma flecha, e um barco, além de pinturas que remetem à iconografia Potiguara e a elementos de sua cultura, como as folhas da jurema e o filtro dos sonhos.</i>	75
<i>Figura 21 – Instalação muito comum nos municípios brasileiros, com dizeres que remetem ao amor dos visitantes/ moradores ao local em que se encontram. Na foto, a mensagem significa "Eu amo Baía da Traição).</i>	75
<i>Figura 22 - Placa de sinalização assentada no caminho de uma trilha pelo litoral de Baía da Traição,</i>	76
<i>Figura 23 - Mulher indígena expõe bijuterias artesanais à venda durante o Toré do Dia do Indígena 2022.</i>	76
<i>Figura 24 - Indígena Potiguara apresentando as ruínas da Igreja de São Miguel a grupo de turistas.</i>	77
<i>Figura 25 - Capa de uma das primeiras apostilas utilizadas no processo de revitalização do Tupi antigo, processo iniciado há cerca de duas décadas no estado da Paraíba.</i>	80
<i>Figura 26 - Estrutura da Secretaria de Saúde Indígena.</i>	84
<i>Figura 27 - Localização dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI.</i>	86

<i>Figura 28 - Estrutura de Polo Base do DSEI junto às unidades de saúde das comunidades indígenas e sua ligação com a CASAI e os centros de referência do SUS.</i>	87
<i>Figura 29 - Área de abrangência do 27º DSEI.</i>	90
<i>Figura 30 – Itajaciana, conselheira distrital de saúde dos Potiguara.</i>	98
<i>Figura 31 - Capa e página de apresentação da cartilha produzida para a atividade.</i>	100
<i>Figura 32 - Peça de divulgação da atividade.</i>	101
<i>Figura 33 - Captura de tela da página de registro da oficina como atividade de extensão.</i>	102
<i>Figura 34 - Organizando formulários e mesa de recepção da atividade.</i>	103
<i>Figura 35 - Orientando participante quanto à forma correta de assinar os formulários de autorização.</i>	104
<i>Figura 36 - Iniciando a atividade.</i>	105
<i>Figura 37 - Explicando aos participantes os objetivos da pesquisa e daquela atividade.</i>	105
<i>Figura 38 - Entre os participantes da oficina, destacavam-se olhos atentos e curiosos de crianças e adolescentes.</i>	106
<i>Figura 39 - No encerramento do primeiro dia, apresentamos os conceitos de etnomídia e alguns exemplos de veículos com espaços voltados para a cobertura de assuntos indígenas ou produzidos por índios.</i>	106
<i>Figura 40 - Jeferson explicando o surgimento do termo podcast.</i>	107
<i>Figura 41 - As cartilhas foram distribuídas no segundo dia de atividade e continham o passo a passo para produção do podcast, para os participantes acompanharem as explicações.</i>	108
<i>Figura 42 - Ao fim da atividade, Jeferson e eu reforçamos que a ideia era que eles tivessem acesso a essas informações para que se apropriassem da tecnologia, uma forma bastante simples e barata para comunicar.</i>	108
<i>Figura 43 - Mãe acompanhando a oficina com seu filho pequeno.</i>	109
<i>Figura 44 - Equipe e participantes em frente à Oca da Toré Forte ao fim da atividade.</i>	109
<i>Figura 45 - Jadson falou sobre sua experiência com comunicação na adolescência e a importância de troca de informações e conhecimento entre as gerações.</i>	112
<i>Figura 46 - Íris fala sobre o coletivo audiovisual que está iniciando com outros jovens da comunidade.</i>	114
<i>Figura 47 - Entrevista com a Comadre Guerreira Potiguara.</i>	116
<i>Figura 48 - Aparecida (Cida Potiguara) é parteira e enfermeira em Baía da Traição.</i>	117
<i>Figura 49 - O artista plástico Sever utiliza as redes sociais para divulgar seu trabalho.</i>	118
<i>Figura 50 - Cacique Raqué falou sobre usar o que é novo para ter mais qualidade de vida.</i>	119
<i>Figura 51 - Sanderline Ribeiro é Pajé e cuida das pessoas com a medicina da floresta.</i>	121
<i>Figura 52 - Identidade visual da apostila do curso.</i>	126
<i>Figura 53 - Identidade visual aplicada a início de aula.</i>	127
<i>Figura 54 - Boxes do projeto gráfico do curso.</i>	128
<i>Figura 55 - Última capa do projeto para a apostila, com as marcas dos órgãos envolvidos no projeto.</i>	129

Lista de abreviaturas e siglas

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABPod	Associação Brasileira de <i>Podcasters</i>
ACSI	Agente Comunitário de Saúde Indígena
AIS	Agente Indígena de Saúde
AISAN	Agente Indígena de Saneamento
ARPUB	Associação das Rádios Públicas do Brasil
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
AVASUS	Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde
CASAI	Casa de Saúde Indígena
CC	<i>Creative Commons</i>
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CONDISI	Conselhos Distritais de Saúde Indígena
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
DASI	Departamento de Atenção à Saúde Indígena
DCCI	Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis
DEAMB	Departamento de Determinantes Ambientais da Saúde Indígena
DI	Design Instrucional
DIC	Design Instrucional Contextualizado
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
EaD	Educação a Distância
EMSI	Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena
EPS	Educação Permanente em Saúde
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HSH	Homens que Fazem Sexo com Homens
HUOL	Hospital Universitário Onofre Lopes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEEE	<i>Institute of Electrical and Electronic Engineers</i>
IST	Infecção Sexualmente Transmissível

LAIS	Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde
LTSC	<i>Learning Technology Standards Committee</i>
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OA	Objeto de Aprendizagem
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OER	<i>Open Educational Resource</i>
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OSI	<i>Open Society Institute</i>
PCDT	Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis
PIB	Produto Interno Bruto
PNAISM	Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres
PNASPI	Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas
PNEPS	Política Nacional de Educação Permanente em Saúde
REA	Recurso Educacional Aberto
SasiSUS	Subsistema de Atenção à Saúde Indígena
SEDIS	Secretaria de Educação a Distância
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SGTES	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
SIASI	Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SRE	Serviço de Radiodifusão Educativa
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Terra Indígena
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UBSI	Unidade Básica de Saúde Indígena
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UIL	<i>UNESCO Institute for Lifelong Learning</i>
UN	<i>United Nations</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
YWAM	<i>Youth with a Mission</i>

Capítulo 1: Introdução

Neste capítulo introdutório, apresentamos o contexto e a problemática desta tese, cujo principal objetivo foi desenvolver uma proposta de educomunicação orientada para o combate à sífilis junto à população indígena brasileira. O estudo é parte do Projeto de Pesquisa Aplicada para Integração Inteligente Orientada ao Fortalecimento das Redes de Atenção para Resposta Rápida à Sífilis, do Ministério da Saúde do Brasil.

A produção e o compartilhamento de conhecimentos em saúde produzidos a partir de sujeitos e saberes locais são conceitos centrais da pesquisa, cuja etapa empírica foi realizada em comunidade indígena da etnia Potiguara, no município de Baía da Traição, Nordeste brasileiro. Com base em informações relativas à saúde, aos hábitos, à cultura e aos modos de comunicação dos membros dessa aldeia, coletadas por meio de seminário e entrevistas, foi criado o modelo de Recurso Educacional Aberto que será disponibilizado em Ambiente Virtual de Aprendizagem, uma das ferramentas largamente utilizadas para a promoção da aprendizagem ao longo da vida.

1.1 Contextualização

A sífilis, infecção sexualmente transmissível (IST) causada pela bactéria *Treponema Pallidum*, apesar de antiga e de simples prevenção e tratamento, representa, ainda atualmente, um sério problema de saúde pública mundial, em virtude do elevado número de ocorrências da infecção, principalmente em países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Mesmo em países desenvolvidos, a infecção tem alcançado elevação em seu número de casos, especialmente nos últimos dez anos. De acordo com estimativas da Organização Mundial da Saúde, são mais de 6 milhões de pessoas afetadas pela infecção em todo o mundo a cada ano¹.

¹ Organização Mundial da Saúde publica novas estimativas sobre sífilis congênita - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde. (n.d.). Retrieved January 30, 2022, from <https://www.paho.org/pt/noticias/28-2-2019-organizacao-mundial-da-saude-publica-novas-estimativas-sobre-sifilis-congenita>

Apresentando manifestações clínicas variadas e diferentes estágios de evolução (sífilis primária, secundária, latente e terciária), a sífilis pode ser transmitida por relação sexual sem preservativo com uma pessoa infectada, ou ser transmitida para a criança durante a gestação ou parto, a denominada sífilis congênita².

De acordo com o Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI), do Ministério da Saúde³, em 2016 o Brasil registrava 91.117 casos de sífilis adquirida; 38.296 de sífilis em gestantes; e 21.254 casos de sífilis congênita em menores de um ano de idade.

Naquele ano, o Ministério da Saúde brasileiro admitiu que o país vivia uma epidemia de sífilis⁴. Em setembro de 2017, após ampla auditoria, o Tribunal de Contas da União⁵ recomendou ao Ministério da Saúde que instituísse o monitoramento e a avaliação sistemáticos nos serviços de saúde municipais, elaborando estratégias de ação para capacitação de profissionais de saúde na prevenção, diagnóstico e tratamento da sífilis, além do reforço de medidas em relação às populações-chave para o combate à sífilis adquirida: trabalhadoras do sexo, gays e Homens que Fazem Sexo com Homens (HSH), pessoas transexuais e pessoas que usam drogas (UFRN, 2018).

Com o objetivo de enfrentar esse cenário epidêmico, o Ministério da Saúde brasileiro apresentou e aprovou, no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), o Projeto de Pesquisa Aplicada para Integração Inteligente Orientada ao Fortalecimento das Redes de Atenção para Resposta Rápida à Sífilis - Projeto “Sífilis Não!”⁶. Executado pelo Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde do Hospital Universitário Onofre Lopes (LAIS/HUOL)⁷, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o projeto prevê estratégias

² Brasil. Ministério da Saúde. (n.d.). Sífilis | Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Retrieved January 25, 2022, from <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/infecoes-sexualmente-transmissiveis/sifilis>

³ Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. (n.d.). Indicadores Sífilis - DCCI. Indicadores e Dados Básicos Da Sífilis Nos Municípios Brasileiros. Retrieved January 30, 2022, from <http://indicadoressifilis.aids.gov.br/>

⁴ Ministro da Saúde admite que Brasil vive uma epidemia de sífilis. (n.d.). Estadão - Saúde. Retrieved September 20, 2020, from <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-da-saude-admite-que-brasil-vive-uma-epidemia-de-sifilis.10000083382>

⁵ TCU faz recomendações ao Ministério da Saúde para conter aumento dos casos de sífilis no País. (n.d.). Portal TCU. Retrieved September 14, 2020, from <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-faz-recomendacoes-ao-ministerio-da-saude-para-conter-aumento-dos-casos-de-sifilis-no-pais.htm>

⁶ “Sífilis Não!” (n.d.). Retrieved September 21, 2020, from http://sifilisnao.com.br/index_desktop.html

⁷ LAIS (HUOL). (n.d.). Projetos. Retrieved September 20, 2020, from <https://lais.huol.ufrn.br/?projetos=sifilis-nao>

nacionais que vão além da descentralização organizacional do sistema e que incorporem investimentos em saúde apoiados na equidade regional, a fim de superar as dificuldades do financiamento da saúde no cenário atual. Para tanto, aposta-se na articulação e aprofundamento da resposta à sífilis nas redes primárias de atenção à saúde, pressupondo também a participação direta das organizações de base comunitária no território e articuladas aos serviços de saúde.

De acordo com o Ministério da Saúde (2017), o projeto “Sífilis Não!” tem como objetivos principais a redução da sífilis adquirida e em gestantes e a eliminação da sífilis congênita no Brasil. Um dos eixos do projeto prevê pesquisas na área da Educomunicação, com produtos que permitam: (a) a operacionalização de um ecossistema comunicativo com relações amplas e sólidas entre comunicação e educação; (b) o uso da mediação tecnológica com foco na educação e comunicação para disseminação de informações voltadas para profissionais, gestores, usuários, população geral; (c) e o desenvolvimento de ferramentas de educomunicação para serem disponibilizadas a todos os municípios. Como resultado, o projeto visa ao desenvolvimento de cursos mediados por tecnologia para qualificação da resposta à sífilis nas redes de atenção.

Dados mais recentes do Boletim Epidemiológico da Sífilis (2021) apontam que, em 2020, foram registrados 115.371 casos de sífilis adquirida; 61.441 casos de sífilis em gestantes; 22.065 casos de sífilis congênita; e 186 óbitos por sífilis congênita. Embora os números estejam em declínio, após dois anos de crescimento (2017 e 2018), a publicação reforça que parte dessa redução pode estar relacionada à identificação de problemas de transferência de dados entre as esferas de gestão do SUS, e que a queda no número de casos também pode decorrer de uma subnotificação dos casos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan)⁸, devido à mobilização local dos profissionais de saúde ocasionada pela pandemia de covid-19.

⁸ Brasil. Ministério da Saúde. (n.d.). Página inicial. Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN. Retrieved September 21, 2020, from <http://portalsinan.saude.gov.br/>

1.2 Justificativa da pesquisa

Estratégias de pesquisa em comunicação e educomunicação que fortaleçam cenários e sujeitos locais fazem parte da linha de pesquisa do Projeto “Sífilis Não!” contida no eixo que tem como principal meta intervir sobre o problema da sífilis no Brasil. O uso de mediação tecnológica com foco na educação e na comunicação para disseminação de informações voltadas para profissionais, gestores, usuários, e população geral é previsto expressamente no documento do Ministério da Saúde (2017) que fundamenta a iniciativa como uma das táticas a serem implementadas.

Esta tese parte de uma provocação de um setor específico do Ministério da Saúde – a Coordenação Geral de Vigilância das Infecções Sexualmente Transmissíveis (CGIST) – para o atendimento de uma demanda direcionada: a ausência de soluções locais produzidas no âmbito da capacitação em saúde para a vida e, neste caso em especial, para a prevenção, diagnóstico e tratamento da sífilis no contexto de populações vulneráveis, como é o caso das comunidades indígenas. O Acórdão publicado pelo TCU (2017) enfatiza, em seu item 121, a necessidade do uso de estratégias para que os indivíduos absorvam a informação sobre a infecção. Diz o documento (2017, grifo nosso): “É preciso adaptar a linguagem utilizada para direcionar a mensagem para grupos susceptíveis, utilizar estratégias diferentes para cada grupo específico de receptor (*indígenas*, adolescentes, mulheres etc.)”.

Além da vulnerabilidade das comunidades indígenas, a invisibilidade desse público também é uma questão a ser considerada quando se trata de números levantados em pesquisas sobre as IST. Essas condições, que podem ser ensejadas por questões como isolamento, localização e linguagem, dificultam a construção de séries históricas de indicadores de saúde. De acordo com o Boletim Epidemiológico da Sífilis de 2021, a notificação de indivíduos de raça/cor amarela e indígena somou 1,6% dos casos em 2020, número que, embora represente uma melhora na série de registro dos casos, denuncia uma subnotificação de incidências no grupo étnico. Embora baixa, a publicação aponta que a porcentagem é um incremento no preenchimento da informação raça/cor.

Underreporting of cases in the national databases and flaws in when filling the files, especially in the item ethnicity/skin color, are among the main problems that affect the quality of Sinan data related to syphilis in indigenous. This variable is self-declared by the patient and not filling this field in the notification file may influence on the performance of SUS and of the Subsystem of Indigenous Health, once it allows the identification of health needs from specific groups, enabling better health actions and the reduction of iniquity among the ethnic groups.

(Tiago et al., 2017)

A Estratégia Global do Setor de Saúde da OMS sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis identificou como uma de suas quatro principais metas para 2030 a eliminação da sífilis congênita como um problema de saúde pública (Korenromp et al., 2019). De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (2019), o número de mulheres e bebês afetados pela sífilis em todo o mundo permanece inaceitavelmente alto e, para reverter o quadro, é preciso que todas as mulheres recebam exames diagnósticos e tratamento precoces como parte dos cuidados pré-natais de alta qualidade para uma experiência positiva de gravidez. A organização preconiza que programas de saúde precisam trabalhar com mulheres, famílias e *comunidades* para que estas compreendam melhor as necessidades de mães e recém-nascidos, procurar soluções que respondam a tais necessidades e planejar serviços e ações.

Os trabalhadores de saúde precisam de compreender as percepções e crenças de mulheres e comunidades em relação à saúde de mães e recém-nascidos, incluindo questões sobre: cuidados de saúde durante a gravidez e problemas de saúde de mulheres grávidas; o estigma associado a doenças sexualmente transmissíveis; o papel dos homens como motivadores ou barreiras à procura de cuidados de saúde; a dinâmica da tomada de decisões familiares; as preferências em cuidados durante a gravidez e as percepções da qualidade dos cuidados dos serviços de saúde. Tais conhecimentos são cruciais para criar estratégias apropriadas para aumentar os conhecimentos sobre saúde, doença e prevenção de doenças, e promover ações apropriadas.

(Organização Mundial da Saúde, 2008, grifos nossos)

Assim, esta pesquisa encontra justificativa no próprio escopo no Projeto “Sífilis Não!”, levando-se em consideração: 1) que a população indígena encontra-se entre as populações-chave a serem contempladas pela iniciativa do Governo Federal com vistas à eliminação da sífilis congênita e diminuição de casos de sífilis adquirida e em gestantes; 2) a vulnerabilidade desse público e sua invisibilidade no contexto de políticas públicas globais de saúde, consequências da subnotificação de casos registrada pelos sistemas oficiais; 3) a necessidade de ferramentas de educação específicas para o alcance desse público e que permitam seu acesso a informações qualificadas para prevenção, diagnóstico e tratamento em saúde.

1.3 Questão central da pesquisa

De acordo com Soares (2006), quando se fala em **Educomunicação**, refere-se a um campo de pesquisa, de reflexão e de intervenção social, cujos objetivos, conteúdos e metodologia são essencialmente diferentes tanto da Educação Escolar quanto da Comunicação Social.

A ação que se desenvolve nesse campo de multirrelação é política porque, essencialmente, ela se dá num espaço de realizações. Isto é: de atualização ou concretização de projetos que nascem dos sonhos e/ou necessidades dos grupos sociais em processo de formação e organização.

(Soares, 2006)

Na área da educação a distância aplicada à saúde, as tecnologias disponíveis são focadas, em geral, como modelos e propostas direcionadas para a formação de profissionais que atuam na área da saúde, em cursos para formação em larga escala em práticas e procedimentos do campo profissional. Há uma patente escassez do uso de recursos de educomunicação a distância voltadas e construídas a partir de **soluções locais**. De acordo com Geertz (2014), é preciso que o conhecimento (não o saber sistematizado) se construa a partir da compreensão de significados localizados, próprios dos contextos culturais em que são produzidos.

Para Marin (2009), a valorização da cultura local no processo de construção de conhecimento propicia também a reconstrução de autoestima e da dignidade das pessoas afetadas pela dominação ocidental. Segundo o autor, é preciso construir uma concepção educativa que associe conhecimentos locais e conhecimentos globais que nos permitam pensar localmente para atuar globalmente.

Na busca de uma perspectiva intercultural que admita a igualdade dos conhecimentos, para além de toda categorização e hierarquização que nos foram impostas pelo etnocentrismo da dominação cultural ocidental, a perspectiva intercultural pode nos permitir revalorizar os saberes locais e criar as condições para compartilhá-los em uma perspectiva de complementaridade, que vá para além da mesquinha realidade da lógica do saber, traduzido como poder e como dominação. Trata-se de associar os conhecimentos produzidos pelo Ocidente com os conhecimentos produzidos pelas culturas tradicionais, locais ou regionais, considerando seus contextos de produção.

(Marin, 2009)

Saraceni et al. (2005) explicam que a sífilis é uma doença antiga. Há relatos de sua ocorrência na Europa em período anterior às viagens que levaram Cristóvão Colombo ao descobrimento do continente americano. Na passagem para o século XVI, a infecção transformou-se em uma pandemia, com um quadro clínico muito agudo e frequentemente fatal para os infectados. Assim, depreende-se que as populações tradicionais aqui encontradas pelos forasteiros, além de inúmeros outros fatores de suas vidas, tiveram sua

saúde amplamente afetada com a chegada deste e de outros vírus até então desconhecidos. A abertura da ciência ocidental ao conhecimento dessas populações tradicionais pode ser vista, nesse sentido, como uma reparação histórica e social, como aponta o líder indígena brasileiro Marcos Terena, pertencente à etnia indígena Xané:

Queremos dizer isso para vocês, no sentido de mostrar que a ciência do homem branco precisa conversar com a ciência indígena. Porque você pode usar quinze anos fazendo uma pesquisa, gastar 300 milhões de dólares em vão. Ao passo que, conversando com os índios e fazendo acordo com os povos indígenas, podemos fazer com que toda a riqueza e conhecimento não tenha tantos gastos e que o dinheiro das pesquisas possa ser utilizado para matar a fome dos próprios parentes, dos menores abandonados, das pessoas que não têm o que comer nem o que beber.

(Morin & Terena, 2010)

A Agenda 2030 de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2015) elenca como metas 3 e 4, respectivamente: garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Para atingir esses objetivos, a Assembleia Geral da ONU defende que a adoção da metodologia de aprendizagem ao longo da vida e dos Recursos Educacionais Abertos pelos países proporcionaria o acesso à educação a mais pessoas, a custos mais baixos.

People who are vulnerable must be empowered. Those whose needs are reflected in the Agenda include all children, youth, persons with disabilities (of whom more than 80 per cent live in poverty), people living with HIV/AIDS, older persons, *indigenous peoples*, refugees and internally displaced persons and migrants.

(United Nations, 2015, grifo nosso)

O conceito de aprendizagem ao longo da vida adotado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2015) remete ao processo de aprender durante toda a vida (do berço ao túmulo), com esse acesso ao conhecimento estando disponível para pessoas de todas as idades, sendo ministrado e realizado por meio de uma variedade de modalidades e atendendo a uma ampla gama de necessidades e demandas de aprendizagem. Já o termo Recurso Educacional Aberto (*Open Educational Resource*) foi adotado pela organização em 2002, e é definido como “material digitalizado oferecido livre e abertamente para utilização e reutilização no ensino, na aprendizagem e na pesquisa” (V. M. da Costa, 2014).

In its simplest form, the concept of Open Educational Resources (OER) describes any educational resources (including curriculum maps, course materials, textbooks, streaming videos, multimedia applications, *podcasts*, and any other materials that have been designed for use in teaching and learning) that are openly available for use by educators and students, without an accompanying need to pay royalties or licence fees. [...] The most important reason for harnessing OER is that openly licensed

educational materials have tremendous potential to contribute to improving the quality and effectiveness of education.

(UNESCO and Commonwealth of Learning 2011, 2015)

O mundo globalizado e digital transformou a forma de aprender e de ensinar. As tecnologias da informação e comunicação (TIC) têm suas lógicas de funcionamento adaptadas às demandas educacionais. *Smartphones* e *tablets*, *apps* de comunicação e recursos educacionais abertos passam a fazer parte do currículo escolar. Com as mudanças enfrentadas pela sociedade nas últimas décadas, o conhecimento evolui cada vez mais rapidamente, e o ensino e a aprendizagem em rede abraçam as novas ideias e práticas do ensino a distância (*e-learning*). Assim, a educação mediada por tecnologias e a convergência das mídias constituem uma realidade com a qual educadores de todo o mundo estão tendo que lidar (Bidarra, 2018). Para Moreira (2018), as redes globais de conhecimento e de circulação de ideias são fundamentais para a construção de uma visão comum daquilo que é necessário aprender em todo o planeta e, assim, também é construída uma visão da educação como fortemente associada ao processo de globalização.

Convergência, de acordo com Jenkins (2009), é a palavra que define as mudanças tecnológicas, industriais, culturais e sociais no modo como as mídias circulam em nossa cultura. Em um conceito mais amplo, a convergência se refere a uma situação em que múltiplos sistemas de mídia coexistem e na qual o conteúdo passa por eles fluidamente. Um processo em que um único conteúdo é replicado em diferentes mídias pode ser uma das aplicações do conceito de convergência. O rádio é o pioneiro entre os meios eletrônicos. No Brasil, surgiu nos anos 1920 em torno de clubes de aficionados, e se afirmou como fonte de informação e entretenimento popular somente nos anos 1930 e 1940. De acordo com Ferraretto (2012), o rádio passou por inúmeras fases: a fase de implantação foi seguida pela fase de difusão, marcada pela regulamentação da publicidade, no início dos anos 1930; nos anos 1940, viveu a fase dos espetáculos (programas de auditório, humorísticos, radionovelas), que migraram para a TV nos anos 1950; pouco depois, a popularização do transistor possibilitou a miniaturização dos aparelhos receptores, e teve início a fase de segmentação. A partir dos anos 1990, com a chegada da internet e o avanço da telefonia móvel, o rádio entra na fase da convergência.

A reconfiguração do rádio diante do avanço das tecnologias digitais de criação, produção, edição, distribuição e consumo de áudio suscitou a criação de diversos neologismos. Um deles é o conceito de ciberrádio, desenvolvido pelo próprio Cebrián Herreros. Para o autor espanhol, o ciberrádio se caracterizaria por outorgar um novo papel à audiência, ao incorporar elementos da internet ao rádio

tradicional, tais como hipertextualidade e interatividade, e ao possibilitar experimentações em termos de linguagem, como audioblogs e *podcasting*.

(Kischinhevsky, 2017)

Participar desta rede global de comunicação também é a expectativa dos indígenas (Gallois & Carelli, 1998) que, por conta da lógica de mercado dos meios, acabam por serem desafiados a viabilizar seus próprios espaços e a controlar a difusão de suas próprias vozes. As sociedades indígenas preocupam-se com o impacto que a utilização de artefatos tecnológicos tem desencadeado em suas culturas. Para esses povos, é importante que a utilização e a incorporação dessas tecnologias a suas culturas não as corrompam ou degenerem, e que esses artefatos sejam instrumentos de contribuição para a preservação da identidade cultural de cada povo (Silva & Oliveira, 2012). Pessotto (2016) ressalta que, embora a cultura popular regionalizada venha ganhando algum espaço, seu alcance e poder de influência são curtos, considerando a presença de conteúdos produzidos a partir desse local nos meios de comunicação de massa. Desse modo, para a autora “essas identidades nacionais acabam tendo um grande risco de se confundirem apenas com tradições e memórias, embrenhando para a área do folclore, enquanto as identidades globais são ativadas no cotidiano”. Por isso a importância de propiciar que a incorporação de novas tecnologias de comunicação por essas populações originárias se dê de forma integrada a suas vivências, demandas e culturas.

A mídia sonora é proposta nesta pesquisa como instrumento educacional a ser utilizado pela população indígena para a produção e o consumo de informações em saúde por trazer em sua essência uma característica cara ao comunicar dos povos tradicionais: a **oralidade**. Para Paiva (2013), as narrativas indígenas constituem fonte de informação, na medida em que a informação é fruto da interpretação das pessoas que se relacionam com ela. De acordo com a autora, por meio das narrativas os Potiguara interagem socialmente, transmitem suas tradições, crenças, costumes, a forma de verem o mundo e, assim, repassam seus valores às novas gerações. Na passagem a seguir, de *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*, o xamã e porta-voz dos Yanomami, Davi Kopenawa, transmite a importância do falar e do ouvir para as populações indígenas:

Acontece assim. Os jovens moradores e convidados começam a cantar respondendo uns aos outros, aos pares, de pé um diante do outro, na praça central da casa. Quando terminam, vão sendo substituídos aos poucos pelos homens mais experientes, que vão se sucedendo sem descanso até o meio da noite. É isso que chamamos de wayamuu. As palavras desses diálogos se alongam muito. São como as notícias de rádio dos brancos. Nelas relatamos o que ouvimos em visita a outras casas. É assim que, às vezes, alertamos nossos convidados de que pessoas de longe têm raiva deles e querem desafiá-los com a

borduna ou até flechá-los. Nesses diálogos falamos também dos males que afligem os nossos. Evocamos os que foram mordidos por cobra, os que tiveram seu duplo animal rixi ferido por caçadores inimigos, aqueles cujos ossos foram quebrados por feiticeiros oka e os que foram devorados pela epidemia xawara.

(Kopenawa & Bruce, 2015)

Esta pesquisa visa desenvolver um modelo de produto de educomunicação a ser disponibilizado na internet como Recurso Educacional Aberto, para a produção de mídias sonoras por indígenas que, a partir de suas próprias localidades e apropriando-se de suas próprias culturas e demandas, possam contribuir para a educação de membros de suas comunidades na área da saúde. Essas mídias sonoras (*podcasts*) poderiam ser compartilhadas por *streaming*, listas de transmissão do *whatsapp*, redes sociais e até mesmo em rádios comunitárias, e contribuiriam para o processo de autonomia na construção e no consumo de informações relevantes de saúde nessas comunidades, cujas demandas não protagonizam – por vezes nem mesmo coadjuvam – as pautas dos meios de comunicação comerciais.

É nossa questão central de pesquisa: a proposta de tal ferramenta de educomunicação contribuiria para sanar, junto à população indígena, a necessidade de produção de informação qualificada sobre a sífilis, como foi identificada pelo Tribunal de Contas da União (2017)?

1.4 Objetivo principal

O objetivo principal desta pesquisa é a criação de um modelo de recurso educacional aberto (REA) que possa permitir a comunidades indígenas de todo o país a utilização de ferramentas de educomunicação para a produção e compartilhamento de conhecimentos em saúde produzidos a partir de sujeitos e saberes locais.

1.4.1 Objetivos específicos

- Formar, por meio de seminário, agentes locais na comunidade indígena Potiguara, em Baía da Traição (Paraíba), para a produção de *podcasts*, visando à disseminação de informações acerca do teste, da prevenção e do tratamento da sífilis em plataformas *streaming*, listas de transmissão, disponibilização em redes sociais e sites ou, ainda, veiculação em emissoras de rádio locais;

- Com base nos dados coletados, desenhar um recurso educacional aberto (curso autoinstrucional), a ser disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem do SUS (AVASUS), para a multiplicação da formação de agentes locais de educomunicação em saúde em comunidades indígenas de todo o país.

1.5 Metodologia

Durante o curso das disciplinas do Doutorado em Média-Arte Digital (DMAD) da Universidade Aberta de Portugal (UAb-PT) e Universidade do Algarve (UAAlg), cooperadas internacionais no “Projeto Sífilis Não!”, produzimos artefacto que permitiu um primeiro exercício de colocar-se no lugar de outro para, por meio de sensações sonoras e táteis, transmitir a importância da prevenção à sífilis aos que interagissem com a instalação. Apresentado no Retiro Doutoral do DMAD, em Exposição de 2019 realizada em Óbidos, na Casa José Saramago, o artefacto *Sinta, Ouça, Ame* (relatório de retroação disponível em Anexos) abriu horizontes para que alterássemos a rota de pesquisa para a metodologia finalmente escolhida, com vistas à coleta e análise de dados que nos permitissem chegar aos objetivos antevistos no projeto.

Dentro do Projeto “Sífilis Não!”, esta pesquisa enquadra-se no eixo que visa intervir sobre o problema da infecção. Para tanto, foi adotada a metodologia de pesquisa-ação, sendo empregadas como técnicas de pesquisa: 1) a pesquisa bibliográfica e documental e o estudo de dados secundários (informações oficiais disponíveis); 2) a realização de seminário; 3) as entrevistas.

A **pesquisa-ação** é um tipo de pesquisa social com base empírica realizada em estreita associação com **uma ação ou com a resolução de um problema coletivo** e no qual o pesquisador e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 2011).

A Educação e a Comunicação são áreas nas quais a pesquisa-ação pode ser aplicada e, visualizando suas possibilidades para o alcance dos objetivos deste estudo, compreendemos que o delineamento escolhido condizia com a proposta de ação que seria realizada em conjunto com a comunidade Potiguara. Conforme reforça Thiollent (2011):

Além da sua função crítica, a pesquisa-ação pode igualmente ser aplicada de modo construtivo para permitir uma maior participação dos grupos interessados em torno de diversas ações comunicativas: criação de um jornal, de uma rádio, espaço de lazer ou transformação de uma política de informação.

(Thiollent, 2011)

De acordo com Lisita & Franco (2014), a abordagem crítica da pesquisa-ação compromete-se tanto com a produção de conhecimento sobre a realidade social como com sua transformação em um sentido emancipatório. Nesse contexto, espera-se que a pesquisa-ação seja um processo por meio do qual os participantes possam olhar de forma crítica para suas práticas, a fim de transformá-las.

Essa definição é corroborada por Oliveira-Formosinho (2014) que ressalta que, no âmbito da educação, produzir a mudança por meio da investigação-ação pode se constituir em um importante processo de autonomia, ao propor uma resposta a problemas concretos, situados, locais. “A complexidade da pesquisa-ação está em agir e investigar a ação para transformá-la; formar na ação transformando-a; e investigar a transformação” (Oliveira-Formosinho, 2014).

Assim, a investigação-ação forma, transforma e informa. Informa através da produção de conhecimento sobre a realidade em transformação; transforma ao sustentar a produção da mudança praxiológica através de uma participação vivida, significada e negociada no processo de mudança: forma, pois produzir a mudança e construir conhecimento sobre ela é uma aprendizagem experiencial e contextual, reflexiva e colaborativa.

(Oliveira-Formosinho, 2014)

Travancas (2006) elenca como características da pesquisa-ação: (a) o grupo não apenas sabe que está sendo investigado, mas também conhece os objetivos da pesquisa e participa do processo de sua realização; (b) a pesquisa implica o engajamento do pesquisador no ambiente investigado e também no envolvimento das pessoas do grupo no processo da pesquisa; (c) a pesquisa tem o propósito de contribuir para solucionar alguma dificuldade ou um problema real do grupo pesquisado; (d) os resultados - e o próprio processo da pesquisa - revertem em benefício do grupo, pois servem de subsídios para o encaminhamento de soluções demandadas in loco.

Ainda de acordo com a autora, a pesquisa-ação, quando desenvolvida na área da comunicação, buscou contribuir para subsidiar a melhoria dos modos de comunicação de grupos populares. O retorno do conhecimento produzido durante o estudo à comunidade ou

grupo pesquisado é outra característica que diferencia a pesquisa-ação de delineamentos de pesquisa tradicionais.

Não raro, alguns grupos, tais como comunidades, grupos étnicos, organizações etc., se sentem como servindo apenas de "laboratório" para pesquisas acadêmicas ou mercadológicas. Respondem a entrevistas, se deixam ser observados, fotografados, filmados, mas não têm acesso aos resultados. Não é novidade para ninguém que, em geral, o conhecimento gerado através de pesquisas retorna exclusivamente à "comunidade" científica, aos institutos de pesquisa ou às instituições que as contrataram. Assim, também neste quesito a pesquisa participante procura romper com os padrões vigentes.

(Travancas, 2006)

Levando-se em consideração os objetivos desta pesquisa no âmbito do Projeto “Sífilis Não!”, compreendemos que a metodologia da pesquisa-ação era a ideal para que se alcançassem os resultados almejados, somada à aplicação das técnicas de pesquisa detalhadas a seguir.

1.5.1 Técnicas de pesquisa

O **estudo bibliográfico** a respeito de todo o arcabouço teórico que fundamenta esta tese e do grupo étnico selecionado para o estudo, com o levantamento de dados epidemiológicos disponíveis, bem como sobre a cultura local, hábitos e estrutura de saúde que atende a população indígena brasileira foi uma das principais técnicas aplicadas na pesquisa. Conforme aponta Stumpf (2006), a pesquisa bibliográfica, em sentido amplo, é o planejamento global inicial do trabalho de pesquisa, compreendendo as etapas de identificação, localização, obtenção da bibliografia pertinente ao assunto, e apresentação de texto sistematizado, em que é apresentada a literatura examinada.

Com o objetivo de compreender as necessidades e hábitos de consumo de informações de saúde na comunidade Potiguara de Baía da Traição, foi realizado um **seminário** com membros da comunidade para o compartilhamento de técnicas de produção de *podcasts*. Na ocasião, objetivou-se, ainda, a coleta de dados que subsidiaram o desenho do curso a ser disponibilizado para outras comunidades indígenas. Durante o seminário, mais que uma oficina com a proposta levar um conhecimento técnico à comunidade, o objetivo foi entrar em contato com as demandas, vivências e saberes da comunidade Potiguara, para a construção de um instrumento de educação em saúde a partir de seus próprios membros.

O seminário central reúne os principais membros da equipe de pesquisadores e membros significativos dos grupos implicados no problema sob observação. O papel do seminário consiste em examinar, discutir e tomar decisões acerca do processo de investigação. O seminário desempenha também a função de coordenar as atividades dos grupos "satélites" (grupos de estudos especializados, grupos de observação, informantes, consultores etc.). [...] O seminário centraliza todas as informações coletadas e discute as interpretações. Suas reuniões dão lugar a "atas" com as informações reunidas, e dentro da perspectiva teórica adotada, o seminário elabora diretrizes de pesquisa (hipóteses) e diretrizes de ação submetidas à aprovação dos interessados, que serão testadas na prática dos atores considerados.

(Thiollet, 2011)

A **entrevista** foi a terceira técnica empregada durante a pesquisa, com o intuito de nos aprofundarmos nas vivências de membros da comunidade Potiguara. De acordo com Jorge Duarte (2006), essa técnica clássica de obtenção de informações nas ciências sociais, com larga adoção em áreas como sociologia, comunicação, antropologia, administração, educação e psicologia, tem como objetivo o fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema.

Deste modo, como nos estudos qualitativos em geral, o objetivo muitas vezes está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas. Por isso, a noção de hipótese, típica da pesquisa experimental e tradicional, tende a ser substituída pelo uso de pressupostos, um conjunto de conjecturas antecipadas que orienta o trabalho de campo.

(Duarte, 2006)

Optamos pela entrevista em profundidade semiestruturada – com um roteiro prévio de questões –, pois sua flexibilidade nos permitiu explorar ao máximo os temas analisados.

Tanto pela escolha da metodologia de pesquisa quanto das técnicas aplicadas e por se tratar de estudo com população indígena, conforme determinado pela Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), foi necessário protocolar na Plataforma Brasil⁹ uma solicitação e toda a documentação pertinente à tese, para avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CEP/UFRN)¹⁰ e, posteriormente, pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)¹¹. O projeto tramitou na plataforma sob o CAAE 47616721.9.0000.5292 e, em 13 de janeiro de 2022, recebeu parecer favorável à realização.

⁹ Plataforma Brasil. (n.d.). Retrieved June 14, 2022, from <https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>

¹⁰ CEP | Comitê de Ética e Pesquisa. (n.d.). Retrieved June 14, 2022, from <https://cep.propesq.ufrn.br/>

¹¹ Conselho Nacional de Saúde - Ética em Pesquisa. (n.d.). Retrieved June 14, 2022, from <http://conselho.saude.gov.br/comissoes-cns/conep/>

1.6 Estrutura da tese

Para além da contextualização da pesquisa, realizada no **Capítulo 1** desta tese, no **Capítulo 2** apresentamos o estado da arte da educação mediada por tecnologias e introduzimos as definições de Objeto de Aprendizagem e de Recurso Educacional Aberto, além de trazer outros conceitos sobre Desenho Instrucional.

A Educação em Saúde e sua relação com o Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde (AVASUS) são o mote do **Capítulo 3**. Tratamos ainda do conceito de produção de conhecimento a partir de sujeitos e saberes locais, com aplicação desse conceito exemplificada no registro de experiência prévia do LAIS na Tanzânia.

O **Capítulo 4** aborda a função social do rádio no Brasil que, no início de sua história no país, tinha caráter eminentemente educativo. O formato *podcast* e a mídia indígena também protagonizam esta seção.

No **Capítulo 5** da pesquisa são apresentadas informações sobre a saúde indígena no Brasil e estabelecido um contexto geral acerca do povo Potiguara de Baía da Traição.

O **Capítulo 6** traz o relato completo do estudo empírico realizado, com a descrição dos passos seguidos e dos resultados alcançados.

Como encerramento de toda a trajetória investigativa traçada, a conclusão alcançada e as recomendações finais são elencadas no **Capítulo 7** desta tese.

Capítulo 2: Educação mediada por tecnologia como instrumento de mobilidade social

Nas últimas décadas, a virtualização do ensino tornou-se uma realidade necessária, tendo em vista as constantes transformações sociais e econômicas enfrentadas em um mundo digital, cada vez mais globalizado e conectado, em que os indivíduos possuem menos tempo para o gerenciamento de uma quantidade maior de tarefas. De acordo com Monteiro et al. (2015), não apenas as relações sociais, mas também as relações pedagógicas contemporâneas têm sido impulsionadas pela apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Estando presentes em processos de ensino-aprendizagem diversos (formal, não formal e informal), as TIC não podem mais ser ignoradas.

Além de promover práticas de ensino que se fundamentam em flexibilidade física e temporal – já que iniciativas educacionais baseadas no uso de TIC liberam o estudante para realizar suas atividades de aprendizagem no local e hora mais adequados às suas particularidades e rotina – também é possível ampliar o campo paradigmático educacional, agregando recursos e procedimentos relativos às novas tecnologias.

(Martínez et al., 2017)

As rotinas movimentadas demandam agilidade e a absorção dinâmica de um número crescente de informações. De acordo com Edel-Navarro (2017), estudantes, professores, facilitadores e administradores encontram na formação e/ou aprendizagem a distância, *online*, digital ou virtual um lugar que possibilita a autonomia do aluno por meio da busca independente de conhecimento e o desenvolvimento de suas habilidades para o trabalho colaborativo em espaços virtuais.

A educação *online*, conhecida também como educação em rede, é uma ação sistemática de uso de tecnologias, abrangendo hipertexto e redes de comunicação interativa para distribuição de conteúdo educacional e promoção da aprendizagem, sem limitação de tempo ou lugar (*anytime, anyplace*), cuja principal característica é a mediação tecnológica pela conexão em rede (Filatro, 2019). Já na educação a distância (EaD), a maior parte da comunicação entre professor e aluno é indireta, mediada por recursos tecnológicos, mas não depende exclusivamente da comunicação *online* (é o caso, por exemplo, do tradicional ensino por correspondência baseado apenas em mídia impressa). Assim, Filatro (2009) define EaD como atividade pedagógica caracterizada por um processo de ensino-aprendizagem realizado com mediação docente e com a utilização de recursos didáticos

sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes tecnológicos de informação e comunicação, que podem ser utilizados isolada ou combinadamente, sem a frequência obrigatória de alunos e professores. Em contraposição, educação presencial é a modalidade em que toda a comunicação professor-aluno acontece face a face.

A cada ano, a internet se expande em uma velocidade vertiginosa, e esse crescimento tem proporcionado que a educação *online*, em suas diversas modalidades (presencial, semipresencial ou virtual), cresça também. Surgiram novas derivações e práticas de ensino-aprendizagem: o *e-learning*, o *b-learning* e o *open-learning*. Okada e Barros (2010) explicam que *e-learning*, cujo significado está associado a aprendizagem eletrônica (*online* ou *off-line*), é uma modalidade surgida da convergência entre aprendizagem via tecnologias digitais e ensino a distância baseado na internet. Já o *b-learning*, termo derivado de *blended learning* (aprendizagem mista), refere-se ao sistema de aprendizagem que combina atividades realizadas de forma *online* e presencialmente. Por fim, *open-learning* refere-se a aprendizagem aberta, contexto em que os Recursos Educacionais Abertos (REA) favorecem a construção colaborativa, socialização de processos e produtos que visam a uma maior interação e autonomia da comunidade de aprendizes.

Em termos ideais, a melhor educação *online* é a que faz uso das potencialidades da internet, seguindo a lógica das redes hipertextuais e interativas: livre exploração de recursos, conexão um-a-um, um-a-muitos, muitos-a-muitos, metamorfose dinâmica e descentralização de inteligência e de recursos.

(Filatro, 2019)

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), as TIC – especialmente a Internet – abriu novas possibilidades de aprendizagem e educação, em particular para os excluídos e deixados para trás por práticas educacionais tradicionais. De acordo com a entidade, a construção, a promoção e a utilização de sistemas que promovam a aprendizagem ao longo da vida (*lifelong learning*) são essenciais para permitir o uso dessas tecnologias por todos, para aprendizagem e autocapacitação.

Com o objetivo de possibilitar o aumento do uso de tecnologias de aprendizagem modernas e da produção de recursos de *e-learning* de qualidade, a UNESCO afirma apoiar os Estados-Membros no desenvolvimento de ambientes políticos favoráveis à utilização das TIC na aprendizagem, sendo a aprendizagem ao longo da vida com o uso das TIC uma das prioridades da agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização

das Nações Unidas (ONU) a serem alcançados até 2030¹². As novas modalidades de ensino derivadas da utilização dessas tecnologias constituem uma forma de superar os desafios enfrentados pelos países mais pobres no âmbito educacional, como a desigualdade de acesso, baixa qualidade, falta de articulação entre demandas de mercado e conteúdo desenvolvido nas instituições de ensino e a pressão internacional que afeta decisões financeiras referentes ao sistema educacional (Martínez et al., 2017).

Possibilidades de aprendizagem ao longo da vida são importantes notadamente para jovens que estão fora da escola e adultos que não têm uma formação ou emprego, uma vez que essas oportunidades vão além do contexto da educação formal. Assim, a aprendizagem em contextos não formais e informais desempenha um papel central em tempos de mudanças dos modelos educacionais, que passam a incorporar as TIC e tentam se adequar a novas formas de aprendizado. Bidarra e Rusman (2017) afirmam que essa ruptura gradual com os modelos tradicionais de educação experienciada nos últimos anos fez com que novas formas de aprender fossem exploradas. A incorporação de novos tipos de insumos, consumo de mídia, práticas de produção, recursos globais, um ambiente mais centrado no aluno e, por sua vez, um aluno com perfil mais participativo seriam os principais ingredientes nesse novo cenário, que pode ser favorável tanto para professores como para aprendizes.

Esta modalidad de formación se ha mostrado significativa, tanto para el profesorado como para el alumnado, por la posibilidad de poder interaccionar con una diversidad de materiales y diferentes formatos (texto, audio, vídeo...), y por la gran posibilidad que ofrece para la flexibilización del proceso formativo.

(Almenara et al., 2013)

A construção de designs didáticos para ambientes virtuais que potencializem a aprendizagem *online* torna-se um desafio para o trabalho educacional tanto formal como informal (Okada & Barros, 2010).

2.1 Objetos de Aprendizagem (OA)

Desde o início dos anos 2000, o termo Objetos de Aprendizagem (OA) é utilizado para descrever materiais didáticos desenvolvidos para apoio aos processos de ensino e

¹² As Nações Unidas no Brasil. (n.d.). Sustainable Development Goal 4: Educação de qualidade. Retrieved September 24, 2020, from <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>

aprendizagem. Há inúmeras definições propostas para o termo, cuja origem é atribuída a Hodgins (2002), pesquisador que utilizou a metáfora dos blocos de LEGO™ para descrever as possibilidades de reuso de um objeto de aprendizagem, de acordo com as necessidades e características do aprendiz.

My journey into this world of learning objects started with an “epiphany moment” watching my children play with LEGO™ blocks many years ago. As with most families, my son and daughter have very different learning preferences. One preferred instructions, directions and a pre-determined end state (a castle as I recall), and the other preferred complete freedom and creativity of constructing things (a robot in this case). As it struck me that both had their wonderfully different needs met equally well with these simple blocks of plastic, I began what has been more than ten years of refining a dream of a world where all “content” exists at just the right and lowest possible size, much like the individual blocks that make up LEGO™ systems.

(Hodgins, 2002)

O Instituto de Engenheiros Eletrônicos e Eletricistas (*Institute of Electrical and Electronic Engineers – IEEE*) foi criado em 1884 com a missão de fomentar a inovação tecnológica e a excelência para o benefício da humanidade¹³. O órgão conta com uma Comitê de Padrões para a Tecnologia, o *IEEE Learning Technology Standards Committee (LTSC)*, que tem a função de desenvolver padrões técnicos, práticas recomendadas e guias para a tecnologia da aprendizagem que sejam internacionalmente creditados. O LTSC definiu Objeto de Aprendizagem (OA) como: “qualquer entidade, *digital ou não*, que pode ser *usada, reutilizada ou referenciada* durante o *aprendizado apoiado pela tecnologia*”¹⁴ (grifos nossos).

Sinteticamente, Wiley (2002, grifos nossos) descreve Objeto de Aprendizagem como “qualquer recurso *digital* que pode ser *reusado* para *apoiar a aprendizagem*”, incorporando, assim, os termos especificados pelo LTSC na definição do comitê. Baseados no paradigma da programação orientada a objetos da Ciência da Computação, os OA podem ser vistos como componentes ou unidades, catalogados e disponibilizados em repositórios na internet. De acordo com Carneiro e Silveira (2014), esses materiais têm os mais diversos formatos e propostas de uso, uma vez que não há consenso sobre as características que devem possuir para serem considerados recursos pedagógicos que apoiem a aprendizagem. Algumas dessas características apontam a demanda por interfaces e recursos que estimulem os alunos a buscar novos conhecimentos e propiciem a aprendizagem de um determinado conteúdo.

¹³ IEEE. (n.d.). About. Retrieved February 7, 2022, from <https://www.ieee.org/about/index.html>

¹⁴ IEEE 1484.12.1-2020. (n.d.). *IEEE Standard for Learning Object Metadata*. Retrieved February 7, 2022, from <https://standards.ieee.org/ieee/1484.12.1/7699/>

Assim, os OA podem ser utilizados em diversos contextos de aprendizagem, de acordo com o projeto instrucional.

A ideia fundamental por trás dos objetos de aprendizagem é que os designers instrucionais podem construir pequenos componentes instrucionais (em comparação ao tamanho de um curso completo) que podem ser reutilizados várias vezes em diferentes contextos de aprendizagem. Como afirmam Johnson e Hall (2007), “learning objects can be considered the building blocks of e-learning content. They can be used to construct any desired type of learning experience”.

Além disso, objetos de aprendizagem são geralmente entendidos como unidades digitais disponibilizadas na Internet, ou seja, qualquer número de pessoas pode acessar e usar objetos de aprendizagem simultaneamente, o que não é possível com mídias físicas anteriormente utilizadas na instrução (como uma fita de vídeo ou uma cartilha, por exemplo, que podem existir em um lugar por vez). Os indivíduos que incorporam os OA a seus projetos podem ainda colaborar e se beneficiar imediatamente de suas novas versões (Wiley, 2002).

De acordo com Filatro (2019), do ponto de vista educacional, é vantajoso tratar o OA como uma orientação instrucional ou como uma montagem recombinante de ferramentas instrucionais capazes de expandir o repertório pedagógico de um instrutor ou de um curso, por ser construído a partir de unidades de conteúdo menores (de maior granularidade). O fator que dificulta essa reusabilidade está no preenchimento de metadados, que permitem a localização e identificação correta desses objetos.

Many educators see learning objects as a viable alternative to the traditional instructor-led course format that has been the foundation of education and training for the last two centuries. The problem with the "course" is that it is not very flexible and it is difficult to repurpose. Learning objects stored in a database and properly tagged for easy searches are designed specifically for flexibility and reuse.

(Johnson & Hall, 2007)

Segundo Aguiar e Flôres (2014), um objeto de aprendizagem deve ser estruturado e dividido em três partes bem definidas:

- **Objetivos:** deve esclarecer quais objetivos pedagógicos norteiam o uso do objeto; além disso, apresentam os pré-requisitos ou uma lista dos conhecimentos prévios necessários para um bom aproveitamento do conteúdo;

- **Conteúdo instrucional:** é a apresentação do material didático necessário para que o aluno possa atingir os objetivos propostos;
- **Prática e feedback:** permite ao aluno utilizar o material e receber retorno sobre o atendimento dos objetivos propostos no OA.

São características técnicas e elementos que compõem os Objetos de Aprendizagem em sua estrutura e operacionalidade, segundo Braga et al. (2015):

- **Disponibilidade:** indica se o objeto está disponível para ser utilizado.
- **Acessibilidade:** indica se o objeto pode ser acessado por diferentes tipos de usuários (idosos, deficientes visuais etc.), em diferentes lugares (lugares com acesso à internet, lugares sem acesso à internet etc.) e por diferentes tipos de dispositivos (computadores, celulares, tablets etc.)
- **Confiabilidade:** indica que o OA não apresenta defeitos técnicos ou problemas no conteúdo pedagógico.
- **Portabilidade:** indica se o OA pode ser transferido (ou instalado) para diferentes ambientes, como, por exemplo, diferentes tipos de AVA ou sistemas operacionais.
- **Facilidade de instalação:** indica se o OA pode ser facilmente instalado caso ele exija esse recurso.
- **Interoperabilidade:** medida de esforço necessário para que os dados dos OA possam ser integrados a vários sistemas.
- **Usabilidade:** indica a facilidade de utilização dos Oas por alunos e professores.
- **Manutenibilidade:** é a medida de esforço necessária para alterações do OA.
- **Granularidade:** Trazendo este conceito para o âmbito dos objetos de aprendizagem, a granularidade é a extensão à qual um OA é composto por componentes menores e reutilizáveis.
- **Agregação:** indica se os componentes do OA (grãos) podem ser agrupados em conjuntos maiores de conteúdos como, por exemplo, as estruturas tradicionais de um curso.
- **Durabilidade:** indica se o OA se mantém intacto quando o repositório em que ele está armazenado muda ou sofre problemas técnicos.

- **Reusabilidade:** indica as possibilidades de reutilizar os OA em diferentes contextos ou aplicações. Essa é a principal característica do OA e pode ser influenciada por todas as demais.

Se bem utilizados, os objetos de aprendizagem podem ser grandes aliados do processo educativo. É necessário, para isso, que os instrutores tenham clareza dos objetivos que desejam alcançar e, em seguida, pesquisem, selecionem e definam boas estratégias de utilização dos OA em suas aulas, de forma a atender aos seus objetivos.

2.2 Recurso Educacional Aberto (REA)

No cenário de avanço das TIC e da conexão em rede, após o início dos anos 2000 vivencia-se a segunda geração da *World Wide Web*¹⁵. A Web 2.0 tem como uma de suas principais características um ambiente *online* mais colaborativo, no qual os internautas deixam de ter um papel passivo, de meros consumidores de informação, para um papel mais ativo, de produtores de conteúdo, ou *prosumers* (*producer* + *consumer*), termo cunhado por Alvin Toffler na década de 80 (Costa, 2014).

Dessa forma, no Brasil e no mundo, houve uma explosão de conteúdos gerados pelo usuário (CGU), nas mais diversas áreas, inclusive na educação. Diante de alunos cada vez mais conectados, é natural que os professores busquem novas formas de criação e apresentação do conteúdo, objetivando uma maior proximidade com a realidade desses estudantes.

(Costa, 2014)

Em 2002, a UNESCO adotou o termo *Open Educational Resource* (Recurso Educacional Aberto) e o definiu como “materiais digitalizados oferecidos livre e abertamente para utilização e reutilização no ensino, na aprendizagem e na pesquisa” (UIL, 2015). De acordo com a UNESCO and Commonwealth of Learning 2011 (2015), em sua forma mais simples, o conceito de REA descreve quaisquer recursos educacionais (incluindo mapas curriculares, materiais de curso, livros didáticos, vídeos de streaming, aplicativos multimídia, *podcasts* e quaisquer outros materiais que tenham sido projetados para uso no ensino e aprendizagem) que estão disponíveis abertamente para uso por educadores e alunos, sem a necessidade de pagamento de *royalties* ou taxas de licença. Para a organização, o grande potencial de

¹⁵ Folha Online. (2006). Informática - Entenda o que é a Web 2.0.
<https://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u20173.shtml>

transformação dos REA no cenário educacional reside não apenas na possibilidade do uso desses recursos em currículos de cursos que tenham como metodologia a aprendizagem baseada em recursos, mas também na facilidade de acessá-los quando digitalizados e disponibilizados na internet.

Importantly, there is only one key differentiator between an OER and any other educational resource: its licence. Thus, an OER is simply an educational resource that incorporates a licence that facilitates reuse, and potentially adaptation, without first requesting permission from the copyright holder.

(UNESCO and Commonwealth of Learning 2011, 2015)

Na Cidade do Cabo, África do Sul, em 2007, a Fundação Shuttleworth e a Open Society Institute (OSI) convocaram uma reunião com os defensores da educação aberta. No encontro, foi elaborada a “Declaração da Cidade do Cabo para Educação Aberta”. De acordo com a publicação, a educação aberta é “construída sobre a crença de que todos devem ter a liberdade de usar, personalizar, melhorar e redistribuir os recursos educacionais, sem restrições”.

Dez anos após o primeiro encontro, durante a CPT+10¹⁶, ativistas da educação aberta publicaram uma nova declaração reforçando que, mais do que acesso a recursos abertos, a luta deveria prosseguir em prol da abertura de tecnologias e do acesso a materiais de qualidade, especialmente em idiomas e regiões raras, nas quais os mecanismos de mercado tradicional não priorizam oportunidades de aprendizagem devido a desafios relacionados a infraestrutura e gestão. Para os ativistas, uma questão era consenso: a abordagem tradicional não estava funcionando e novas abordagens seriam necessárias. A declaração de 2017 reforçava ainda a necessidade de educadores, autores, editoras e instituições lançarem seus recursos em formas de compartilhamento livre, por meio de licenças abertas, que facilitam sua utilização, revisão, tradução, melhora e compartilhamento por qualquer pessoa:

Os recursos devem ser publicados em formatos que facilitem tanto a utilização quanto a edição e que acomode uma diversidade de plataformas técnicas. Sempre que possível, elas devem também estar disponíveis em formatos que sejam acessíveis a pessoas com deficiências e que ainda não tem acesso à internet.

(Declaração de Educação Aberta de Cape Town, 2017)

Aberto, no sentido aplicado na Declaração de Cape Town em 2017, equivale, então, à eliminação de todos os empecilhos possíveis para a educação nesse mundo digital crescente

¹⁶ Cape Town Open Education Declaration. (n.d.). Home. CPT+10. Retrieved February 13, 2022, from <https://www.capetowndeclaration.org/cpt10/>

e conectado à internet, possibilitando que qualquer pessoa esteja apta a usar, editar e compartilhar livremente recursos educacionais, a qualquer momento, em qualquer lugar e em qualquer formato. Por esse mesmo motivo é que, em se tratando de REA, o objetivo não é utilizar dado recurso educacional apesar de seu uso por outros. De acordo com Braga et al. (2015), a ideia é exatamente o oposto: um recurso ganha valor quanto mais for reutilizado por outros.

De acordo com Hylén e Schuller (2007), estão inclusos na definição de REA:

- **Conteúdos de aprendizagem:** Cursos completos, material didático, módulos de conteúdo, objetos de aprendizagem, coleções e periódicos.
- **Ferramentas:** Software para apoiar o desenvolvimento, uso, reutilização e entrega de conteúdo de aprendizado, incluindo pesquisa e organização de conteúdo, sistemas de gerenciamento de conteúdo e aprendizado, ferramentas de desenvolvimento de conteúdo e comunidades de aprendizado *online*.
- **Recursos de implementação:** Licenças de propriedade intelectual para promover publicação aberta de materiais, princípios de design de melhores práticas e localização de conteúdo.

Com relação às possibilidades de utilização, os autores listam “níveis de liberdade” que conteúdos podem ter, com base na página colaborativa *Definition of Cultural Works*¹⁷, iniciada por Mako Hill e Erik Möller:

- A liberdade de estudar o trabalho e aplicar os conhecimentos adquiridos com ele.
- A liberdade de redistribuir cópias, no todo ou em parte, da informação ou expressão.
- A liberdade de fazer melhorias ou outras alterações e liberar cópias modificadas.

Um equívoco comum é a aceção de que um conteúdo “licenciado abertamente” pertence ao domínio público e que o autor renuncia a todos os seus direitos sobre seu material.

In fact, the emergence of open licences has been driven strongly by a desire to protect a copyright holder’s rights in environments where content (particularly when digitized) can so easily be copied and shared via the Internet without asking permission. A broad spectrum of legal frameworks is emerging

¹⁷ Definition of Free Cultural Works. (n.d.). Retrieved February 13, 2022, from <https://freedomdefined.org/Definition>

to govern how OER are licensed for use. Some of the legal frameworks simply allow copying, but others make provision for users to adapt the resources that they use.

(UNESCO and Commonwealth of Learning 2011, 2015)

A mais conhecida dessas licenças é a *Creative Commons*¹⁸, que fornece mecanismos legais para garantir que os autores de materiais possam reter o reconhecimento por seu trabalho enquanto permitem, ao mesmo tempo, que ele seja compartilhado. Com a utilização dessa ferramenta, os autores podem restringir a atividade comercial e impedir que o conteúdo seja adaptado e, conseqüentemente, apropriado por outros. Assim, um autor que aplica uma licença *Creative Commons* (CC) ao seu trabalho procura especificamente reter os direitos autorais sobre esse trabalho, mas concorda – por meio da licença – em ceder alguns desses direitos.

Ainda no contexto de discussão sobre as possibilidades de utilização dos REA, Braga et al. (2015) listam as características desejáveis de um recurso educacional aberto de acordo com David Wiley, chamadas de “Os 5 R dos REA”:

¹⁸ When we share, everyone wins - Creative Commons. (n.d.). Retrieved February 13, 2022, from <https://creativecommons.org/>



Figura 1 - Os 5 R dos Recursos Educacionais Abertos, de acordo com Wiley.
 Fonte: Autoria própria com base em Sebriam et al. (2017).

- **Reuso:** o direito de usar o conteúdo de uma ampla gama de formas (em uma aula, em um grupo de estudo, em um site, em um vídeo etc.);
- **Remix:** o direito de combinar o conteúdo original ou revisado com outro conteúdo aberto para criar algo (incorporar o conteúdo em um *mashup*);
- **Revisão:** o direito de adaptar, ajustar, modificar ou alterar o conteúdo (por exemplo, traduzir o conteúdo para outro idioma);
- **Redistribuição:** o direito de compartilhar cópias do conteúdo original, suas revisões, ou seus remixes com os outros (por exemplo, ceder uma cópia do conteúdo a um amigo);
- **Retenção:** o direito de fazer, possuir e controlar cópias do conteúdo.

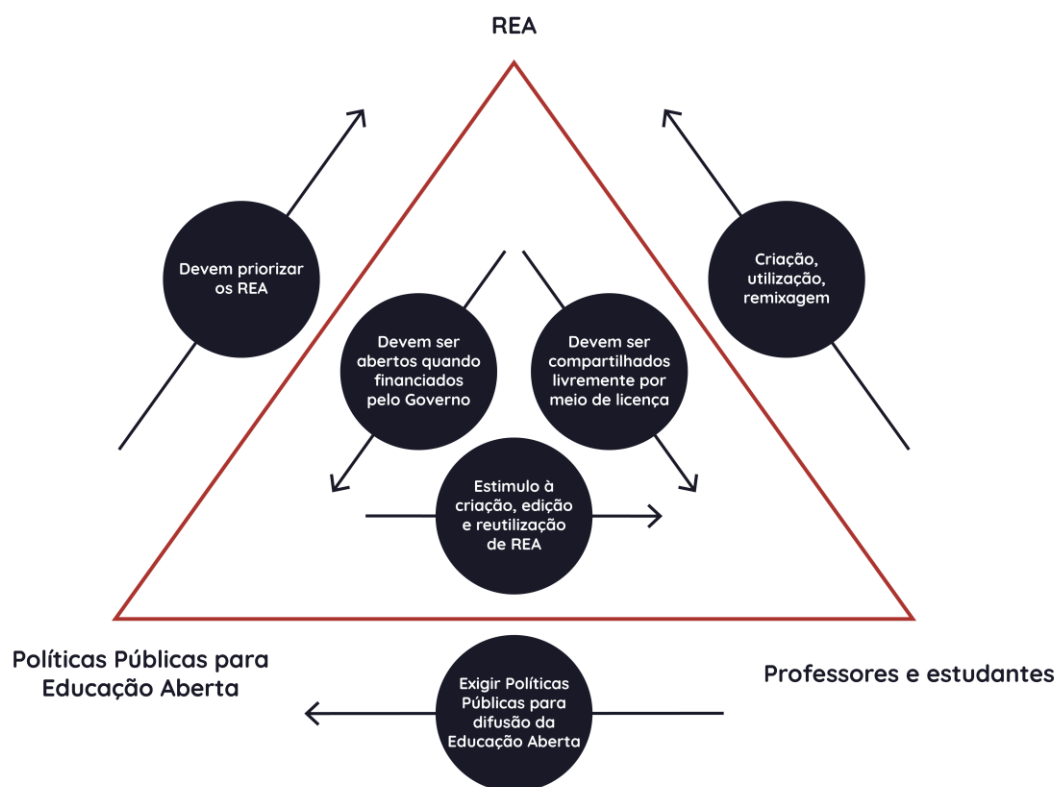


Figura 2 – Fluxos para o estímulo à produção de Recursos Educacionais Abertos.
 Fonte: Autoria própria com base em Okada & Barros (2010).

Os recursos educacionais abertos são promissores quando se projeta um cenário de aproximação de professores e alunos da informação fonte de conhecimento. Para incentivar que esses mesmos alunos não sejam apenas consumidores e passem a ser prossumidores de conteúdo, o desafio dos educadores consiste em pensar estratégias para cultivar a criatividade, o protagonismo, o empreendedorismo e a confiança do alunado no processo ensino-aprendizagem (Sebriam & Gonsales, 2016). Agir com responsabilidade em um mundo repleto de tecnologia e mídia digital pode ser a fórmula para criar oportunidades de engajamento e aprendizado.

2.3 Design instrucional (DI)

A instrução está relacionada a manifestações concretas de ensino e a ações didáticas intencionais e planejadas que possibilitam o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes consideradas importantes para determinado momento ou contexto sociocultural

(Braga, 2015). De acordo com Filatro (2019), instrução é mais do que informação, mesmo que se trate da internet, ambiente rico em informação. Instruir é mais que fornecer links entre um provedor de informações e um aluno. O tipo de tarefa, o objetivo da instrução e as necessidades dos alunos precisam ser considerados no projeto de instrução, que deve incluir, ainda, orientação ao aluno, feedback e prática, o que a informação sozinha não pode fornecer. Assim, a autora define o design instrucional (ou projeto ou desenho instrucional, educacional, pedagógico ou didático) como:

a ação intencional e sistemática de ensino, que envolve o planejamento, o desenvolvimento e a utilização de métodos, técnicas, atividades, materiais, eventos e produtos educacionais em situações didáticas específicas, a fim de facilitar a aprendizagem humana a partir dos princípios de aprendizagem e instrução conhecidos.

(Filatro, 2019)

No atual contexto da educação *online*, o Design Instrucional (DI) torna-se cada vez mais necessário. Mudanças constantes em setores variados da sociedade tornam indispensáveis a atualização constante e o uso seletivo de informações por parte de seus cidadãos. As perspectivas são múltiplas e, nesse ambiente, conforme apontado nos tópicos anteriores, o crescimento das modalidades de ensino não presenciais e mediadas pela tecnologia tem justificativa: proporcionar que uma maior parcela da população tenha condições de se inserir no contemporâneo mundo do trabalho, da comunicação e da informação. Ao longo da vida, uma pessoa adulta vai acumulando experiências, que constituem um importante banco de recursos para o desenvolvimento de sua aprendizagem autônoma. Sua capacidade de aprender se torna progressivamente orientada para tarefas relacionadas aos seus papéis sociais, e sua perspectiva quanto à aplicabilidade do conhecimento é imediata. Dessa forma, o adulto enxerga a aprendizagem como algo relacionado a problemas práticos a serem solucionados. Assim, Filatro (2019) amplia sua definição de instrução incluindo o que muitos teóricos cognitivistas se referem como construção: um processo de auxiliar os alunos na construção de seu próprio conhecimento, em oposição (ou em adição) a simplesmente transmitir informação ao aluno.

Sun e Chen (2016) apontam que uma instrução *online* eficaz depende de um conteúdo de curso bem projetado, interação motivada entre o instrutor e os alunos e instrutores bem-preparados e totalmente apoiados. O conteúdo de um projeto instrucional pode ser desenvolvido, por exemplo, com base em estratégias como a integração de multimídia (jogos, vídeos, simulações) para aprimorar a experiência de aprendizagem. No entanto, essa

integração nem sempre é a resposta correta. Cabe aos instrutores (ou designers instrucionais) se questionarem o que a tecnologia adicionará à atividade de aprendizado, pois, se utilizados de maneira equivocada, os elementos multimídia podem prejudicar o processo de aprendizagem (Kebritchi et al., 2017).

O modelo de desenvolvimento de design instrucional se refere ao processo que um professor, um designer instrucional ou uma equipe de profissionais de educação utiliza na preparação e planejamento do ensino. De acordo com Filatro (2019), há diversos modelos, no entanto, os principais elementos de design instrucional agrupam-se tradicionalmente nas seguintes fases:

- **Análise:** envolve a definição da filosofia de educação a distância dentro da instituição; o levantamento das necessidades de implantação de um curso ou programa; a caracterização da audiência/público-alvo; a análise da infraestrutura tecnológica da instituição e de mídias potenciais; o estabelecimento de objetivos para o curso.
- **Design:** abrange a criação da equipe (coordenador ou gerente do projeto, designer instrucional, professor da disciplina, especialista em conteúdo, pedagogo, técnico em mídias, tutores); a definição da grade curricular; a seleção de estratégias pedagógicas e tecnológicas; a fixação de cronogramas. Tutor: o principal responsável pelo processo de acompanhamento e controle do ensino-aprendizagem nos sistemas de educação a distância.
- **Desenvolvimento:** compreende a produção e a adaptação de materiais impressos e digitais; a montagem e configuração de ambientes; a capacitação de professores e tutores; a definição de suporte técnico e pedagógico.
- **Implementação:** constitui-se na situação didática propriamente dita, quando ocorre a aplicação da proposta de design instrucional.
- **Avaliação:** inclui a consideração sobre a eficácia do curso e a eficiência do sistema; a revisão da caracterização da audiência e a análise das estratégias pedagógicas e tecnológicas implementadas.

Durante a fase de análise do design instrucional, para Haydt (2011), é preciso definir os métodos e técnicas de ensino com base em critérios como: (a) adequação aos objetivos

estabelecidos para o ensino e a aprendizagem; (b) a natureza do conteúdo a ser ensinado e o tipo de aprendizagem a ser efetivada; (c) as características dos alunos, como por exemplo: faixa etária, nível de desenvolvimento mental, grau de interesse, expectativas de aprendizagem; (d) as condições físicas e o tempo disponíveis.

É a partir dos objetivos propostos para o ensino (o que se pretende atingir com a instrução), da natureza do conteúdo a ser desenvolvido (o que se pretende que os alunos assimilem), das características dos alunos (como são nossos alunos), das condições físicas e do tempo disponível, que se escolhem os procedimentos de ensino e se organizam as experiências de aprendizagem mais adequadas. Ou seja, é a partir desses aspectos que se estabelece o como ensinar, isto é, que se definem as formas de intervenção na sala de aula para ajudar o aluno no processo de reconstrução do conhecimento.

(Haydt, 2011)

Os critérios propostos por Haydt convergem com os apontamentos de Martinez (2002) quanto à personalização de conteúdos educacionais na internet. Segundo a autora, a internet oferece a tecnologia e o ambiente perfeitos para o aprendizado individualizado, porque os alunos podem ser identificados de forma única, o conteúdo pode ser personalizado e o progresso do aluno pode ser monitorado, apoiado e avaliado. Além disso, a tecnologia de objetos de aprendizagem adaptáveis estaria tornando mais próxima a realidade de uma aprendizagem personalizada. A autora lista cinco tipos de personalização: (a) com nome reconhecido; (b) autodescrito; (c) segmentado; (d) de base cognitiva; e (e) baseado na pessoa inteira. A personalização do projeto instrucional baseada na segmentação é a que mais se adequa aos objetivos desta investigação, por utilizar dados demográficos, atributos comuns ou pesquisas para agrupar ou segmentar populações de aprendizado em grupos menores, identificáveis e gerenciáveis.

The greatest benefit of learning personalization is the system's ability to make complex instruction easier by presenting only the specific information that a particular learner wants or needs in the appropriate manner and at the appropriate time. Another wonderful benefit of personalization is that each time you personalize, you learn and store a little more about a learner's unique set of needs.

(Martinez, 2002)

Seguindo princípio similar, Filatro (2019) propõe um Design Instrucional Contextualizado (DIC), ou seja, que leve em consideração, em todas as etapas do processo de DI, a dinâmica gerada pela combinação das características e das interações pessoais. Uma proposta de design instrucional contextualizado pode partir de uma estrutura matricial norteadora que planeje situações efetivas de construção de conhecimento. Mas, atuando como um sistema vivo e dinâmico, o DIC pode prever saídas e possibilidades de flexibilização para que os

momentos de aprendizagem em sala de aula sejam contextualizados segundo as características dos fenômenos educacionais locais.

Apoiado por tecnologias, o design instrucional *online* implica mais do que oferecer aos alunos individualmente formas alternativas de usufruir as situações didáticas. Deve também propiciar mecanismos de efetiva contextualização nas diferentes etapas do processo de design – análise de necessidades, design e desenvolvimento, implementação, avaliação –, incluindo-se aí a definição compartilhada dos resultados desejados e o estabelecimento conjunto de convenções e práticas aceitáveis, segundo valores comuns.

[...]

O design instrucional contextualizado não dispensa a identificação de necessidades de aprendizagem, a definição de objetivos instrucionais, a caracterização de alunos e o levantamento de restrições que fazem parte do modelo tradicional de design instrucional. No entanto, essas atividades não são realizadas a priori ou de modo definitivo, mas estabelecem um foco inicial para posterior aprimoramento.

(Filatro, 2019)

Uma outra tendência atual é o *Micro-learning* – ou Micro-Aprendizagem – integrada à normalização de *Micro-credentials*, conceitos que se têm desenvolvido muito na Europa, especialmente com a pandemia do coronavírus, que fez com que o número de pessoas que precisam se qualificar ou se requalificar para o retorno a um mercado de trabalho mais digital aumentasse consideravelmente¹⁹. As microcredenciais certificam os resultados de experiências de aprendizagem de curto prazo, como cursos de curta duração ou treinamentos, por exemplo. Essas experiências oferecem, de maneira flexível e direcionada, possibilidades para que seus usuários desenvolvam conhecimentos, habilidades e competências necessárias para seu crescimento pessoal e profissional. Por sua flexibilidade, as microcredenciais podem ser idealizadas e entregues por uma variedade de provedores em muitos ambientes de aprendizagem formal, não formal e informal.

The European approach aims to support the ongoing work by Member States, stakeholders and diverse groups of providers across the EU on micro-credentials. It offers key resources and guidance for those providers, and others interested in exploring micro-credentials, to support their value, quality, recognition, transparency, portability and uptake in a consistent and coherent way. In these ways, a European approach to micro-credentials contributes to a lifelong learning culture and increases the employability of people.

(European Education Area, 2021)

Assim, conceitos como educação continuada ou permanente, *lifelong learning* e sociedade do conhecimento reforçam que a autoeducação e o autodesenvolvimento não são mais opções de uma parcela específica da sociedade (Filatro, 2019). A intersecção desses

¹⁹ European Education Area. (2021). A European approach to micro-credentials. <https://education.ec.europa.eu/levels/higher-education/european-approach-to-micro-credentials>

conceitos e das TIC se faz tendência necessária para o desenvolvimento de oportunidades de acesso ao conhecimento para todos, em diversos setores da sociedade.

Capítulo 3: O Ambiente Virtual de Aprendizagem do SUS e a educação em saúde a partir de demandas locais

Conforme estudado no Capítulo 2, a educação mediada por tecnologia tornou-se uma das grandes aliadas da *lifelong learning*, ou aprendizagem ao longo da vida, que permite a jovens e adultos o acesso ao aprimoramento de suas habilidades, em contextos formais ou informais de ensino, com vistas ao mercado de trabalho, à mobilidade social e à qualidade de vida.

Saúde e bem-estar constituem o item 3 da lista de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da agenda 2030 de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2030. Com o intuito de promover a saúde física, mental e o bem-estar da população mundial e para estender a expectativa de vida para todos, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), deve-se alcançar cobertura universal de saúde e o acesso a cuidados de saúde de qualidade²⁰. Com o lema “Ninguém deve ser deixado para trás”, a organização se compromete a acelerar o progresso alcançado até o momento na redução da mortalidade infantil, materna e neonatal, eliminando todas as mortes evitáveis antes de 2030 e melhorando outros índices mundiais de saúde, como a saúde sexual.

We are committed to ensuring universal access to sexual and reproductive health-care services, including for family planning, information and education. We will equally accelerate the pace of progress made in fighting malaria, HIV/AIDS, tuberculosis, hepatitis, Ebola and other communicable diseases and epidemics, including by addressing growing anti-microbial resistance and the problem of unattended diseases affecting developing countries.

(UN General Assembly, 2015)

A sífilis é uma IST de fácil diagnóstico e tratamento e, ainda assim, é uma das infecções que mais causam mortes evitáveis em bebês com menos de um ano de idade em todo o mundo. De acordo com pesquisadores, isso ocorre pois, embora possua um manejo simples, é uma infecção que continua a ser negligenciada. Segundo Korenromp et al. (2019), prevenir a transmissão da sífilis por meio de testes precoces expandidos no atendimento pré-natal e proceder o tratamento imediato com uma única injeção de penicilina benzatina são ações de alto custo-benefício.

²⁰ Sustainable Development Goal 3: Saúde e Bem-Estar | As Nações Unidas no Brasil. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>. Accessed: 2020-09-24

Mother-to-child transmission (MTCT) of syphilis during pregnancy can lead to serious fetal outcomes in the second or third trimester including early fetal death, stillbirth, neonatal death, preterm birth, low birthweight and congenital infection in infants. Syphilis is the second most common infectious cause of stillbirth worldwide and an important preventable contributor to infant morbidity and mortality.

(Korenromp et al., 2019)

Assim, a frequente busca por atualização – por parte dos trabalhadores da área da saúde – e a constante oferta de oportunidades de qualificação sobre temas variados – por parte da gestão – são medidas que se complementam e cuja integração contribui na elaboração de políticas públicas eficazes no enfrentamento de cenários desfavoráveis de saúde, como é o caso da epidemia de sífilis declarada em 2016 no Brasil. A interseção da educação mediada por tecnologias e das TIC vem sendo amplamente utilizada no campo da Educação em Saúde no país, com a institucionalização de programas de profissionalização e de qualificação de trabalhadores da área, especialmente a partir do início do século XXI, com foco especial na formação voltada para o serviço.

Na tessitura do uso de TIC no âmbito da EAD, o Ministério da Saúde tem investido em Políticas Públicas, por meio de programas, ações e atividades, que possibilitam a formação *online* dos profissionais da área. Nesta perspectiva, se insere a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), instituída em 2004, que é responsável pela formação de recursos humanos da área, através de Ambientes Virtuais de Aprendizagem – AVA, que se utilizam de recursos educacionais eletrônicos no processo de ensino-aprendizagem.

(Rodrigues & Morais, 2020)

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) representa um marco para a formação e trabalho em saúde no Brasil. Em sua proposta, a PNEPS assume a regionalização da gestão do SUS como base para o desenvolvimento de iniciativas qualificadas para o enfrentamento das carências e necessidades do sistema nacional de saúde²¹.

Também conhecida como educação no trabalho em saúde, a educação na saúde apresenta duas modalidades: 1) Educação continuada: contempla as atividades de período definido para execução e utiliza, em sua maior parte, os pressupostos da metodologia de ensino tradicional, como exemplo as ofertas formais nos níveis de pós-graduação; 2) Educação Permanente em Saúde (EPS): se configura como a aprendizagem significativa e na

²¹ Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. (n.d.). PORTARIA No 1.996, DE 20 DE AGOSTO DE 2007. Dispõe Sobre as Diretrizes Para a Implementação Da Política Nacional de Educação Permanente Em Saúde. Retrieved February 19, 2022, from https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996_20_08_20_07.html

possibilidade de transformar as práticas profissionais no ambiente de trabalho, contexto no qual o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações (Brasil, 2018).

A Política de Educação Permanente em Saúde deixou de ser simplesmente uma proposta do Ministério da Saúde para ser uma política do SUS. O Ministério da Saúde propõe a Educação Permanente em Saúde como estratégia de transformação das práticas de formação, de atenção, de gestão, de formulação de políticas, de participação popular e de controle social no setor da Saúde.

(Batista & Gonçalves, 2011)

No Brasil, uma das ferramentas implementadas para a prática da Educação em Saúde é o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), um ambiente *online* em que mídias eletrônicas diversas são utilizadas para a disponibilização de conteúdos instrucionais e que permite a interação entre os atores do processo educativo (Batista & Gonçalves, 2011). De acordo com Araújo et al. (2020), as novas metodologias de aprendizagem que contam com o apoio das TIC são úteis em realidades como as do Brasil, pelo fato de o país possuir extensas dimensões territoriais e um sistema público de saúde descentralizado, com profissionais atuando nas regiões mais distantes.

Assim, em alinhamento com as demandas de formação de recursos humanos dispostas pela PNEPS, a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde idealizou o Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde (AVASUS). A plataforma foi desenvolvida e implementada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEDIS) e do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS). Unindo educação, tecnologia e saúde, o AVASUS²² oferece cursos totalmente gratuitos para estudantes, profissionais de saúde de todas as áreas e para a população em geral. Os concluintes recebem um certificado de curso livre para cada módulo educacional finalizado.

De acordo com dados da página de transparência do projeto²³, até fevereiro de 2022 o AVASUS contava com 818.882 usuários cadastrados, 315 cursos ativos e 2.105.024 inscrições realizadas, das quais 1.297.658 tinham direito à certificação. Os cursos ofertados

²² LAIS (HUOL). (n.d.). Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde. Projetos. AVASUS. Retrieved February 19, 2022, from <https://lais.huol.ufrn.br/?projetos=avasus>

²³ Brasil. AVASUS. (n.d.). Ambiente de Aprendizagem do SUS. Transparência. Retrieved February 19, 2022, from <https://avasus.ufrn.br/local/avasplugin/dashboard/transparencia.php>

na plataforma são produzidos por instituições com referência em educação a distância, como a própria UFRN, por exemplo.

O AVASUS instituiu uma mudança no que diz respeito à lógica de produção de conteúdos educacionais e certificação, através de uma transformação conceitual que promove a remuneração das universidades produtoras, exclusivamente, pelos conteúdos produzidos. Os autores do material assinam o modelo de licenciamento de conteúdos Creative Commons 4.0, o que faz com que a instituição produtora do conteúdo seja titular, mas não proprietária. Isso permite que o conteúdo seja reutilizado, remixado e distribuído. Desse modo, quanto mais alunos certificados em um dado curso, menor será o custo-aluno, que passa a ser regressivo.

(Rodrigues & Morais, 2020)

Assim, a iniciativa do Ministério da Saúde do Brasil junto ao LAIS e à SEDIS em promover aprendizagem ao longo da vida a profissionais de saúde, docentes e estudantes, além da população em geral, por meio da plataforma AVASUS está alinhada ao compromisso mundial com a educação pra 2030. Os módulos são criados a partir das demandas (social ou epidemiológica) do serviço de saúde do território brasileiro (Rodrigues & Morais, 2020). Após a definição do que se produzir, elege-se um coordenador, responsável por definir a estrutura e acompanhar o processo de criação do curso. Na sequência, o conteudista fornece o texto do módulo educacional, que passa pela Revisão Pedagógica; pelo setor de Design Instrucional, cuja missão é propor e acompanhar a produção de recursos (linhas do tempo, animações, vídeos, jogos, *podcasts*); e pelos setores de revisão de Língua Portuguesa e de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A estrutura básica dos cursos que compõem o AVASUS é de recursos educacionais abertos dispostos em mídias contemporâneas como e-books, vídeos, animações, jogos, HTMLs interativos, infográficos, histórias em quadrinhos e outros. O conteúdo é pensado por docentes e profissionais que trabalham no serviço de saúde, ou seja, conhecem a realidade que precisa ser ensinada ao público. E a adaptação deste conteúdo para mídias é feito por uma equipe do LAIS e da SEDIS com expertise na produção de materiais didáticos dinâmicos e interativos, conforme será explicitado mais adiante.

(Araújo et al., 2020)

Finalizada a produção dos recursos e concluída a diagramação do conteúdo conforme projeto gráfico, o módulo educacional é adaptado pelo setor de Suporte Tecnológico no AVASUS e, após validação do conteudista, é finalmente disponibilizado ao público.



Figura 3- Fluxo do material educacional desde sua elaboração até sua disponibilização ao público.
 Fonte: Maurício de Oliveira Jr. (2022).

Hospedado no link <https://avasus.ufrn.br/>, o AVASUS é a plataforma em que módulos educacionais sobre a prevenção, tratamento, e cura da sífilis – frutos de investigação de pesquisadores que compõem a iniciativa de Pesquisa Aplicada para Integração Inteligente Orientada ao Fortalecimento das Redes de Atenção para Resposta Rápida à Sífilis – estão sendo disponibilizados como parte do Projeto “Sífilis Não!”.

BRASIL Acesso à Informação Participe Serviços Legislação Canais

AVASUS O que você quer aprender? Início Cursos Parceiros Sobre nós Transparência Ajuda Entrar Cadastrar

Ambiente virtual de Aprendizagem do SUS

Início / Módulos

Sífilis Congênita: do pré-natal ao acompanhamento ambulatorial

LAIS / SEDIS / NESC / UFRN / MS

Conhecendo as peculiaridades da sífilis na gestante. A importância do tratamento adequado na gestação. Diagnóstico e tratamento no recém-nascido. Acompanhamento ambulatorial da criança nos dois anos de vida. [Ver mais](#)

Sífilis: Patogênese, desenvolvimento da resposta imune e métodos diagnósticos

LAIS / SEDIS / UFRN / MS

Patogênese da Sífilis; Desenvolvimento da resposta imune; Diagnóstico laboratorial; Métodos treponêmicos; Métodos não-treponêmicos. [Ver mais](#)

Sífilis Adquirida

SBDST / OPAS / UFRN / LAIS / MS

Este é um módulo que faz parte de um programa maior, realizado por meio de 15 webinários semanais, e que tratam de temáticas das doenças transmissíveis e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Nesta versão especificamente, estaremos [Ver mais](#)

Vigilância Epidemiológica das IST - Sífilis

SBDST / OPAS / UFRN / LAIS / MS

Esta videoconferência com intuito educacional é a primeira de um conjunto de 15 webinars, que tem por objetivo apresentar todos os capítulos do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Ministério da Saúde para as Infecções Sexu. [Ver](#)

Transmissão Vertical da Sífilis

UFRN / LAIS / SEDIS / OPAS / SBDST / MS

A transmissão vertical da sífilis ainda é um grande problema de saúde pública no Brasil. O Módulo "Transmissão Vertical da Sífilis" visa contribuir para a efetivação do diagnóstico e tratamento imediato dos casos de sífilis, materna. [Ver mais](#)

Sífilis e Gonorreia no Brasil - Gonococo no Brasil

UFRN / SEDIS / LAIS / NESC / MS

Este Recurso Aberto de Aprendizagem (REA) é destinado a profissionais de saúde e de educação que tenham em seu fazer necessidades de conhecimento a respeito do comportamento das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), com

Figura 4 - Captura de tela de módulos educacionais sobre a Sífilis disponíveis no AVASUS.

Fonte: <https://avasus.ufrn.br/local/avasplugin/cursos/cursos.php?search=s%C3%ADfilis>. Accessed: 2020-09-24

E é neste espaço que objetivamos ofertar o REA desenvolvido em cocriação com a comunidade indígena Potiguara de Baía da Traição.

3.1 Produção de conhecimento a partir de saberes locais

Em seu modo de se relacionar com o mundo, o homem interage com a realidade ao seu redor, da mesma maneira em que está, de fato, nessa realidade. De acordo com Paulo Freire (2015), existe pluralidade e singularidade nessa relação pois, ao criar, recriar e decidir, o homem dinamiza seu próprio mundo e domina a realidade. As relações se dão por meio do diálogo e da troca de saberes e, para Freire, é na educação que esses processos seriam utilizados para permitir aos envolvidos a tomada de consciência do mundo.

O processo de colonização decorrente da invasão dos europeus aos territórios latino-americanos impactou profundamente a cultura dos povos originários. Segundo Leite & Leite (2012), os colonizadores trouxeram às novas terras, além de suas práticas econômicas e organizacionais da vida social, tecnologias e armas, um modelo cultural pautado na centralidade de sua própria cultura, violentamente imposta às populações locais. Além dos frequentes etnocídios, da extorsão econômica e da opressão política, as sociedades periféricas colonizadas sofreram também a inviabilização de sua produção subjetiva.

O exercício da busca pelo conhecimento e a prática da educação na América Latina, ao longo dos seus 500 anos de existência histórica, desvela claramente o processo de mera transposição cultural. Poderia soar como insanidade teórica ou especulativa pensar na possibilidade de um regresso da ciência ou do saber científico com vistas a estabelecer um diálogo e mesmo incorporar os saberes locais?

(Leite & Leite, 2012)

Os autores referem-se ao conceito proposto por Geertz (2014), de construção de uma postura de respeito aos conhecimentos locais, em que os cientistas se relacionariam de forma não hierárquica com os portadores do saber local. A pretensa ideia de um progresso universal, unificado e totalmente formalizado da ciência acaba por afastar a possibilidade de se pensar a união do novo e do antigo em termos de saberes, técnicas ou tecnologias (Leite & Leite, 2012).

Parece-nos que há um desperdício de experiências acumuladas. E tal desperdício se dá em decorrência de uma razão indolente, preguiçosa, que se furta a pensar processos que resultam da conjunção de um passado mais distante (a chamada tradição pré-moderna) – considerado por muitos como inútil ou não aplicável no presente – com aquilo que se (re)inventou num passado recente (o moderno).

(Leite & Leite, 2012)

Para Geertz, conhecimento se constrói a partir da compreensão de significados localizados, próprios dos contextos culturais em que são produzidos (Frehse, 1998). Para que se torne possível a ampliação de relações possíveis entre sociedades, segundo Severino (2021), é preciso que se faça reconhecer a existência de tantas outras expressões culturais existentes. Isso é o que configura o multiculturalismo: reconhecer a manifestação real da diversidade e da alteridade.

A adoção de uma perspectiva intercultural nasce da própria afirmação da identidade da cultura local, a partir da qual cabe desenvolver o pensamento e a fala. Isso porque, por meio do reconhecimento da singularidade dessa cultura, ela é posta frente às outras, uma vez que os humanos se distribuem em múltiplas formas de expressão cultural.

(Severino, 2021)

De acordo com Martín-Barbero (1997), um passo dado no caminho oposto ao da aculturação imposta pelos colonizadores é o da transformação não apenas do saber (global para local), mas também dos modos populares de sua transmissão. O mundo vigente imposto é o vertical, uniforme e centralizado; o mundo culturalmente diferente é descentrado, horizontal e ambivalente. Essa visão corrobora a concepção de Paulo Freire sobre a educação, um processo coletivo de saberes e fazeres construídos a partir da troca, em que não há um que sabe e outro que não sabe, uma vez que “os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Hoefel et al., 2015).

Nesse sentido, a produção de conhecimentos e práticas constituem processos pedagógicos que se concretizam no ato de compartilhamento dos saberes e vivências acumulados por cada um dos sujeitos envolvidos. Saberes estes que só podem emergir a partir da práxis, entendida no pensamento freireano enquanto reflexão e ação dos homens sobre o mundo.

[...]

Assim, a educação popular busca despertar a capacidade de pensar criticamente e intervir na realidade, essência maior da educação enquanto prática de libertação. Desse modo, ela constitui um processo político que busca a emancipação social e implica necessariamente o respeito e a valorização das distintas culturas e sistemas de pensamento, visto que cada um deles produz conhecimentos e revela modos de compreender, viver e relacionar-se no mundo e com o mundo.

(Hoefel et al., 2015)

Como em outros setores da sociedade, nos sistemas de ensino a lógica de uma imposição globalista de transmissão de conhecimento também se viu repetida ao longo dos séculos. Mas, para Moreira (2018), um movimento de resistência vem sendo praticado localmente. Se a instituição escolar é uma instituição que acompanha os processos de globalização, intervenções das comunidades educativas locais buscam adequá-la aos traços culturais e sociais das respectivas comunidades. Os sistemas educativos locais introduzem no currículo aspectos relacionados ao etnoconhecimento e à geografia local, evidenciando a diferença como algo imprescindível, que humaniza e particulariza as tendências homogeneizantes, mostrando como cada ser humano é único em sua natureza (Moreira, 2018). No entanto, não se trata de uma tentativa de autoisolamento. As comunidades indígenas que lutam por uma educação escolar que valorize a sua cultura são as mesmas que lutam pela existência de um diálogo entre os seus saberes tradicionais e os de outros povos (Silva, 2019). Nesse contexto, a interculturalidade surge como uma das demandas basilares dessa educação escolar.

A escola, de maneira geral, tem ajudado a cristalizar percepções infecundas sobre literatura e escrita, na medida em que *desprestigia as práticas de oralidade*. Em se tratando das escolas situadas em comunidades indígenas, essas percepções parecem acentuar mais ainda essa esterilidade, considerando que *a maioria dessas comunidades ainda têm na oralidade a sua principal forma de transmissão de seus legados tradicionais*, e a escola ainda a desconsidera.

A mudança da atual situação da educação escolar indígena passa pela formação de professores, pela construção de materiais adequados às realidades de cada povo, pelo respeito aos conhecimentos

tradicionais, assim como pela manutenção da interculturalidade, como anseiam as comunidades tradicionais.

(Silva, 2019, grifos nossos)

No âmbito da saúde, a relação entre profissionais e comunidade, ou seja, entre os detentores do conhecimento científico e os detentores do conhecimento popular deve ser marcada pelo vínculo afetivo, pela dialogicidade e pela problematização das questões suscitadas nesse diálogo, que é experienciado no cotidiano dos serviços de saúde e das comunidades em que estes estão inseridos. Assim, o cuidar em saúde preserva a singularidade de cada coletividade e indivíduo, considerando suas reais necessidades a partir do contexto em que estão inseridos (Batista et al., 2014).

Nesta perspectiva, a Estratégia Saúde da Família (ESF), porta de entrada preferencial às redes de atenção à saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) que operacionaliza territorialmente o cuidado centrado na pessoa com a participação da comunidade, é viva e reflete o cotidiano dos territórios e dessas relações. Portanto, se faz necessário incorporar e reconhecer os saberes populares no processo de cuidado e de responsabilização.

(Oliveira et al., 2020)

De acordo com Martín-Barbero (1997), no conjunto das transformações dos últimos anos o que se começa a produzir é um descentramento do conceito de cultura, tanto em seu universo semântico como no pragmático. É um redesenho global das relações cultura/povo e povo/classes sociais. Para que se busque uma perspectiva intercultural que admita a igualdade dos conhecimentos para além de toda a categorização e hierarquização impostas pelo etnocentrismo da dominação cultural ocidental, é preciso revalorizar os saberes locais, produzidos pelas culturas tradicionais, locais ou regionais, considerando seus contextos de produção, e criar condições para compartilhá-los em uma perspectiva de complementaridade, associando-os aos conhecimentos produzidos pelo Ocidente (Marin, 2009).

Segundo Morin e Terena (2010), uma característica dos povos indígenas é que eles não procuram traduzir seus pensamentos e sentimentos, e sim demonstrá-los. Paiva (2013) lembra que o conhecimento indígena registrado torna as narrativas desses povos potenciais fontes de informação sobre suas histórias. Um conhecimento que vem sendo reconstruído, entre suas tradições e sua luta pela sobrevivência, incorporando valores e os ressignificando.

As narrativas dos Potiguara apontam uma ruptura com o discurso do colonizador, posto que demonstram a incorporação de novos valores, ou seja, trata-se de ressignificar os valores preexistentes no discurso do colonizador. Ao se descreverem, os Potiguara apontam novos valores: são trabalhadores da lavoura da cana ou do manguê, habitam em casas, e não, nas florestas, e participam de

diferentes religiões que tornaram suas também. O discurso dos Potiguara desprende o presente do passado e apresenta um contradiscurso que nega os estereótipos produzidos pelos colonizadores; é um discurso de resistência.

(Paiva, 2013)

Assim, em sua maior parte, é a memória dos mais velhos, que repassam histórias às gerações mais novas, que mantém esse conhecimento tradicional vivo e elemento ativo na resistência dos povos originários (Filho, 1988). O saber local é produzido a partir de indivíduos e de comunidades localizados em seu presente e passado. São raízes múltiplas, do ontem, do agora, que fecundam para frutos e raízes futuras. Para que não se percam, esses saberes devem ser compartilhados em uma sociedade inter e multicultural. “Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente” (Filho, 1988).

3.2 Experiência na Tanzânia: produzindo o curso “Atividade do voluntário de saúde comunitária em localidades rurais”

3.2.1 Cocriar

A garantia da aprendizagem como direito humano fundamental e processo transformador de vários aspectos na vida de um indivíduo foi reforçada nos últimos anos por entidades e pesquisadores mundiais. Nesse aspecto, o avanço das TIC proporcionou o crescimento da oferta de uma importante aliada, tanto na educação formal quanto informal: a Educação a Distância (Araújo et al., 2020). Já Sebriam et al. (2017) reforçam que **cocriar** é uma forma de participação que acontece quando pessoas de distintas áreas e saberes engajam-se para contribuir com a concepção e o progresso de um tema comum, trazendo benefícios para todas as partes envolvidas no processo. Assim, quando desenvolvidos a partir da realidade das comunidades, em cocriação com seus membros e refletindo suas necessidades, os objetos de aprendizagem ganham significado ainda mais profundo, pois podem contribuir para a sedimentação dos conhecimentos locais e sua transmissão para atuais e futuras gerações.

Em 2019, o Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde encampou sua primeira grande experiência na produção em educação a distância com base em sujeitos e saberes locais. Tal empreitada, que descrevemos a seguir, serviu como parâmetro inicial para o desenvolvimento desta tese, tendo em vista o sucesso alcançado pela iniciativa e as

demandas existentes pela construção de materiais educacionais que se pautem nas necessidades específicas de cada população, de cada localização.

3.2.2 Demanda

O AVASUS, conforme estudado no início deste capítulo, é uma estratégia do Ministério da Saúde do Brasil, desenvolvida por meio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que contribui para os processos de formação em larga escala, suporte em ambientes virtuais de aprendizagem e objetos de aprendizagem na promoção da educação permanente em saúde direcionada para os trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS). No ano de 2018, o AVASUS foi o ambiente virtual que Rafael Silva, um brasileiro missionário vinculado à organização não governamental Youth with a Mission (YWAM), escolheu para se capacitar sobre questões de saúde comunitária, com vistas ao enriquecimento do trabalho voluntário que ele realiza na cidade de Morogoro, na Tanzânia²⁴. Ele promove atividades de prevenção e amparo a menores em situação de risco, apoio e recuperação de dependentes químicos e, principalmente, desenvolvimento comunitário, que é foco do trabalho desenvolvido em países da África.

Ao tomar conhecimento das demandas de capacitação em saúde apresentadas pelo contexto de atuação de Rafael Silva e tendo em vista que essas necessidades diferem da realidade brasileira, o LAIS decidiu enviar uma pequena equipe de pesquisadores à Tanzânia. O objetivo dessa primeira missão era verificar se realmente apenas uma tradução de cursos ofertados no AVASUS seria suficiente para o auxílio efetivo ao missionário em suas atividades ou se algo mais poderia ser feito. Tal decisão vai ao encontro da trajetória de cooperações técnicas nacionais e internacionais traçada pelo laboratório brasileiro²⁵, bem como o alinhamento da UFRN à Agenda 2030 da ONU e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Neste caso, especificamente os de saúde, educação e cooperação técnica internacional (ODS 3, 4 e 17, respectivamente).

Os pesquisadores da primeira visita ao país africano, realizada em outubro de 2018, depararam-se com a realidade local: entre 70 e 80% da população tanzaniana vive em áreas

²⁴ Youth With A Mission. (n.d.). YWAM Morogoro. Retrieved February 27, 2022, from <https://ywam.org/location/ywam-morogoro/B-435/>

²⁵ Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde. (n.d.). Internacionalização. Retrieved February 27, 2022, from <https://lais.huol.ufrn.br/internacionalizacao/>

rurais, com acesso praticamente nulo a serviços básicos como saúde, educação, água e redes de saneamento. A Tanzânia é um dos países mais pobres do mundo, com um PIB per capita de 944 € em 2020 e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,529 em 2019²⁶.

Diante desse contexto, o LAIS decidiu não apenas traduzir um curso já disponível no AVASUS para que Rafael Silva pudesse utilizá-lo em suas atividades, e sim produzir um curso para voluntário de saúde comunitária em localidades rurais na Tanzânia, respeitando as especificidades políticas, sociais, culturais e de saúde do país. Essa produção envolveria planejar o conteúdo necessário e organizar uma nova missão com uma equipe que gravaria vídeos no idioma suaíle, com médicos e a população local.

A experiência com uma comunidade da Tanzânia traria a oportunidade de analisar as ações do LAIS como agente de cooperação técnica internacional, como executor de ações de educação e de comunicação em saúde, mas principalmente como Laboratório aberto ao aprendizado e à incorporação de novos conhecimentos para o aprimoramento de sua agenda de inovação, a fim de apoiar o Brasil e qualquer outro país no alcance dos ODS. A iniciativa ainda formalizaria esta como uma das principais experiências do LAIS na produção de conhecimento local em saúde a partir de sujeitos e saberes locais.

O fluxo de produção de objetos de aprendizagem desenvolvido pela SEDIS e pelo LAIS, já apresentado neste capítulo, foi adaptado ao objetivo dessa cooperação. Rafael Silva, juntamente com dois médicos locais e fisioterapeutas que prestam serviço em programas internacionais baseados em Morogoro produziram os textos dos conteúdos em conformidade com a realidade da Tanzânia. Com a consultoria dos pesquisadores brasileiros, o planejamento pedagógico do curso foi feito dividindo-o em dez unidades temáticas e elencando as prioridades de aprendizagem para a população das comunidades rurais.

Foram considerados hábitos, costumes, tradições e especificidades políticas, religiosas, econômicas e culturais, de maneira que o público se identificasse com o material com o qual teria contato. Para que fosse possível alcançar esse objetivo, optou-se por apresentar o conteúdo em vídeos.

²⁶ [countryeconomy.com](https://pt.countryeconomy.com/paises/tanzania). (n.d.). Tanzânia 2022. Retrieved February 27, 2022, from <https://pt.countryeconomy.com/paises/tanzania>

The choice of this media is justified mainly by pedagogical reasons: due to the low literacy level of the target communities of the course, its application should be through a simple, visual, easily assimilated media and clearly presenting elements that dialogue with their daily lives and culture. It was also decided to include the two doctors as presenters of the course, speaking in Swahili, the most widely spoken language in the country, understood by the majority of the population. The image of the qualified professional to transmit the information was pointed out as fundamental to the success of the course.

(Araújo et al., 2020)

Os tópicos do curso abordavam conceitos em torno de sistemas de saúde locais, higiene, primeiros-socorros, comunicação e a importância do voluntário de saúde comunitária em comunidades rurais. Essa definição foi feita com base na própria experiência de trabalho dos profissionais locais, a partir do contato com as populações e suas maiores carências e deficiências de aprendizagem em saúde.

3.2.3 Produção

Em janeiro de 2019, já na etapa de produção do curso, a segunda missão de pesquisadores do LAIS viajou à Tanzânia. A pequena comitiva era composta por dois câmeras (sendo um deles responsável pela direção geral e o outro pela direção de cena) e uma produtora, que também atuou como designer instrucional. A meta era gravar e pré-editar todos os vídeos do curso durante o período de permanência no continente africano. Em dez dias, além dos trajetos de deslocamento entre a capital Dar el Saalam e a cidade de Morogoro, foram captadas a apresentação do conteúdo pelos médicos, as imagens de apoio e das simulações de situações-problema em saúde nas comunidades e tribos locais. Foi planejada a presença de um tradutor, devido à necessidade de, durante as gravações, ser verificada a correspondência entre as falas dos médicos tanzanianos, em suaíli, e o roteiro proposto, bem como para auxílio na etapa de pré-edição. Tudo para que, na volta ao Brasil e durante a finalização da edição dos vídeos, os editores não se deparassem com inconsistências que não poderiam ser corrigidas senão com a realização de uma nova viagem, possibilidade inexistente em tal contexto.



Figura 5 - Tradutor trabalhando com um médico e com a designer instrucional durante as gravações.
Fonte: Araújo et al. (2020).

A equipe brasileira encontrou diversas dificuldades durante a etapa de gravações, como a inexperiência dos médicos tanzanianos diante de câmeras; as longas jornadas diárias de gravação sob o sol forte característico da região; a falta de itens técnicos que tiveram de ser comprados no comércio local e adaptados para o atendimento de demandas como otimização de iluminação para gravação em ambientes internos (não havia energia elétrica nas humildes casas das comunidades rurais); dentre outras situações adversas.



Figura 6 - Captura de tela do vídeo de boas-vindas do curso.

Fonte: <https://avasus.ufrn.br/local/avasplugin/cursos/curso.php?id=310>. Accessed: 2022-02-27

Entretanto, a comitiva brasileira também pôde contar com o comprometimento da equipe local, que ouvia as instruções e complementava com suas opiniões; e com o envolvimento das comunidades e tribos na captação de cenas para o curso, incluindo as simulações de queimaduras, fraturas e desmaios, contribuindo para ilustrar o material didático com cenas que condiziam com a realidade local. “It was noted the residents' satisfaction to belong to the work and to feel useful to contribute with an education project for their people” (Araújo et al., 2020).



Figura 7 - Residentes da comunidade da Tanzânia simulando uma cena de desmaio.
Fonte: Araújo et al. (2020).

O tradutor acompanhou a equipe durante a pré-edição, que aconteceu no último dia de trabalho, e na pós-produção, em que todo o conteúdo do curso foi traduzido para português e inglês.

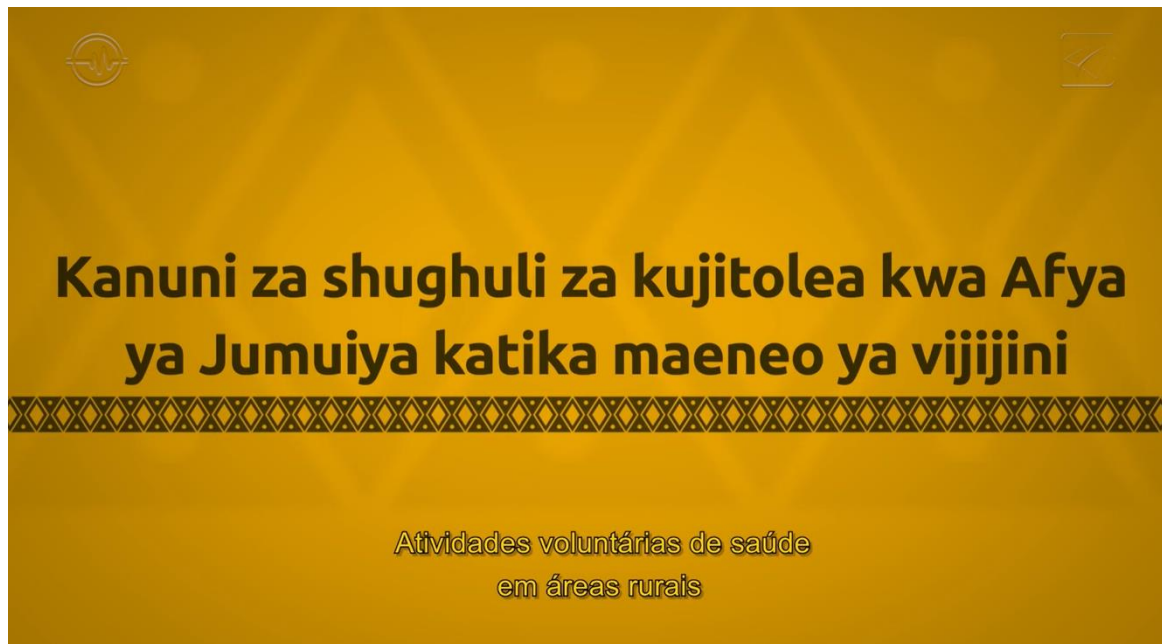


Figura 8 - Captura de tela da vinheta de abertura do curso.
Fonte: <https://avasus.ufrn.br/local/avasplugin/cursos/curso.php?id=310>. Acessado em: 2022-02-27

3.2.4 Produto

O curso “A atividade do voluntário de saúde comunitária em localidades rurais” foi disponibilizado no AVASUS em 4 de dezembro de 2019²⁷. O Recurso Educacional Aberto conta com carga horária de 15h e, até fevereiro de 2022, contabilizava 1.622 alunos matriculados.

²⁷ Brasil. AVASUS. (n.d.). Ambiente de Aprendizagem do SUS. Módulo. Retrieved February 27, 2022, from <https://avasus.ufrn.br/local/avasplugin/cursos/curso.php?id=310>

The screenshot shows the AVASUS website interface. At the top, there is a navigation bar with the AVASUS logo, a search bar, and links for 'Início', 'Cursos', 'Parceiros', 'Sobre nós', 'Transparência', 'Ajuda', and 'Sair'. Below the navigation bar, the main header features the course title 'A atividade do voluntário de saúde comunitária em localidades rurais' and a 'Entrar no curso' button. A secondary navigation bar includes 'INFO', 'SOBRE', 'OBJETIVOS', 'CONTEÚDO', and 'CRÉDITOS'. The 'CONTEÚDO' section is highlighted and contains a list of ten units, each with a checkmark icon:

- Unidade 01** – Acolhimento
- Unidade 02** – Conhecendo o sistema de Saúde Público da Tanzânia
- Unidade 03** – Princípios da atividade do voluntário de saúde comunitária em localidades rurais
- Unidade 04** – Conhecendo as doenças mais prevalentes na comunidade
- Unidade 05** – A rotina de atividades do voluntário de saúde comunitária em localidades rurais
- Unidade 06** – O voluntário de saúde comunitário em localidades rurais e os diferentes métodos de comunicação
- Unidade 07** – A importância da captação de dados através do voluntário de saúde comunitária em localidade rurais
- Unidade 08** – Identificar as doenças mais comuns em uma comunidade rural com ausência de saneamento básico e água potável restrita
- Unidade 09** – O voluntário de saúde comunitário em localidade rurais e sua motivação
- Unidade 10** – Encerramento

Below the list, there is a section titled 'Como nos organizamos' with a 'METODOLOGIA' paragraph and a 'RECURSOS UTILIZADOS' section.

Figura 9 - Captura da tela inicial de informações sobre o curso.

Fonte: <https://avasus.ufrn.br/local/avasplugin/cursos/curso.php?id=310>. Acessado em: 2022-02-27

A produção deste curso exemplifica que a educação para todos é uma responsabilidade social que pode ser compartilhada pelo Estado, sociedade civil, organizações não governamentais, instituições de ensino, entidades privadas e tantos outros entes, que podem unir forças para pensar o desenvolvimento sustentável.

The Federal University of Rio Grande do Norte, through LAIS and SEDIS, has been implementing national and international cooperation actions to generate innovative solutions that can contribute to the Sustainable Development Goals of the 2030 Agenda. Lifelong learning in health for professionals, teachers, students and the general population is a concrete step in this direction.

(Araújo et al., 2020)

Os REA têm potencial para aumentar o acesso a uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, ao ressaltar competências importantes do século XXI, como colaboração, autoria compartilhada e revisão por pares, chamando a atenção para a flexibilização do direito autoral, especialmente para uso educativo.

Capítulo 4: Do rádio ao *podcast*: a comunicação sonora e a educação no Brasil

Roquette-Pinto, considerado o patrono da radiodifusão brasileira, cunhou uma das frases que entraram para a história do nosso rádio: “O rádio é a escola dos que não têm escola” (Ribeiro, 2009). Um dos principais meios de comunicação eletrônicos do nosso tempo, o rádio permite que o falar desempenhe o papel principal no processo de comunicação de massa, em que se conta, basicamente, com o som que parte do emissor e com a audição do receptor. No Brasil, seu surgimento está intimamente ligado à Educação. Por seu baixo custo de produção e pelo fato de a oralidade ser forte característica da comunicação indígena, conforme abordamos no Capítulo 3, essa mídia sonora, em sua versão atualizada (*podcast*) foi a escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa. Assim, reservamos este capítulo para tratar de sua conexão com a instrução e demais possibilidades.

4.1 A função social do rádio

Ainda no fim da década de 1920, Bertold Brecht (2005) já proclamaria, em sua Teoria do Rádio, o poder que esse meio de comunicação poderia ter, exercendo a função de elo entre sociedade e governo, permitindo o diálogo e o entendimento entre os setores e se constituindo em ferramenta poderosa na construção da cidadania. No Brasil, a história oficial do rádio tem início com a instalação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, no dia 20 de abril de 1923, por Edgard Roquette-Pinto e Henry Charles Morize, e sua primeira transmissão, em 1º de maio do mesmo ano (Moura, 2020).



Figura 10 - Roquette-Pinto, um dos fundadores do rádio no Brasil.
Fonte: Revista Galileu (2019).²⁸

Em 1934, durante a gestão de Anísio Teixeira na Diretoria Geral de Instrução Pública do Rio de Janeiro, Roquette-Pinto inaugura uma estação de rádio voltada para as escolas do município do Rio. Conhecida como Rádio-Escola Municipal, a emissora, com sede junto ao Instituto de Pesquisas Educacionais e transmissor instalado no Instituto de Educação, recebeu o lema “Ensinar para educar; educar para servir à Pátria” (Amarante, 2016).

Essa função educativa do rádio no Brasil, segundo Moreira (1991), foi oficializada em 1936, com a doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao Ministério da Educação e Cultura, que culminaria na criação da Rádio MEC²⁹. Em 1937, Getúlio Vargas criou o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), com a finalidade de preparar e promover a difusão de programas educativos.

Amarante (2016) pontua que, em quase toda sua trajetória, o rádio no continente sul-americano está diretamente ligado à oferta instrucional ao público. Ao longo de sua história, são inúmeros os programas desenvolvidos por emissoras comunitárias, educativas, universitárias e comerciais em parceria com instituições públicas e privadas que indicaram

²⁸ Quem foi Roquette-Pinto, o pai da radiodifusão brasileira. (n.d.). Revista Galileu | Sociedade. Retrieved May 8, 2022, from <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/09/quem-foi-roquette-pinto-o-pai-da-radiodifusao-brasileira.html>

²⁹ EBC. (n.d.). Rádio MEC | EBC Rádios. Retrieved February 28, 2022, from <https://radios.ebc.com.br/mecamrio>

caminhos para a capacitação e instrução de pessoas. Segundo Zuculoto (2012), entre as décadas de 1940 e 1970 o número de rádios-escola seguiu crescendo no Brasil, desenvolvendo as sementes plantadas pela Rádio Sociedade e por Roquette-Pinto. O segmento passou a incluir produção e transmissão de programas de educação formal, instrucionais, com incremento de aulas pelas ondas radiofônicas. Para Zuculoto (2012), a “Era de Ouro” do rádio educativo no país aconteceu nas décadas de 1970 a 1980, por ter sido o período de consolidação da radiofonia educativa mais voltada para o ensino instrucional, com muitos projetos sendo desenvolvidos. A legislação, os avanços das tecnologias da comunicação e a intensificação das políticas dos governos militares, segundo a autora, foram os elementos propulsores do rádio educativo à época.

Frente à concorrência da televisão e com novas tecnologias, assim como todo o rádio, inclusive o comercial, também o segmento então conhecido como educativo precisa buscar alternativas de sobrevivência. Por isso, esta igualmente é a fase de avanço da educação não-formal como linha de programação, com a época do estabelecimento das cadeias retransmissoras, possibilitadas pelo satélite, tendo a Rádio MEC-Rio como a cabeça de rede principal e a Cultura AM de São Paulo, agora já operando como não-comercial, como referência em franca consolidação. Este avanço tem como principal expressão a instituição do SINRED - Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa que reúne emissoras educativas em coproduções e em transmissões de programas em cadeia nacional.

(Zuculoto, 2012)

Atualmente, as emissoras estatais, educativas, culturais e universitárias, antes integrantes do Sistema Educativo de Rádio, buscam ampliar a visão de sua classificação como rádios-escola, e se colocam como rádios públicas, com programações que se expandem para fora do eixo instrutivo. Em 2004, foi criada a ARPUB, Associação das Rádios Públicas do Brasil, que incorporou também as emissoras comunitárias.

Para Baumworcel (2016), a atual existência de outras experiências de educomunicação sonora, com as rádios escolares, webradio e *podcasts*, prova a superação dessa fase. Segundo a autora, na sociedade contemporânea, a mídia sonora ocupa um lugar na educação dos sujeitos em um sentido mais amplo, que vai além da circulação de saberes específicos, ou seja, vai além do caráter instrutivo. “O rádio influencia a formação de mentalidades, de hábitos, de atitudes, de identidades, afetando a constituição de valores, conhecimentos e referências culturais” (Baumworcel, 2016).

4.2 *Podcast*: a evolução do rádio como recurso educacional

Para Ferraretto e Kischinhevsky (2011), novas lógicas de produção, distribuição e consumo de conteúdos radiofônicos em um ambiente de convergência midiática levaram à expansão do rádio rumo às plataformas digitais, reconfigurando as práticas comunicacionais nesse meio. Os autores apontam que o novo lugar do rádio engloba um novo viés tecnológico (mudança na infraestrutura de produção, distribuição e recepção de conteúdos em suportes digitais, como computadores, gravadores, softwares de edição e gestão de conteúdos, bases de dados, redes de fibra óptica etc.); empresarial (origem e composição dos capitais que controlam os grupos de comunicação, suas alianças, fusões e aquisições, participações societárias cruzadas); profissional (integração de estruturas para produção de conteúdos a serem distribuídos em múltiplos suportes, mudanças nas rotinas e nas relações de trabalho e questões relacionadas à formação e à qualificação de mão-de-obra em ambiente multimídia); e dos conteúdos (produção de conteúdo com a exploração de novas linguagens e formatos possibilitados pela hibridização de formas simbólicas desenvolvidas para difusão em multiplataforma).

Esta reconfiguração se evidencia na esfera da indústria da radiodifusão com a emergência do *podcasting*, modalidade de rádio sob demanda, em que o internauta pode baixar os arquivos de áudio para seu computador e/ou para seu tocador multimídia.

(Ferraretto & Kischinhevsky, 2011)

O termo *podcasting* é um neologismo que une o sufixo “*casting*” (distribuição ou difusão, no sentido midiático) com o prefixo “*pod*”, que representa o impacto dos tocadores portáteis de arquivos digitais de música (os chamados *mp3 players*), como o *iPod*, da *Apple*. Segundo Lopez (2010), o termo também pode ser derivado de *Portable on Demand Broadcast* (Transmissão por demanda portátil, em tradução livre) e não teria sido cunhado pelo criador do formato, Adam Curry, mas pelo jornalista Ben Hammersley, o primeiro a usá-lo em artigo do jornal inglês *The Guardian*, em fevereiro de 2004³⁰. Já no ano seguinte, o termo *podcast* ganhou o título de “palavra do ano” pelo dicionário *New Oxford American*³¹ (Freire, 2017).

³⁰ Ben Hammersley. (2004). Audible revolution. Television Industry | The Guardian. <https://www.theguardian.com/media/2004/feb/12/broadcasting.digitalmedia>

³¹ WIRED. (n.d.). Oxford Dictionary Names “Podcast” 2005 Word of the Year. Retrieved February 28, 2022, from <https://www.wired.com/2005/12/oxford-dictiona/>

O autor pontua que a origem do *podcast* está associada ao blog, marcando uma relação entre as duas tecnologias que permanece até os dias de hoje. Com a miniaturização dos dispositivos de áudio e a incorporação de funções de tocador de MP3 por outros suportes (*smartphones*, por exemplo), a execução e a gravação do *podcast* passou a ser possível em diversos aparelhos. A flexibilização de horário para realização dessas atividades é outra característica que faz com que o *podcast* tenha sua produção facilitada (Freire, 2017). Essa nova forma de produzir e consumir mídia sonora só foi possível devido ao avanço das tecnologias de informação e comunicação, em especial da internet:

A presença da transmissão *podcasting* só se justifica pela existência da internet. Através de seus produtores de conteúdo, a rede mundial de computadores oferta ao ouvinte, ou assinante (pode-se chamar o ouvinte de assinante, pois a característica marcante do *podcast* é a sua assinatura via RSS) um conteúdo sob demanda (*on demand*) - a qualquer momento é possível escolher o que e onde ouvir. Além disso, há flexibilidade, portabilidade (leva-se para onde quiser, por exemplo, no celular), interatividade, fidelização por parte do assinante e forte engajamento de sua esfera.

(Carvalho & Saldanha, 2018)

Primo (2005) reforça que, no rádio, a escuta se dá sincronicamente à emissão do sinal, ou seja, em programas ao vivo, os apresentadores/locutores podem conversar com colegas de emissora, com entrevistados e com ouvintes ao mesmo tempo em que o programa é sintonizado pela audiência. Já no *podcasting*, o tempo de produção e publicação não coincide com o da escuta. Outra diferença entre o rádio e o *podcast* é forma de interação física com os programas de áudio que cada um dos formatos proporciona. No consumo de *podcasts* ocorre uma forma atualizada de escuta, que inclusive extrapola o simples uso da audição; a visão e o tato passam a ser demandados no ato de ouvir:

Como cada episódio está armazenado em sua integralidade, é possível romper com o desenrolar de um programa, alterando-se e mesmo interrompendo-se o fluxo do conteúdo sonoro — algo impossível de acontecer na escuta de uma certa emissora de rádio. Enquanto se escuta um programa, é possível usar botões para pausa, avanço e retrocesso. Logo, não é preciso escutar um programa de uma só vez. É possível interrompê-lo e prosseguir em outro momento mais conveniente.

(Primo, 2005)

O *podcaster* é o indivíduo que produz ou participa da criação do *podcast*; *podosfera* é como é chamada a esfera que reúne os *podcasters* (Bonassoli, 2014). A Associação Brasileira de *Podcasters* (ABPod) realiza a PodPesquisa, o maior levantamento do nicho no cenário brasileiro (Passos, 2021). De acordo com a associação, que traça perfis de públicos consumidores e produtores e prospecta tendências para esse mercado, atualmente, chega a

aproximadamente 34,6 milhões o número de ouvintes de *podcast* no país³², o equivalente a 16% da população brasileira³³.

Como mídia de fácil acesso e baixo custo de produção, o *podcast* ganha importância como recurso educacional, por ser uma tecnologia apta a propiciar novos modos de realização de atividades educacionais. Segundo Freire (2017), a apropriação pedagógica do formato o caracteriza não como uma tecnologia de áudio, mas de **oralidade**.

Assim, para o autor, no contexto educacional, o *podcast* pode ser definido como um “modo de produção/disseminação livre de programas distribuídos sob demanda e focados na reprodução de oralidade, também podendo veicular músicas/sons” (Freire, 2013). Seu uso contempla ações de ampliação do tempo e promove o reaproveitamento de materiais de outras tecnologias, como o rádio. Pode colaborar, ainda, com o exercício de atividades pedagógicas lúdicas, construídas a partir dos recursos sonoros do *podcast* aliados à expressividade da produção de programas pelo alunado (Freire, 2015).

Dentre as práticas educacionais viabilizadas pelo uso do *podcast*, é possível destacar a abertura para vozes e temas que se encontram à margem de um dado contexto escolar, prática amparada pela liberdade produtiva inerente ao modo como o *podcast* foi constituído (FREIRE, 2013d, p. 22). Outras práticas educacionais subsidiadas por essa tecnologia consistem da cessão de espaço comunicativo/ educacional para sujeitos que, em outros meios tecnológicos, não ultrapassariam a condição de receptores passivos; do exercício de modos de expressão, posicionamentos e discursos pouco usuais em diversos contextos sociais; e do desenvolvimento de projetos inclusivos postos em curso de forma democrática.

(Freire, 2017)

No contexto da educação mediada por tecnologia, o *podcast* pode ser utilizado como Objeto de Aprendizagem (OA) com diversos objetivos pedagógicos e no reforço do desenvolvimento de competências variadas.

³² PodPesquisa 2020-2021 - Produtores. (2021). ABPod. Associação Brasileira de Podcasters. <https://abpod.org/podpesquisa/>

³³ Brasil. (n.d.). População brasileira chega a 213,3 milhões de habitantes, estima IBGE. Retrieved February 28, 2022, from <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/08/populacao-brasileira-chega-a-213-3-milhoes-de-habitantes-estima-ibge>

ATIVIDADE EM ÁUDIO	COMPETÊNCIA ESTIMULADA
Apresentação oral de conceitos relacionados a determinado tema	Aquisição de conhecimento
Entrevista em áudio com especialista que descreve determinado procedimento, explicando cada um dos passos adotados para a resolução de problemas comuns no cotidiano	Resolução de problemas
Narrativas sobre os conceitos, procedimentos ou práticas estudadas	Retenção de conhecimento

Quadro 1 - Competências estimuladas de acordo com utilização do áudio como OA.

Fonte: Autoria própria com base em Braga (2015).

Bates (2017) lista as vantagens do uso do áudio como mídia educativa:

- a) É mais fácil produzir um áudio ou *podcast* do que um vídeo ou uma simulação;
- b) o áudio requer menos largura de banda do que vídeos ou simulações, possibilitando downloads mais rápidos e utilização com larguras de banda relativamente baixas;
- c) é facilmente combinado com outras mídias, como texto, símbolos matemáticos e imagens, permitindo variedade de utilização e integração;
- d) alguns estudantes preferem aprender ouvindo, em comparação com a leitura;
- e) o áudio combinado com texto pode ajudar a desenvolver habilidades de alfabetização ou apoiar alunos com baixos níveis de alfabetização;
- f) o áudio fornece variedade e uma outra perspectiva em relação ao texto, ou seja, uma quebra no aprendizado, que refresca o aluno e mantém seu interesse;
- g) Nicola Durbridge, em pesquisa na *Open University*, descobriu que o áudio aumentou a sensação de proximidade entre alunos e professores no âmbito da EaD, ou seja, é uma mídia mais íntima.

Em universidades, palestras completas ou explicações curtas de conceitos difíceis podem ser facilmente registradas em áudio para reprodução posterior, beneficiando, inclusive, alunos que, em decorrência de questões de saúde, familiares ou de trabalho não conseguem comparecer a aulas presenciais (Scutter et al., 2010). O formato pode conter apenas áudio

ou também vídeo associado (Celaya et al., 2020) e, neste caso, é chamado de *podcast* de vídeo ou *vodcast*³⁴.

O *podcast* veio para atender às necessidades de uma sociedade cada vez mais conectada, que busca por conteúdo específico, de interesse próprio, em uma era de produção de conteúdo sob demanda. No contexto educacional, o formato proporciona a discussão sobre a importância da comunicação aberta, em que ouvintes também podem ter suas vozes ouvidas ao tornarem-se *prossumidores*, inclusive em assuntos costumeiramente colocados à margem e que compõem suas realidades (Costa & De Albuquerque, 2018).

4.2 A etnomídia indígena

A comunicação pública diz respeito ao processo de troca de informações entre poder público, sociedade e cidadão, devendo promover e ser o espaço propício à participação de todos os setores na ação da construção social, por meio do acesso aos processos decisórios e da democratização da comunicação, e se guiar, essencialmente, pelo interesse público e pela promoção da cidadania, da inclusão, e do bem comum dos atores sociais que compõem a coletividade (Moura, 2020). No entanto, essa é uma definição ainda não praticada no Brasil. Nem todos os grupos têm acesso à informação e voz para expressão de suas demandas. Embora os meios de comunicação, principalmente em uma era repleta de tecnologias e possibilidades, devessem atuar para a integração e inclusão dos indivíduos (Falchi, 2019), a lógica capitalista de funcionamento desse nicho acaba por dificultar a participação e a inclusão de grupos minoritários na mídia, contribuindo para sua invisibilização (McQuail, 2012).

De acordo com Milhomens (2022), após o período inicial de consolidação dos movimentos indígenas organizados, no final do século passado, tem-se ampliado a discussão sobre formas alternativas de produção e divulgação das pautas da população indígena, principalmente nas redes digitais. Frente a uma mídia não democratizada, os indígenas buscam novas ferramentas para se fazerem vistos e ouvidos. A internet tem se constituído o principal espaço para essa comunicação.

³⁴ Exame. (2022). TRENDS: O que é o vodcast que chega para dar ainda mais tom à voz. <https://exame.com/bussola/trends-o-que-e-o-vodcast-que-chega-para-dar-ainda-mais-tom-a-voz/>

Para o nosso povo a internet chegou há alguns anos, e hoje está se popularizando, principalmente entre os jovens. No início, acessava-se nas *lan houses* da cidade, mas atualmente já temos casas que possuem computador com conexão. Além disso, também existe um telecentro na aldeia Cumaru, no município de Baía da Traição (PB). Foi com a internet que conseguimos estar mais conectados com a sociedade envolvente, tomando conhecimento de tudo que acontece fora de nossas aldeias, em uma amplitude maior do que a televisão e o rádio nos proporcionam. Com esse meio de comunicação é que também foi possível estabelecer uma relação mais próxima com outros povos indígenas e, dessa forma, fortalecer o nosso movimento. Estar conectado à internet ajuda a encurtar as distâncias entre nós e outros povos - Poran Potiguara.

(Lima et al., 2011)

Com mais de 200 etnias³⁵, falando mais de 160 línguas³⁶ e mantendo uma enorme diversidade cultural, multiplicadas pela variação das experiências de contato, é genuíno o interesse e, mais que isso, a necessidade de apropriação de novos métodos de comunicação por parte da população indígena. Ao aprenderem novas formas de interação com a sociedade nacional, que compartilham entre si, os indígenas constroem alternativas próprias para o enfrentamento das dificuldades.

São novas modalidades de representação que envolvem a reconstrução de sua autoimagem, um processo seletivo de particularidades culturais, que cada povo realiza em função de sua experiência e de seus interesses no contato. Os povos indígenas se fortalecem em situações de comunicação, nas quais as situações particulares fazem sentido e quando eles podem manifestar respostas culturalmente adequadas. O formato de suas culturas depende, efetivamente, de uma dinâmica de recriação permanente de diferenças, que assumem como afirmação política e que tem muito a ganhar no acesso aos meios de comunicação. Esta é a verdadeira face do "índio eletrônico".

(Gallois & Carelli, 1998)

Assim, para a população indígena, a busca pelo espaço na mídia tradicional deu lugar à construção de alternativas próprias na área da comunicação. Esse processo vai além do simples fato de criar, construir ou ocupar espaço; há um objetivo maior, que consiste na criação de uma ferramenta de defesa, de conscientização e participação dos povos (Oliveira, 2017).

Enquanto comunicadores, jornalistas, atuantes na causa em defesa dos direitos indígenas, nossa proposta é abrir perspectivas que atendam as demandas de nossas comunidades indígenas, a partir de nossos pensamentos e de acordo com a nossa realidade. Além da busca de espaço e visibilidade social, queremos construir canais alternativos abertos e interativos nas áreas audiovisual, impressa, rádio, TV e nas mídias online.

(Oliveira, 2017)

³⁵ Povos Indígenas no Brasil. (n.d.). Quadro Geral dos Povos. Retrieved March 2, 2022, from https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos

³⁶ Povos Indígenas no Brasil. (n.d.). Línguas. Retrieved March 2, 2022, from <https://pib.socioambiental.org/pt/Linguas>

Para Milhomens (2022), o movimento indígena nacional vem se consolidando como um dos principais interlocutores de diversas questões relacionadas aos povos originários do Brasil. Da luta anticolonial e anticapitalista – com críticas à exploração predatória de recursos naturais e à destruição socioambiental –, passando pela defesa de modos de vida surgidos na sabedoria ancestral e milenar, até a aproximação e articulação com outros movimentos sociais de origens diversas por meio da construção de pautas e ações conjuntas, essas novas formas de comunicação vêm sendo construídas e fortalecidas por redes de mobilização.

Há uma série de iniciativas de mídias indígenas espalhadas pela internet, que trazem notícias das aldeias e compartilham saberes, reflexões e demandas das comunidades. A visibilidade alcançada por algumas pautas dos povos nativos muitas vezes tem origem nesses veículos, em que a voz, a escrita e as imagens são produzidas pelos próprios indígenas³⁷.

Na definição de Nascimento (2021), a luta dos povos originários por suas terras e pelo direito de ser e de existir são os elementos que constituem a **etnomídia**, um tipo de comunicação que não se define apenas pela utilização dos aparatos técnicos externos, mas sim que se apropria deles para reforçar a ancestralidade e a identidade indígena.

Constitui-se em uma comunicação comunitária emancipadora e decolonial, livre das amarras do fazer tradicional jornalístico – limitado pela lógica do tempo capitalista. Por ser assim, a etnomídia indígena forma sua própria identidade ao mesmo tempo em que se constitui como um novo elemento de mediação (MARTÍN- BARBERO, 2003) entre a ancestralidade e os ritos de socialidade (NASCIMENTO, 2020) de um determinado povo.

(Nascimento, 2021)

Dessa forma, não se trata de mera instrumentalização das novas tecnologias da informação e da comunicação para que as novas gerações se incorporem ao mundo digital ocidentalizado, esquecendo-se, no entanto, de suas tradições e ancestralidade (Cruz et al., 2020); a etnomídia está inserida em uma rede complexa de conceitos e práticas, que atua para conectar o indígena ao mundo ocidental ao mesmo tempo em que ele se apropria desses aparatos tecnológicos para reforçar sua identidade, resistência e existência.

De acordo com Tupinambá (2016), a etnomídia indígena é adotada como estratégia para trazer reconhecimento, visibilidade aos direitos, respeito, notícias de interesse deste público, resgate cultural e, principalmente, é uma forma de quebrar antigos estereótipos ou

³⁷ Carta Capital. (2020). Mídias indígenas: por uma comunicação intercultural. <https://www.cartacapital.com.br/blogs/midias-indigenas-por-uma-comunicacao-intercultural/>

preconceitos ocasionados pela falta de informação especializada nos principais veículos de comunicação. É uma mídia livre de alguns formatos preestabelecidos e condicionados às estruturas fechadas no jornalismo.

A necessidade de apropriação dos meios de comunicação pelos índios faz-se cada vez mais presente frente à possibilidade de perda das memórias avivadas pela tradição oral. É com a apropriação dos meios de comunicação que os povos indígenas vão aprender a escrever suas próprias vidas, retomando o seu passado mudado e roubado pelo registro branco. Tornar-se-ão autores e escritores de suas histórias e tradições. É no registro e na autobiografia que eles historicizam-se e, portanto, se existem.

(Costa & Barbosa, 2013)

Durante os primeiros séculos após o descobrimento do Brasil, a catequese e a pedagogia dos padres católicos foram os agentes de uma imposição simbólica sobre a cultura indígena, levando símbolos religiosos, morais e culturais estranhos às populações originárias (Loureiro, 1995). Como caminho reverso a esse movimento, que se faz, inclusive, com o ingresso de indígenas nas universidades para realização de cursos superiores, podemos observar membros das comunidades indígenas se apropriando do conhecimento não-indígena e, posteriormente, retornando com a bagagem adquirida em prol de suas comunidades. Processo semelhante ocorre com os recursos audiovisuais que podem, também, desempenhar uma importante ação política (Araújo, 2016).

A apropriação das tecnologias da “sociedade globalizada” por parte das populações indígenas tem como intuito a luta por direitos (Lima et al., 2011), e o uso das TIC tanto para a comunicação quanto para a educação indígena desempenha papel fundamental na preservação de costumes tradicionais constantemente ameaçados pelas interferências culturais no âmbito do Estado Moderno (Nascimento, 2021).

Em convergência com a importância da oralidade para a perpetuação de hábitos e saberes das populações indígenas, o áudio constitui-se uma das formas de comunicação etnomidiática mais amplamente adotadas. A pandemia do coronavírus proporcionou um contexto em que se pôde comprovar essa função essencial da mídia sonora para os indígenas brasileiros, por meio de rádios, *podcasts* e até mesmo de áudios compartilhados via aplicativos de mensagem, que levavam às comunidades mais afastadas notícias fundamentais no enfrentamento da Covid-19 (Cruz et al., 2020). “Com isso, verifica-se o destaque no ato de escutar como forma de aprendizado e transmissão de conhecimento” (Vieira, 2012, destaques nossos).

Dessa forma, o formato *podcast* – mesmo estando inserido numa perspectiva tecnológica ocidental – emprega uma dinâmica decolonizadora e emancipadora quando adotada como produção indigenista, por compreender o tempo indígena e dialogar com a ancestralidade e oralidade da cosmologia indígena (Nascimento, 2021). É um tipo de oralidade que, ao mesmo tempo em que transmite saberes aos indígenas mais novos – inseridos no contexto do mundo virtual e tecnológico –, também contribui para que os não-indígenas respeitem e compreendam o modo de vida e a cultura dos povos originários.

Capítulo 5: Os Potiguara e o sistema de saúde brasileiro

Em Educomunicação, a caracterização dos destinatários é importante. Conforme apontado por Filatro (2019) e estudado no capítulo 2, um Design Instrucional Contextualizado (DIC) é aquele que pode prever saídas e possibilidades de flexibilização para que os momentos de aprendizagem sejam contextualizados aos fenômenos educacionais locais. Assim, neste capítulo, falaremos sobre os indígenas da etnia Potiguara, público-alvo e participante desta pesquisa. Destacaremos alguns aspectos de sua vivência e tradições e, para isso, nos utilizaremos, além da pesquisa bibliográfica e documental, de informações coletadas durante a etapa de pesquisa-ação. Informações constantes do verbete Potiguara³⁸, escrito por José Glebson Vieira, antropólogo, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e pesquisador do Núcleo de História Indígena e Indigenismo do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) para o site Povos Indígenas do Brasil também foram utilizadas para descrever aspectos da etnia.

Em nossa pesquisa de campo, realizamos duas visitas à comunidade Potiguara do município paraibano de Baía da Traição: a primeira de 28 de março a 1º de abril de 2022; a segunda de 18 a 20 de abril de 2022. Traremos, ainda, um panorama geral sobre a Política de Saúde Indígena no Brasil.

³⁸ Vieira, J. G. (2006). Povos Indígenas no Brasil | Potiguara. Retrieved May 12, 2022, from https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Potiguara#Localiza.C3.A7.C3.A3o_e_popula.C3.A7.C3.A3o

5.1 Os indígenas Potiguara



Figura 11 - Ancião presente no ritual do Toré do Dia do Indígena 2022, na Aldeia São Francisco - Baía da Traição.
Foto: André Gavazza (2022).

A costa atlântica, ao longo dos milênios, foi percorrida e ocupada por inumeráveis povos indígenas. Disputando os melhores nichos ecológicos, eles se alojavam, desalojavam e realojavam, incessantemente. Nos últimos séculos, porém, índios de fala tupi, bons guerreiros, se instalaram, dominadores, na imensidade da área, tanto à beira-mar, ao longo de toda a costa atlântica e pelo Amazonas acima, como subindo pelos rios principais, como o Paraguai, o Guaporé, o Tapajós, até suas nascentes.

(Ribeiro, 2014)

Os indígenas Potiguara vivem no mesmo lugar desde a chegada dos colonizadores, há mais de 500 anos, resistindo às tentativas de conquista de seu território guerreando bravamente e por meio de diversas formas de resistência (Cardoso et al., 2012). Localizam-se nos estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. De acordo com informações do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Siasi/Sesai), em 2014³⁹, contabilizavam-se 18.445 indivíduos dessa etnia. O nome da etnia significa “comedores de camarão”, em Tupi, seu tronco linguístico. Hoje, falam o português e estão revitalizando o Tupi Antigo, sua língua materna, na educação escolar indígena.

³⁹ Idem.

Segundo Little (2004), Terra Indígena (TI) é uma categoria jurídica originalmente estabelecida pelo Estado brasileiro para lidar com povos indígenas no marco da tutela. De todos os povos tradicionais, os povos indígenas foram os primeiros a obter o reconhecimento de suas diferenças étnicas e territoriais, mesmo que tal reconhecimento tenha sido efetivado por meio de processos que, em muitos casos, prejudicaram seus direitos.

Atualmente, na Paraíba, os Potiguara se concentram no litoral norte do Estado, em uma área situada entre os rios Camaratuba e Mamanguape. Eles vivem em três Terras Indígenas contíguas, cuja área total é de 33.757 hectares: a **TI Potiguara**, que ocupa 21.238 hectares; a **TI Jacaré de São Domingos**, com 5.032 hectares; e a **TI Potiguara de Monte-Mór**, que conta com 7.487 hectares. Essas três terras abrangem os municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto.

De acordo com o portal Terras Indígenas no Brasil⁴⁰, a TI Potiguara possuía, em 2010, uma população de 14.831 pessoas; a TI Jacaré de São Domingos somava 438 pessoas; e a TI Potiguara de Monte Mór possuía uma população de 9.143 pessoas. No entanto, ainda segundo a própria página, há dificuldades para a consolidação de dados demográficos referentes à população indígena no Brasil. As principais fontes para o levantamento são os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e as Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais da Funai, além de uma rede de colaboradores que trabalham diretamente com os povos.

Inúmeras dificuldades se impõem à produção de um censo das populações indígenas no Brasil. Algumas dessas dificuldades estão espelhadas na representação de uma curva populacional acentuada, no gráfico Dados Demográficos na Terra Indígena. Além da diversidade de fontes e da falta de regularidade na coleta dos dados, o “quebra-cabeça” da demografia ainda conta com dinâmicas populacionais específicas, como fissões e migrações, e com os processos de retomada de identidades indígenas por parte de grupos mais conhecidos como “emergentes” ou “ressurgentes”.

(Demografia / Terras Indígenas No Brasil, n.d.)

⁴⁰ Terras Indígenas no Brasil. (n.d.). Retrieved May 12, 2022, from <https://terrasindigenas.org.br/#pesquisa>

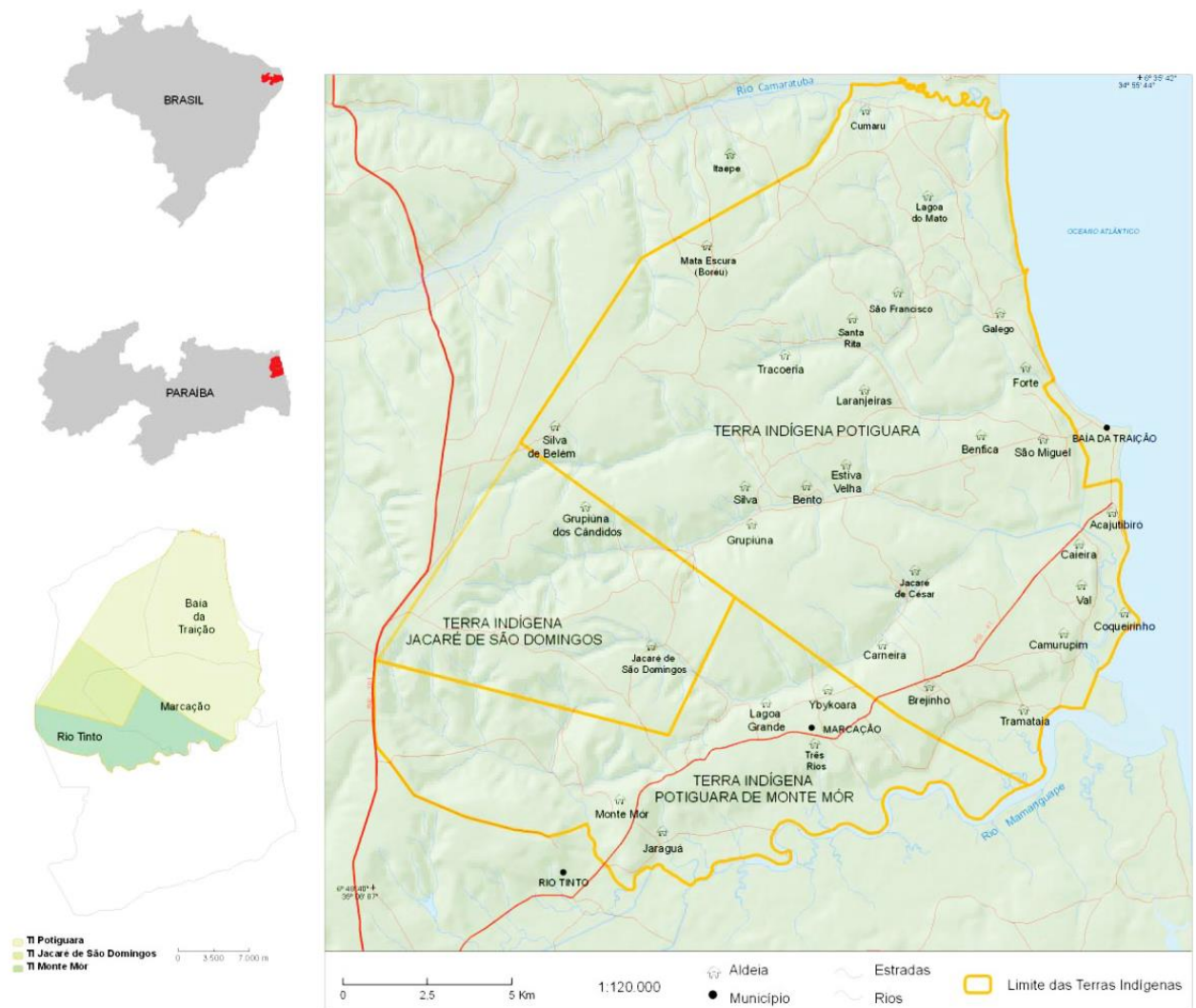


Figura 12 - Territórios Indígenas (TI) do povo Potiguara na Paraíba.
 Fonte: Cardoso et al. (2012).

A rodovia estadual PB-41 adentra as TI Monte-Mor e Potiguara ligando a cidade de Rio Tinto à Baía da Traição. Outras estradas de terra recortam o território indígena fazendo a ligação das aldeias entre si e delas com os centros urbanos. Além de contar com a infraestrutura dos centros urbanos, a maioria das aldeias possui uma escola de ensino básico, um posto de saúde e casas de farinha.

Muitas aldeias possuem igrejas, sendo duas delas símbolos históricos: a igreja de São Miguel, da aldeia de mesmo nome, e a de Nossa Senhora dos Prazeres, na Vila de Monte-Mor. Os templos católicos marcam histórica e geograficamente as TI, que foram delimitadas a partir desses antigos aldeamentos missionários, criados no século XVII para a concentração e catequização da população indígena (Palitot & Oliveira, 2021). Na prática espiritual do povo Potiguara os Santos da Igreja Católica dividem espaço com Encantados

das tradições indígenas, e são reverenciados nos rituais das festas dos santos padroeiros, realizadas ao longo de todo o ano. A festa em que se homenageia São Miguel Arcanjo, no mês de setembro, é uma das mais faladas, e reúne pessoas de todas as aldeias dos três municípios, levando-se em conta que São Miguel é o padroeiro do povo indígena Potiguara (Da Silva & De Sousa, 2018).

Palitot e Oliveira (2021) afirmam que o espaço ocupado atualmente pelos Potiguara é resultado não apenas das dinâmicas das forças naturais, mas também de uma longa ocupação humana, datada ainda do período pré-colonial.

Nos últimos 400 anos ocorreram diferentes modos de apropriação dos espaços locais, intensificando-se, nas últimas décadas, o ritmo e profundidade das intervenções sobre o ambiente. As principais mudanças foram provocadas pela expansão do cultivo agroindustrial da cana-de-açúcar, dos criatórios comerciais de camarão, da urbanização das cidades locais e da economia do turismo litorâneo, todas essas contando com a participação indígena, ainda que de forma subordinada.

(Palitot & Oliveira, 2021)

No município de Baía da Traição, local escolhido para nossa pesquisa, estão situadas as seguintes aldeias: São Francisco (aldeia-mãe), Aldeia do Forte, Alto do Tambá, Lagoa do Mato, Cumaru, Santa Rita, Tracoeiras, Laranjeiras, Bento Silva, Akajutibiró, Bem Fica, e São Miguel. Afamada por ser o berço dos potiguara, Baía da Traição foi o primeiro ponto, no hoje território paraibano, a ser avistado pelos portugueses. Considerado um dos mais belos litorais do nordeste, com falésias, praias sinuosas, assim com o farol e o forte, local que atraiu franceses, portugueses e holandeses. O nome Baía da Traição associa-se a primeira expedição portuguesa que chegou ao município em 1501.



*Figura 13 – Vista das falésias de Baía da Traição.
Foto: André Gavazza (2022).*

5.1.1 Organização política, moradia e aldeias

Na organização social Potiguara, as figuras dos caciques e das lideranças podem estar presentes em cada aldeia, desempenhando a função de representantes políticos das comunidades (Da Silva & De Sousa, 2018). Além dos caciques e das lideranças das aldeias existe um cacique geral, que representa todas as aldeias, sendo ele a maior liderança política do povo. Juntos, esses representantes formam o conselho de lideranças dos indígenas, estância na qual são tomadas decisões referentes a demandas de diversas áreas: território, educação, saúde e até mesmo para apaziguar conflitos internos na comunidade.

Vieira (2012) afirma que o cacique geral representa e manifesta a existência de um Nós coletivo, e que é visto como alguém que está à frente da coletividade e se destaca pela projeção ao exterior, sendo, portanto, uma figura da exterioridade.

Sua ação política é voltada, sobretudo, à representação das “comunidades”, em detrimento, das “brigas de terreiros” (ou de um quintal, de uma lavoura, das divisas entre os terrenos), que compõem a esfera de atuação dos caciques locais e do chefe do posto, indicando sua desvinculação da esfera doméstica. Com isso, efetiva-se a visão nativa sobre o exercício da chefia, vinculada ao campo da diplomacia, que se produz nos trânsitos, na aquisição e transmissão de conhecimentos heterogêneos adquiridos externamente através da vivência das viagens.

(Vieira, 2012)

Já os trabalhos comunitários integram pessoas das famílias extensas, coordenadas pelo chefe principal e/ou pelos líderes locais e incluem: abertura e limpeza de roçados e sítios comunitários ou da “comunidade”, de estradas e áreas comuns da aldeia, do pátio das igrejas, das escolas ou do entorno da casa de farinha; e ainda a construção e manutenção dos pavilhões utilizados na realização de festas de padroeiro, reuniões, quadrilhas juninas, dentre outros.

Com relação à moradia, a maioria das residências está alinhada seguindo o princípio do paralelismo; outras se aglomeram fora das linhas paralelas, em que os fundos de umas são os pátios fronteiros de outras. No ponto mais central de algumas aldeias, há uma igreja católica e à sua frente, um cruzeiro. Geralmente, há uma mercearia, uma escola de ensino básico mantida pela Prefeitura do Município em convênio com a Funai, campos de futebol e casa de farinha⁴¹.

Esse terreno, essa área, onde a casa é central, é um espaço que liga as pessoas à prática de cultivar, de produzir alimentos, é o abrigo e está situada no território segundo relações de parentesco e amizade. Ou seja, configura-se uma situação de convivialidade e de residência entre parentes de mais de uma geração.

(Cardoso et al., 2012)

Na residência, moram a família conjugal monogâmica, um casal e os filhos solteiros. Há casos em que na mesma residência mora um outro casal, se for uma filha casada. É comum que os filhos construam suas próprias residências no entorno da residência do casal-chefe.

5.1.2 Sistema de produção

Com parte das aldeias localizadas próximo aos rios, riachos ou córregos, os Potiguara desenvolvem sua economia doméstica baseada na lavoura, na pesca, na coleta de crustáceos e moluscos, na criação de animais em pequena escala e no extrativismo vegetal⁴².

⁴¹ Potiguara - Povos Indígenas no Brasil. Retrieved March 6, 2022, from https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Potiguara#Sistema_produtivo_e_aldeia

⁴² Potiguara - Povos Indígenas no Brasil. (n.d.). Sistema produtivo e aldeia. Retrieved March 6, 2022, from https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Potiguara#Sistema_produtivo_e_aldeia





































































ATIVIDADES	Inverno						Verão					
	Fer	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan
Festejos						ventanias		↑	chuvas		↑	
Roça arisco												
Roça Pa												
Colheita: Mandioca												
Colheita: Feijão, Milho												
Mangaba												
Caju												
Cana								queima				
Pesca												
Carangueijo	andada											andada
Marisco												
Camarão nativo												

Figura 14 - Calendário anual das principais atividades produtivas, conforme estação climática.
Fonte: Autoria própria com base em Cardoso et al. (2012).

Mandioca - o principal produto da região -, feijão, milho, cana-de-açúcar, hortaliças (alface, repolho e coentro) e algumas fruteiras (bananeiras e coqueiros) são alguns dos plantios cultivados nos terrenos mais altos. Nos terreiros e sítios, áreas localizadas ao redor das casas, são criados pequenos animais e cultivadas plantas medicinais, temperos, fruteiras e, ocasionalmente, lavouras. Nos sítios, as atividades produtivas se voltam ao cultivo de fruteiras como mangueiras, jaqueiras e coqueiros, cujos frutos costumam ser comercializados.

Na escala da evolução cultural, os povos Tupi davam os primeiros passos da revolução agrícola, superando assim a condição paleolítica, tal como ocorrera pela primeira vez, há 10 mil anos, com os povos do Velho Mundo. É de assinalar que eles o faziam por um caminho próprio, juntamente com outros povos da floresta tropical que haviam domesticado diversas plantas, retirando-as da condição selvagem para a de mantimento de seus roçados. Entre elas, a mandioca, o que constituiu uma façanha extraordinária, porque se tratava de uma planta venenosa a qual eles deviam, não apenas cultivar, mas também tratar adequadamente para extrair-lhe o ácido cianídrico, tornando-a comestível. É uma planta preciosíssima porque não precisa ser colhida e estocada, mantendo-se viva na terra por meses.

(Ribeiro, 2014)

Nos últimos anos, os Potiguara vêm desenvolvendo atividades de criação de camarões de água doce em viveiros. Já a pesca marítima é uma prática comum, principalmente entre os moradores das aldeias que ficam próximas à praia.



*Figura 15 - Baía na qual ficam atracados os barcos dos pescadores locais, em Baía da Traição.
Foto: André Gavazza (2022).*

Os maiores rios que margeiam o território dos Potiguara na Paraíba são o Mamanguape e o Camaratuba. Outros rios como o Silva, Estiva, Grupiúna, Vermelho, Gelo, Encantada, Sinimbu, Arrepia e Gozo transcorrem todo território e possuem suas nascentes dentro dele (Cardoso et al., 2012). As principais lagoas são a da Encantada, Canário e da Barra. Dentro do território há cachoeiras, como a da Mata do Rio Vermelho.



*Figura 16 - Barra do Rio Mamanguape, que margeia, ao Sul, o Território Potiguara na Paraíba.
Foto: Autoria própria (2018).*

Vieira (2012) explica que o rio Sinimbu, que torna férteis as terras de Baía da Traição, recebe o nome de um animal conhecido pela variação de sua cor conforme a região e sua habilidade de nadar para fugir de predadores (também conhecido como camaleão). Com duas nascentes denominadas “Avencas”, uma a oeste de São Francisco e outra também a oeste, em Tracoeira, o rio é uma importante referência hidrográfica da região, devido à sua extensão e potencialidade socioeconômica.

As atividades de caça e de coleta são realizadas em áreas denominadas de mato, em que não há nem sítios nem roçados. Dessas áreas, os Potiguara utilizam a madeira para lenha, para a fabricação de carvão, da palha para o artesanato, e praticam a caça de pequenos animais e a coleta de mangaba e castanha.

5.1.3 A tradição do Toré



Figura 17 - Início do ritual do Toré, em que os indígenas se encaminham para as furnas para evocar espíritos da mata para proteção e auxílio.

Foto: André Gavazza (2022).

O “Toré” para a nação Potiguara não se resume apenas a uma expressão cultural, uma dança. O Toré é muito mais que isso. No decorrer do tempo ele tem sido a força do povo. É nele que buscamos consolo para os momentos tristes, força para enfrentar os combates. Dançamos o Toré para comemorar algo, em homenagem a alguém ou até mesmo nos momentos de luto - Poran Potiguara.

(Lima et al., 2011)

Os Potiguara da Paraíba realizam seu maior Toré durante as comemorações do Dia do Indígena (19 de abril), em um ritual sagrado que celebra a amizade entre as distintas aldeias, reforçando a tradição coletiva e consistindo em elemento essencial para sua autoafirmação enquanto possuidores de um passado histórico comum. A celebração acontece na aldeia-mãe São Francisco, no terreiro sagrado, em Baía da Traição. Participam indígenas Potiguara de todas as aldeias e municípios circunvizinhos, além de visitantes não indígenas, que se deslocam de diversas regiões para acompanhar a cerimônia, conhecer a tradição e adquirir artesanatos (Da Silva & De Sousa, 2018).

Segundo Oliveira (2009), o Toré representa hoje uma das expressões identitárias mais acentuadas entre os povos indígenas do Nordeste. Descrito como “dança”, “ritual”, “brincadeira” ou “religião”, de acordo com definições dadas pelos próprios indígenas, se

configura como um sinal diacrítico presente em boa parte da região, embora tenha especificidades dentro de cada grupo étnico.

É importante percebermos que o toré tem intrínseca uma definição como expressão política. Uma demarcação identitária realizada pelos povos que mais sofreram com o processo de colonização e que hoje se utilizam do ritual como elemento demarcatório entre o “nós e os outros”.

(Oliveira, 2009)



Figura 18 - Durante o Toré de 19 de abril de 2022, indígena reivindica que a identidade étnica faça parte do documento de identificação (Registro Geral - RG) dos indígenas.

Foto: André Gavazza (2022).

As canções entoadas durante o ritual são ligadas à religiosidade católica; ao mar; às atividades de sobrevivência (pesca); a eventos (guerra – flecha do tapuio canindé); a seres da natureza (guarapirá⁴³, laranjeira, peixe, água); a figuras míticas (tapuia coronga e tapuio canindé), e à jurema (planta da família das leguminosas, comum no Nordeste brasileiro, com propriedades psicoativas). Assim como em outros grupos indígenas, no Toré Potiguará utiliza-se a bebida produzida com a jurema, consumindo-se, ainda, catuaba e cachaça.

⁴³ Espécie de ave marinha, alcatraz. Grapirá - Dicionário Ilustrado Tupi Guarani. Retrieved March 6, 2022, from <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/grapira/>



Figura 19 - Indígenas consomem bebida durante o Toré no Dia do Indígena de 19 de abril de 2022.
Foto: André Gavazza (2022).

5.1.4 Turismo étnico

Na década de 80, o governo paraibano lançou um programa de desenvolvimento, tendo como campo de ação as regiões litorâneas que possuem alto potencial para a prática do turismo. A cidade de Baía da Traição-PB foi incluída no programa⁴⁴, como um dos lugares para estação de veraneio, por se localizar à beira-mar e possuir muitas riquezas naturais, além de estar situada entre as cidades de João Pessoa, na Paraíba, e Natal, no Rio Grande do Norte, na BR 101.



⁴⁴ Baía da Traição: roteiro rico em curiosidades históricas — A União - Jornal, Editora e Gráfica. Retrieved March 6, 2022, from <https://auniao.pb.gov.br/noticias/turismo/baia-da-traicao-roteiro-rico-em-curiosidades-historicas>

Figura 20 - Pórtico de entrada do município de Baía da Traição. A instalação conta com formas que representam um arco, uma flecha, e um barco, além de pinturas que remetem à iconografia Potiguara e a elementos de sua cultura, como as folhas da jurema e o filtro dos sonhos.

Foto: André Gavazza (2022).

Com isso, houve uma corrida imobiliária para a região, ocasionando a invasão do perímetro urbano à Terra Indígena, com a construção maciça de casas pela classe média regional proveniente das cidades de João Pessoa, Campina Grande e Guarabira.



Figura 21 – Instalação muito comum nos municípios brasileiros, com dizeres que remetem ao amor dos visitantes/ moradores ao local em que se encontram. Na foto, a mensagem significa "Eu amo Baía da Traição).

Foto: Autoria própria (2022).

No verão, a população da cidade aumenta em torno de 70%. O atual desafio é o gerenciamento do crescimento da cidade dentro de uma Terra Indígena, em consequência da construção de hotéis e pousadas, bem como de restaurantes, lanchonetes, bares, dentre outros. Segundo Cândido et al. (2017), o turismo indígena pode ser impactado de forma negativa se explorado massivamente e sem qualquer participação da população local.

Neste caso, pode resultar em perda da cultura local com a imposição dos modos de vida dos visitantes, ou ainda, trazendo consequências negativas como a perda valorização das tradições, a baixa autoestima e o ressentimento ao serem vistos como um atrativo turístico exótico. Ao mesmo tempo, o turismo em aldeias indígenas se planejado e desenvolvido pelos e para os habitantes locais pode ser um instrumento dinamizador da economia local e um forte incentivo às práticas culturais dos índios.

(Cândido et al., 2017)



*Figura 22 - Placa de sinalização assentada no caminho de uma trilha pelo litoral de Baía da Traição, no ponto mais alto do município.
Foto: Autoria própria (2018).*

Ainda de acordo com Cândido et al. (2017), a economia em Baía da Traição gira em torno das belezas naturais e da cultura indígena. Assim, com o crescimento do turismo na região, os Potiguara passaram a ter interesse em produzir artesanato para venda, complementando suas rendas.



*Figura 23 - Mulher indígena expõe bijuterias artesanais à venda durante o Toré do Dia do Indígena 2022.
Foto: André Gavazza (2022).*

Eu me orgulho muito de ser uma artesã. Gosto muito do que faço, pois ser artesã é minha vida. Fico muito feliz quando vendo uma peça, e quando recebo elogios. O artesanato é muito importante na história de nós Potiguara, pois produzimos peças para o uso doméstico, para enfeitar o corpo durante o ritual do Toré, como também para comercialização. A maior dificuldade que encontramos na confecção do artesanato é a própria semente. Com o processo de desmatamento e a queimada de forma criminosa esse recurso se torna cada vez mais difícil, levando ao seu desaparecimento (Vanilda da Rocha Silva).

(Lima et al., 2011)

Outra fonte de renda são os passeios turísticos, com guias indígenas que apresentam aos visitantes os principais marcos históricos dos municípios e promovem demonstrações de rituais indígenas, uma forma de turismo de imersão na cultura local.



*Figura 24 - Indígena Potiguara apresentando as ruínas da Igreja de São Miguel a grupo de turistas.
Foto: Autoria própria (2018).*

5.1.5 Linguagem

Darcy Ribeiro (2014) registra que os grupos indígenas encontrados no litoral pelos portugueses eram principalmente tribos cuja língua pertence ao tronco linguístico Tupi que, havendo se instalado alguns séculos antes de 1500, ainda estavam desalojando antigos ocupantes oriundos de outras matrizes culturais. “Somavam, talvez, um milhão de índios, divididos em dezenas de grupos tribais, cada um deles compreendendo um conglomerado de várias aldeias de trezentos a dois mil habitantes (Fernandes 1949)” (D. Ribeiro, 2014). Para Navarro (2013), filólogo e lexicógrafo brasileiro, especialista na língua tupi antiga e moderna⁴⁵, o tupi (ou tupi antigo) é a língua indígena clássica do Brasil, a que mais importância teve na construção espiritual e cultural do nosso país.

Ao aqui chegar a armada de Pedro Álvares Cabral, em 1500, essa foi a língua que seus marinheiros ouviram. Foi língua falada por Tibiriçá, Caiobi, Arariboia, Felipe Camarão, Cunhambebe, Bartira, João Ramalho, Diogo Álvares Correia, Martim Soares Moreno, Martim Afonso Leitão, Fernão Dias Paes, Catarina Paraguaçu, pelos patriarcas e pelas matriarcas do Brasil. Foi essa a língua descrita por Anchieta, por Luís Figueira, falada por Antônio Vieira, por Bettendorff, por Simão de Vasconcelos. Foi a língua matriz da língua geral setentrional, falada na Amazônia e em partes do Nordeste no século XVIII, da língua geral meridional, que as bandeiras levaram para regiões interioranas do Brasil como Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e para o sul do país e que esteve presente na formação da cultura cabocla, sertaneja e caipira, respectivamente da Amazônia, do sertão nordestino e das regiões meridionais que foram colonizadas pelos paulistas.

(Navarro, 2013)

De acordo com Mori (2001), o Brasil é um país multilíngue e pluricultural pois, junto à língua oficial, o Português, falam-se 170 línguas, correspondentes a 200 povos indígenas. Calcula-se que, à chegada dos portugueses, eram faladas no atual território brasileiro 1.175 línguas, mas, nos 500 anos de contato das culturas indígenas com a sociedade nacional, 85% dessas línguas, ou seja, 1000 línguas, desapareceram.

Quando falamos em povos indígenas devemos ter em mente uma grande diversidade de cultura, tradições e costumes que são passados de geração em geração. Esses povos detentores de grandes sabedorias e conhecimentos são guardiões da sua própria história e carregam consigo a preocupação de manter suas memórias vivas.

(Da Silva & De Sousa, 2018)

Navarro (2013) afirma que o Tupi Antigo, pertencente à família linguística Tupi-Guarani, do tronco Tupi, deixou de ser falado no final do século XVII, como mais uma das consequências da invasão europeia e violência aos costumes dos povos originários. Hoje,

⁴⁵ Jornal da USP. (2021). Pesquisa revela troca de cartas em tupi entre indígenas do século 17. <https://jornal.usp.br/cultura/pesquisa-revela-troca-de-cartas-em-tupi-entre-indigenas-do-seculo-17/>

são vinte e uma as línguas que compõem a família linguística tupi-guarani, algumas faladas por menos de cem indivíduos. No entanto, pela antiguidade de sua descrição e pela abundância de textos nela escritos, é a língua indígena brasileira mais bem conhecida. Os indígenas Potiguara têm buscado reavivar sua existência por meio de seu ensino nas escolas⁴⁶.

“Linguagem é vida, ritmo, vibração humana, corporalidade e espiritualidade” (Martins, 2017). Impor determinadas maneiras de comunicação e coagir para o apagamento das marcas de pessoa e de subjetividade são atos de violência e de desrespeito à ética. Para Flusser (2012), o fato de existirem múltiplas línguas faz com que as realidades da língua sejam relativizadas. Assim, para o autor, cada língua representa todo um universo, o que acaba por apontar para uma possível ligação entre as diversas línguas.

Trabalhar contra a depreciação, ou autodepreciação que impõe a dominação é uma das grandes tarefas da educação. Não esqueçamos que depreciar, para justificar a opressão, foi regra de ouro desde a época da dominação colonial. Reconstruir a estima e o respeito, de que todos necessitamos é uma árdua tarefa. Não somente se valorizam as pessoas, mas também se devem valorizar suas culturas e seus idiomas, uma vez que esses organizam seus conhecimentos pela nomenclatura.

O idioma é o espírito e o veículo da dimensão afetiva das culturas. Reconhecer que os “outros” também possuem conhecimentos é admitir o valor e a pertinência de suas culturas e, também, outorgar-lhes uma posição de interlocutores. Todas essas são premissas fundamentais para se construir o diálogo intercultural como fundamento democrático da educação.

(Navarro, 2013)

⁴⁶ Funai quer recuperar tupi antigo na Paraíba - 30/07/2001. (n.d.). Folha de S.Paulo. Retrieved December 7, 2021, from <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3007200103.htm>

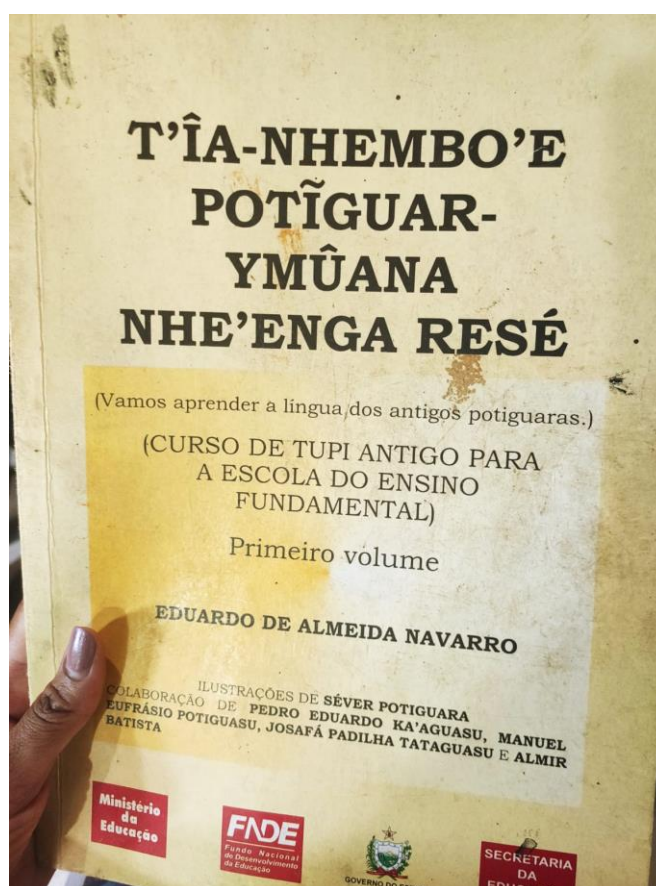


Figura 25 - Capa de uma das primeiras apostilas utilizadas no processo de revitalização do Tupi antigo, processo iniciado há cerca de duas décadas no estado da Paraíba.
Foto: Autoria própria (2022).

Nesse sentido, a revitalização das línguas indígenas por meio de políticas públicas que garantam esse direito às populações afetadas por sua extirpação se faz medida mais que necessária. Inicialmente, os povos indígenas focalizaram suas lutas no problema do território, no reconhecimento de suas terras por parte do Estado. Nos últimos anos, paralelamente a suas reivindicações territoriais, os povos indígenas e suas organizações políticas vêm lutando pelo reconhecimento de suas línguas e de uma educação que corresponda aos seus padrões socioculturais (Mori, 2001).

Não que se possa imaginar que o português não seja introduzido nas sociedades indígenas, ainda mais em tempos globalizados e sendo essa a língua materna de muitas crianças indígenas. No entanto, ainda segundo Angel Mori, é preciso reconhecer que essa realidade não implica que se tenha que deixar de lado as línguas indígenas; pelo contrário, elas devem

ser mantidas buscando-se sua codificação escrita e seu desenvolvimento intelectual mediante a publicação de livros, gramáticas, dicionários, literatura indígena.

A alfabetização na língua indígena e o ensino para a aquisição da segunda língua deverão ser críticos e desalienantes, pois do contrário ambos os processos servirão de base para a desvalorização das línguas indígenas, servindo como fontes para a dominação. A alfabetização na língua indígena e o ensino da segunda língua devem ser instrumentos básicos para que os indígenas sejam eles mesmos, mantenham a sua identidade étnica e adquiram autoconfiança para sua própria libertação.

De fato, o sistema da educação formal das sociedades indígenas deve ser bilíngue, mas definido dentro de uma política educativa libertadora. A educação bilíngue não deve ser apenas uma ponte para chegar à sociedade nacional. A educação bilíngue deve considerar as culturas dos povos indígenas para, posteriormente, gerar um diálogo crítico e criativo com outras culturas. Nesse aspecto, uma educação bilíngue bem entendida deve estar orientada para uma interculturalização regional, nacional e internacional.

(Mori, 2001)

Brostolin e Cruz (2009) corroboram com esse pensamento ao proporem que, no ensino das línguas indígenas nas escolas, o aluno não somente aceite a tradição cultural, mas que a reconstrua criativamente, ressignificando-a, com atividades que permitam o espaço para a elaboração e a criatividade.

A prefeitura municipal de Baía da Traição implantou, como parte de seu projeto pedagógico, o curso de Tupi antigo, voltado aos professores da rede municipal, com o objetivo de que esses profissionais tenham acesso à língua materna dos Potiguara e possam repassá-la para seus alunos, formando, assim, professores bilíngues para um ensino bilíngue. Atualmente, o Tupi antigo é uma disciplina obrigatória na grade curricular de todas as escolas indígenas da comunidade Potiguara do município (Silva e Sousa, 2018).

5.2 Política Nacional de Saúde Indígena

Segundo Wenczenovicz (2018), historicamente, no Brasil, os primeiros cuidados de saúde dispensados aos povos indígenas partiram de missões religiosas. Com o passar do tempo, as diversas comunidades indígenas vão, lentamente, passando da invisibilidade a elas imposta desde a invasão dos colonizadores para o protagonismo conquistado e restituído nos séculos XX e XXI por movimentos políticos e intelectuais, dos quais os próprios indígenas têm participado intensamente.

A Constituição Federal de 1988⁴⁷ reconhece as especificidades étnicas e culturais dos povos indígenas e estabelece seus direitos sociais, incluindo o direito à saúde (artigos 231 e 232 do capítulo VIII - Dos Índios). A atenção à saúde dos povos indígenas já foi responsabilidade de diferentes órgãos, e se tornou atribuição do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir de 1999 (OAPS e CDV, 2019). A definição de uma legislação clara e direcionada encerrou disputas entre as instituições governamentais pela gestão e execução das ações de saúde indígena, que passaram a ser responsabilidade do Ministério da Saúde, garantindo, ainda, que os indígenas participem dos conselhos de saúde.

A **PNASPI, Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas** (Funai, 2002) determina a obrigatoriedade de garantia de referência para a atenção à saúde de média e alta complexidade na rede de serviços já existentes, sob gestão do estado ou do município. A Lei nº. 9.836/99 (Lei Arouca)⁴⁸ instituiu o **Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI)** e um modelo diferenciado de atenção à saúde, baseado na ideia de **Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs)** enquanto estratégia para garantir a essas populações o direito à saúde, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS.

De acordo com o Decreto nº 7.778 de 27 de julho de 2012 (substituído pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017)⁴⁹, cabe à Fundação Nacional do Índio (Funai), por sua parte, no âmbito da saúde, o monitoramento de ações e serviços de atenção à saúde indígena, contribuindo no fortalecimento do Subsistema, na garantia do direito à atenção diferenciada e na valorização nas medicinas tradicionais indígenas⁵⁰.

Alves et al. (2021) afirmam que a PNASPI é uma extensão e adaptação do Sistema Único de Saúde (SUS) às comunidades indígenas. Ela se insere, portanto, nas Políticas Públicas de Saúde, ou seja, documentos que englobam um conjunto de programas, ações, objetivos, decisões e metas que garantem o direito à Saúde.

Assim, a política de saúde das populações indígenas corrobora com um dos princípios do SUS, levar saúde a todos dentro do território brasileiro (Leis Orgânicas), bem como orientar para melhores

⁴⁷ Brasil. Palácio do Planalto. Constituição de 1988.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Accessed: 2020-09-21

⁴⁸ Brasil. Palácio do Planalto. Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19836.htm. Accessed: 2020-09-21

⁴⁹ Brasil. Palácio do Planalto. Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Decreto/D9010.htm#art9. Accessed: 2020-09-21

⁵⁰ Ministério da Justiça e Segurança Pública. Fundação Nacional do Índio. Saúde.

<http://www.funai.gov.br/index.php/saude?limitstart=0#>. Accessed: 2020-09-21

condições de saúde. O objetivo dessa política é garantir o acesso integral à saúde aos indígenas de acordo com as diretrizes do SUS.

(Alves et al., 2021)

A PNASPI contempla:

- União da medicina tradicional indígena à Medicina Moderna;
- respeito à cultura indígena: entender o ambiente como parte integrante da medicina indígena;
- capacitação de agentes comunitários de saúde indígena (ACSI): elo entre o SUS e a comunidade indígena;
- mobilizações das comunidades indígenas para adquirir conhecimento e controle sobre doenças, além da prevenção, promoção, tratamento e reabilitação.

Criada em 2010, a **Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)** do Ministério da Saúde, atende mais de 755 mil indígenas aldeados em todo o Brasil e conta com 14.600 profissionais de saúde, 46% destes indígenas. O órgão promove a atenção primária à saúde e ações de saneamento, de maneira participativa e diferenciada, respeitando as especificidades epidemiológicas e socioculturais destes povos. As informações são da página da Secretaria na internet⁵¹ (Brasil. Ministério da Saúde., n.d.).

⁵¹ Brasil. Ministério da Saúde. (n.d.). Saúde Indígena - SESAÍ. Retrieved May 22, 2022, from <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai>



Figura 26 - Estrutura da Secretaria de Saúde Indígena.

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. (n.d.). SESAI | Estrutura.

Retrieved May 22, 2022, from <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/estrutura>

Cabe ao **Departamento de Atenção à Saúde Indígena (DASI)** a condução das atividades de atenção integral à saúde dos povos indígenas, por meio da atenção básica, da educação em saúde e da articulação interfederativa para provimento das ações complementares e especializadas. As ações para a implementação da Atenção Primária à Saúde nas TI visam à proteção, à promoção e à recuperação da saúde desses povos de maneira participativa e diferenciada, com respeito às especificidades epidemiológicas e socioculturais dos povos indígenas e articulando saberes no âmbito da atenção⁵².

O **Departamento de Determinantes Ambientais da Saúde Indígena (DEAMB)** é responsável pelas ações de saneamento básico e ambiental das áreas indígenas, como preservação das fontes de água limpa, construção de poços ou captação a distância nas comunidades sem água potável, construção de sistemas de saneamento, projetos de obras e

⁵² Brasil. Ministério da Saúde. (n.d.). SESAI | Departamento de Atenção à Saúde Indígena. Retrieved May 22, 2022, from <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/departamento-de-atencao-a-saude-indigena>

edificações, educação em saúde para o saneamento, destinação final do lixo e controle de poluição de nascentes⁵³.

Já os **Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI)** são os responsáveis pela participação dos indígenas na formulação, no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas de saúde; e por fiscalizar, debater e apresentar propostas para o fortalecimento da saúde indígena. Assim, é o **Controle Social** que discute as necessidades de ações e serviços da PNASPI. Os Conselheiros Distritais, escolhidos para representar os usuários, trabalhadores/gestores e prestadores de serviço em saúde dos 34 DSEI deliberam com a SESAI⁵⁴.

A PNASPI estruturou um modelo diferenciado de atenção à saúde, baseado na estratégia de execução descentralizada pelos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) existentes, como forma de garantir os direitos preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de acesso universal e integral à saúde, envolvendo os povos indígenas no planejamento e na execução das políticas públicas de saúde. Ainda de acordo com a página da SESAI na internet, a população indígena brasileira é atendida por mais de 800 Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), compostas por médicos, dentistas, enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de saúde bucal, agentes indígenas de saúde (AIS) e agentes indígenas de saneamento (AISAN).

⁵³ Brasil. Ministério da Saúde. (n.d.). SESAI | Departamento de Determinantes Ambientais da Saúde Indígena. Retrieved May 22, 2022, from <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/departamento-de-determinantes-ambientais-da-saude-indigena>

⁵⁴ Brasil. Ministério da Saúde. (n.d.). SESAI | Controle Social. Retrieved May 22, 2022, from <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/estrutura/controle-social>

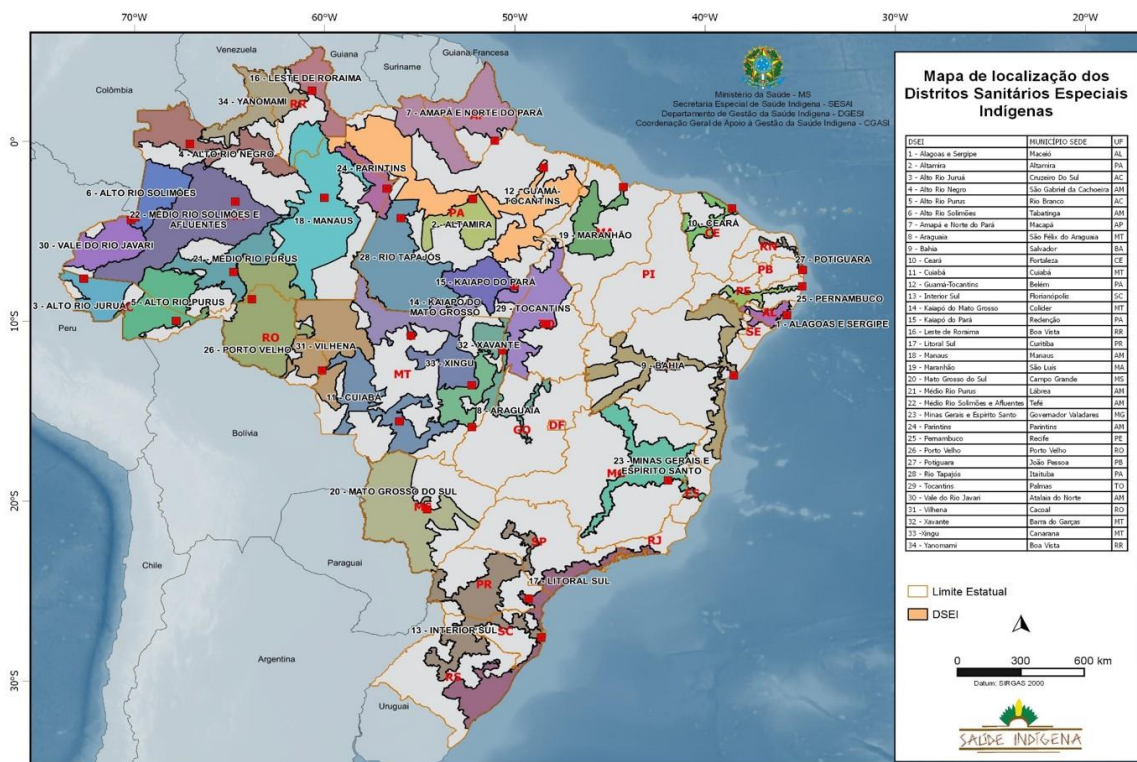


Figura 27 - Localização dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI.

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. (n.d.). Distrito Sanitário Especial Indígena. SESAI - Estrutura. Retrieved May 26, 2022, from <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/estrutura/distrito-sanitario-especial-indigena-dsei>

O DSEI é a unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), e sua estrutura contempla os polos-base, as Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI) e as Casas de Saúde Indígena (Casai). Os DSEI precisam contar ainda com uma rede interiorizada de serviços de atenção básica organizada de forma hierarquizada e articulada com a rede de serviços do SUS, para garantir a assistência de média e alta complexidade aos indígenas aldeados.

Organização do DSEI e Modelo Assistencial

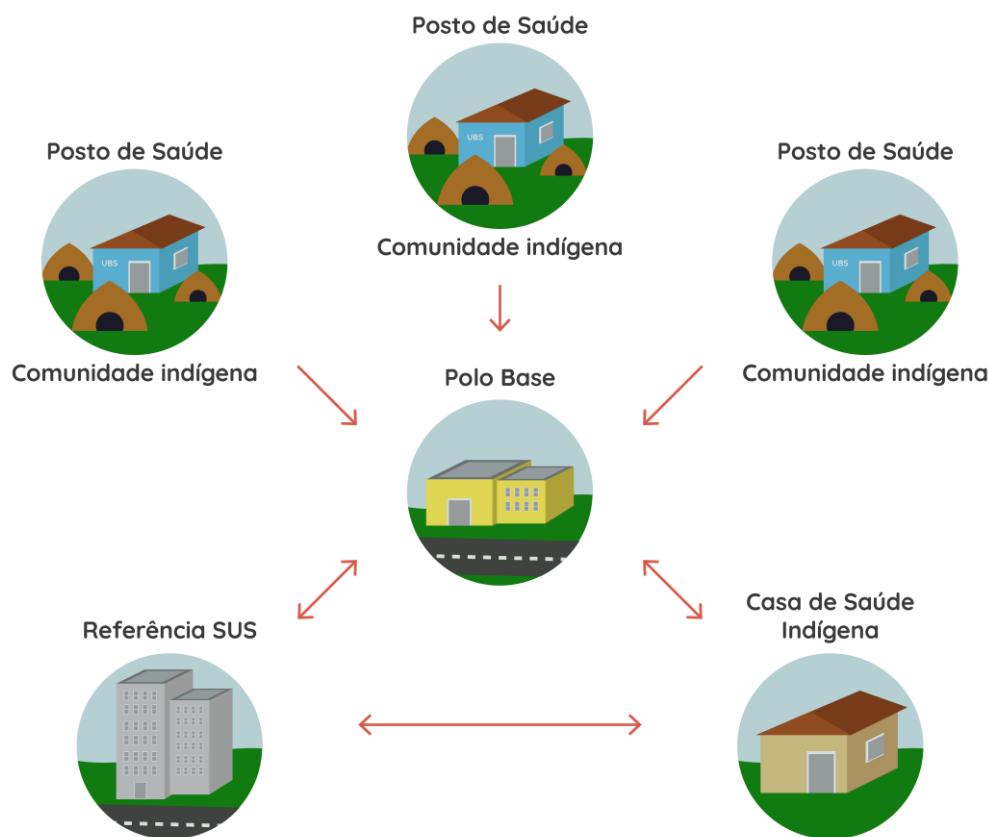


Figura 28 - Estrutura de Polo Base do DSEI junto às unidades de saúde das comunidades indígenas e sua ligação com a CASAI e os centros de referência do SUS.

Fonte: Autoria própria com base em Mostra Saúde Indígena - Respeito e Cuidados. (n.d.).

Retrieved May 26, 2022, from <http://www.ccms.saude.gov.br/saudeindigena/asesai/organizacaoDodsei.html>

Preconizada como uma das ações obrigatórias da PNASPI e orientada pelo Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PNAISM), o cuidado da saúde da mulher indígena, atribuído aos DSEI, estabelece, dentre outras metas, a promoção, a prevenção e o controle das infecções sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV/aids na população feminina (Secretaria Especial de Saúde Indígena, 2020).

Assim, diretrizes com o intuito de garantir que as populações indígenas tenham acesso às ações e serviços do SUS, em qualquer nível de atenção necessária, como determina a PNASPI (Fundação Nacional de Saúde, 2002):

O desafio mais urgente caracteriza-se pela adaptação das políticas e práticas em saúde, de modo a torná-las culturalmente adequadas a cada grupo étnico, bem como a compreensão de suas especificidades dentro da alteridade cultural que as diferencia.

(Nóbrega et al., 2020)

Confalonieri (1989) aponta como **especificidades dos cuidados de saúde a populações indígenas**: **a) Transculturação**: a introdução de um conjunto de princípios e práticas do sistema médico oficial em comunidades que há séculos lidam com as questões de saúde-doença por meio de sistemas tradicionais de crenças e práticas de cura leva a dificuldades de compatibilização e aceitação, tanto por parte dos receptores como dos executores das ações. O acompanhamento antropológico dos programas de saúde e na formação de profissionais de saúde – indígenas e não indígenas – para atuação em comunidades indígenas torna-se fundamental nesse processo; **b) Situação Geográfica**: em comunidades indígenas localizadas em regiões distantes, com aldeamentos mais esparsos e com baixa densidade demográfica, a deficiência da infraestrutura local e de recursos contribuem para a descontinuidade na execução das ações e programas. Um sistema de comunicações permanente e eficiente com outros níveis de referência é essencial para o fornecimento dos serviços de saúde com qualidade; **c) Dinâmica do Perfil Epidemiológico**: grupos indígenas isolados do contato com a sociedade não indígena e que sofrem grandes transformações aculturativas em seus hábitos e condições de vida passam a padecer de enfermidades antes desconhecidas por eles, com surtos de viroses com altas taxas de morbimortalidade e severas repercussões em sua organização social. Sedentarização forçada, desequilíbrio alimentar, padrão inadequado de higiene individual e contato mais íntimo com as populações urbanas acarretam uma nova etapa na continuidade de reprodução biológica, em que prevalecem os problemas dentários, infecções cutâneas, tuberculose, diarreia, malária, IST, etc.

O apagamento das diferenças culturais, com o julgamento dos indivíduos a partir do ponto de vista de uma única cultura que não as deles – que passa, então, a ser reduzida à insignificância –, é o ponto central do conceito de etnocentrismo (Ribeiro et al., 2017). Historicamente, de acordo com Paula Carvalho (1996), esse é um tipo de violência concretizado não apenas de forma física, mas também de forma simbólica, nas diversas formas de colonialismos.

Uma prática de cuidado em saúde que se oriente pelo etnocentrismo ignora o valor de subjetividades e de características históricas, sociais e biológicas de diferentes povos. Ao priorizar a tecnicidade de profissionais de saúde que reproduzem o saber médico sistematizado em detrimento de considerar essas subjetividades, o cuidado em saúde se pauta por valores comuns aos contextos político, social e cultural do cuidado aplicado de forma ampla e geral pelo SUS, cuja operacionalização segue predominantemente o modelo

biomédico de atenção à saúde. Para Ribeiro et al. (2017), práticas etnocêntricas em saúde podem ser evitadas utilizando-se de um olhar relativizado, somado a abordagens descentralizadas da doença e que valorizem a diversidade de valores e formas de cuidados em saúde. “Assim, a conduta dos profissionais será orientada pela lógica social do outro mundo”.

5.3 Saúde potiguara: o 27º DSEI

O Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguara (27º DSEI) está localizado em João Pessoa, capital paraibana, a uma distância aproximada de 100km da área indígena. Na base, ou seja, na Terra Indígena, existem unidades descentralizadas do Distrito, que correspondem a Polos Base (4) e Postos de Saúde (20). Neles, são desenvolvidas ações de atenção básica pelas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), compostas pelo Agente Indígena de Saúde (AIS), pelo Agente Indígena de Saneamento (AISAN), por Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Consultório Dentário (ACD), Enfermeiro, Odontólogo e Médico (Tenório, 2016).

O DSEI Potiguara abrange uma área de 9.019,14km² e atende a uma população de população 15.667 pessoas de 34 aldeias e 7 etnias (Secretaria Especial de Saúde Indígena, 2020).

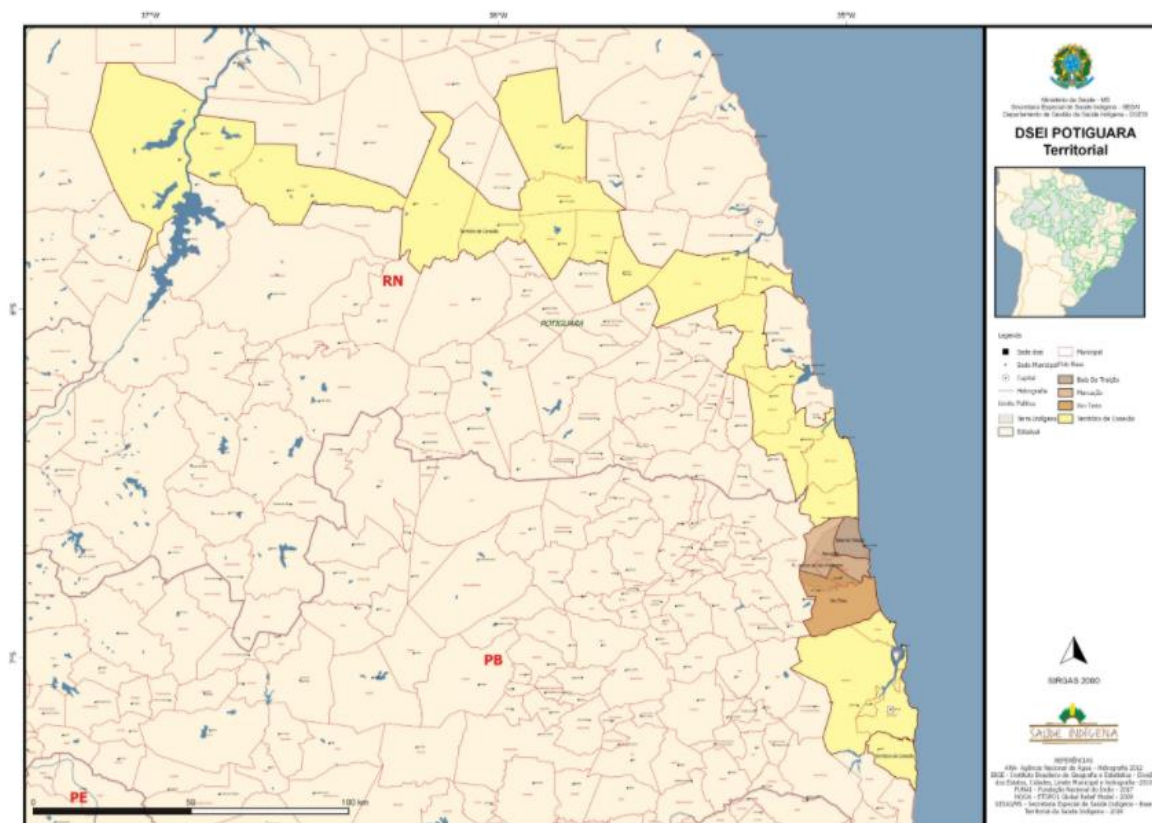


Figura 29 - Área de abrangência do 27º DSEI.

Fonte: <http://www.saude.gov.br/images/mapas-dseis/potiguara.jpg>. Acessado em: 2020-09-22.

Quando necessário, os indígenas são encaminhados da atenção primária à rede especializada, para serviços de média e alta complexidade em unidades de referência. No DSEI Potiguara são desenvolvidos programas preconizados pelo Ministério da Saúde, tais como: Assistência Farmacêutica e Laboratorial; Assistência Nutricional; Assistência Odontológica; IST/Aids, Hepatites Virais e Sífilis; Imunização; Hiperdia (hipertensão e Diabetes); Saúde da Mulher e da Criança; Saúde Mental; Tuberculose, Vigilância Epidemiológica.

5.4 As subnotificações

Apesar das políticas e ações implementadas nas últimas décadas, pesquisadores ressaltam que é difícil fazer um balanço dos avanços trazidos pela instituição do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena quando o assunto são os indicadores de saúde dessas populações.

Isso ocorre devido à escassez de pesquisas em âmbito nacional sobre as condições de saúde dos povos indígenas do Brasil que **permitam a construção de séries históricas**⁵⁵.

A notificação da sífilis é obrigatória em todo o Brasil. A notificação compulsória de sífilis congênita em todo território nacional foi instituída por meio da Portaria GM nº 542 de 22 de dezembro de 1986; a de sífilis em gestante foi instituída pela Portaria GM nº 33 de julho de 2005; e a de sífilis adquirida por intermédio da Portaria nº 2.472, publicada em 31 de agosto de 2010⁵⁶.

No Brasil, de acordo com a Portaria nº 33, de 14 de julho de 2005 (BRASIL, 2005), em seu artigo 3º, os profissionais de saúde no exercício da profissão, bem como os responsáveis por organizações e estabelecimentos públicos e particulares de saúde e ensino, em conformidade com a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 (BRASIL, 1975), são obrigados a comunicar aos gestores do SUS a ocorrência de casos suspeitos ou confirmados de doenças de interesse nacional. O caráter compulsório da notificação implica responsabilidades formais para todo cidadão. É uma obrigação inerente ao exercício da medicina, bem como de outras profissões na área da saúde.

(Brasil, 2020)

A subnotificação de casos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) traz relevantes implicações para a resposta às IST no país. De acordo com o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (PCDT 2020), sem os registros das ocorrências ou com o preenchimento incompleto da ficha de notificação e investigação de casos, permanecem desconhecidas informações importantes no âmbito da epidemiologia, como número total de casos, comportamentos e vulnerabilidades. Além disso, a ausência de registro pode comprometer a racionalização do sistema para o fornecimento contínuo de medicamentos e as ações prioritárias para populações mais vulneráveis, como é o caso das populações indígenas.

A extensa área geográfica brasileira, que dificulta o deslocamento, os impedimentos culturais e o pouco conhecimento a respeito das comunidades indígenas são alguns dos fatores que dificultariam o levantamento de dados mais completos (Carvalho et al., 2011) e

⁵⁵ 20 anos de saúde indígena no SUS | Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/20-anos-de-saude-indigena-no-sus>. Accessed: 2020-09-21

⁵⁶ Brasil. Ministério da Saúde. (n.d.). Vigilância Epidemiológica | Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Retrieved March 6, 2022, from <http://www.aids.gov.br/pt-br/gestores/vigilancia-epidemiologica>

impactariam no aumento do número de casos não apenas de sífilis, mas de outras infecções sexualmente transmissíveis⁵⁷.

The high incidence of the disease among the indigenous population may be related to the epidemiological characteristics of syphilis, habits and practices culturally defined. The health care to indigenous pregnant women requires the development of qualification strategies directed to teams of health workers which take into consideration the cultural and geographical specificities of this population, consequences and difficulties of access of their pregnant women to health services.

(Tiago et al., 2017)

Mesmo quando estão postos e claros os riscos de infecção, a prática sexual protegida pode encontrar barreiras enfrentadas tanto por mulheres indígenas como não indígenas, atravessadas pelas questões de desigualdade social e de gênero: resistência do parceiro ao uso do preservativo; desconfiança de relacionamentos extraconjugais; e dificuldade de negociar o uso do preservativo no dia a dia são algumas delas (Nóbrega et al., 2020).

Nesse contexto, é essencial incluir a condição da mulher indígena no centro do debate, devido às complexidades e diversidades das demandas dessa população. Carvalho et al. (2011) apontam a adaptação das políticas e práticas em saúde o mais urgente dos desafios, já que é preciso torná-las culturalmente adequadas a cada grupo étnico.

5.4.1 Números da Sífilis na população indígena: Brasil e Paraíba

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima em **1.108.970** o número de pessoas residentes em localidades indígenas no Brasil⁵⁸. O dimensionamento, realizado em caráter emergencial a pedido do Ministério da Saúde, em 2020, utiliza uma combinação de dados do Censo 2010 com a versão mais atualizada da base territorial, que estima o número de domicílios ocupados. O objetivo do documento é subsidiar o planejamento da imunização de grupos vulneráveis contra a covid-19, levando em consideração áreas já mapeadas no planejamento do próximo Censo, a ser realizado em 2022.

⁵⁷ Cresce incidência de Aids e sífilis entre índios na Amazônia. (n.d.). Jornal O Globo. Retrieved September 21, 2020, from <https://oglobo.globo.com/brasil/cresce-incidencia-de-aids-sifilis-entre-indios-na-amazonia-2667941>

⁵⁸ População residente em área indígena e quilombola supera 2,2 milhões. (2021). Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-10/populacao-residente-em-area-indigena-e-quilombola-supera-22-milhoes>

De acordo com o dimensionamento (IBGE, 2021), a Paraíba contaria atualmente com uma população de **21.457** pessoas residentes em áreas indígenas. Os municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto (em que estão localizadas as TI no Estado) teriam, respectivamente, 5.471, 9.008 e 6.978 pessoas residindo em áreas indígenas.

De acordo com o mais recente Boletim Epidemiológico da Sífilis (Brasil, 2021), em 2020 “observou-se melhora no preenchimento da variável raça/cor, cuja proporção de “ignorados” passou de 9,5% em 2010 para 6,3% em 2020”. Segundo o documento, até 30 de junho de 2021, o número de notificações de casos de sífilis adquirida em pessoas indígenas e amarelas somou 1,6% dos registros (333 casos). As mulheres indígenas e amarelas representaram 1,5% do total de gestantes com sífilis (124 casos). Os casos de sífilis congênita, levando-se em consideração a raça/cor da mãe, somou 0,3% entre indígenas e amarelas (30 casos).

Gráfico 1: Casos de sífilis adquirida na população indígena por ano de diagnóstico. Brasil, de 2010 a 31 de junho de 2021.

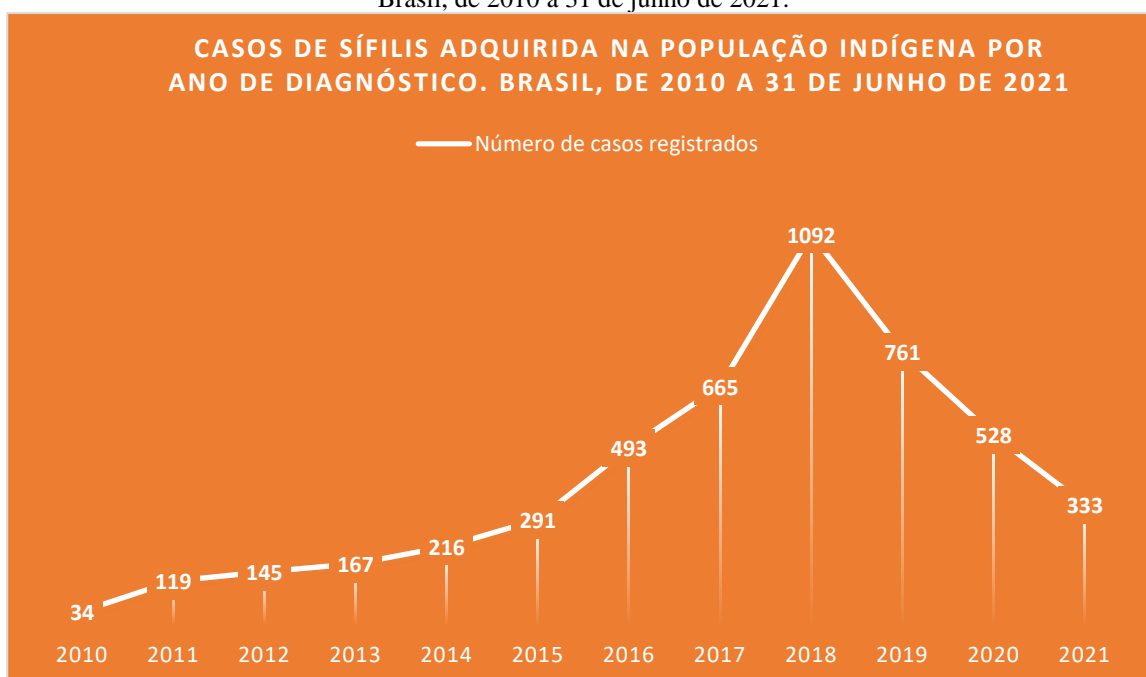
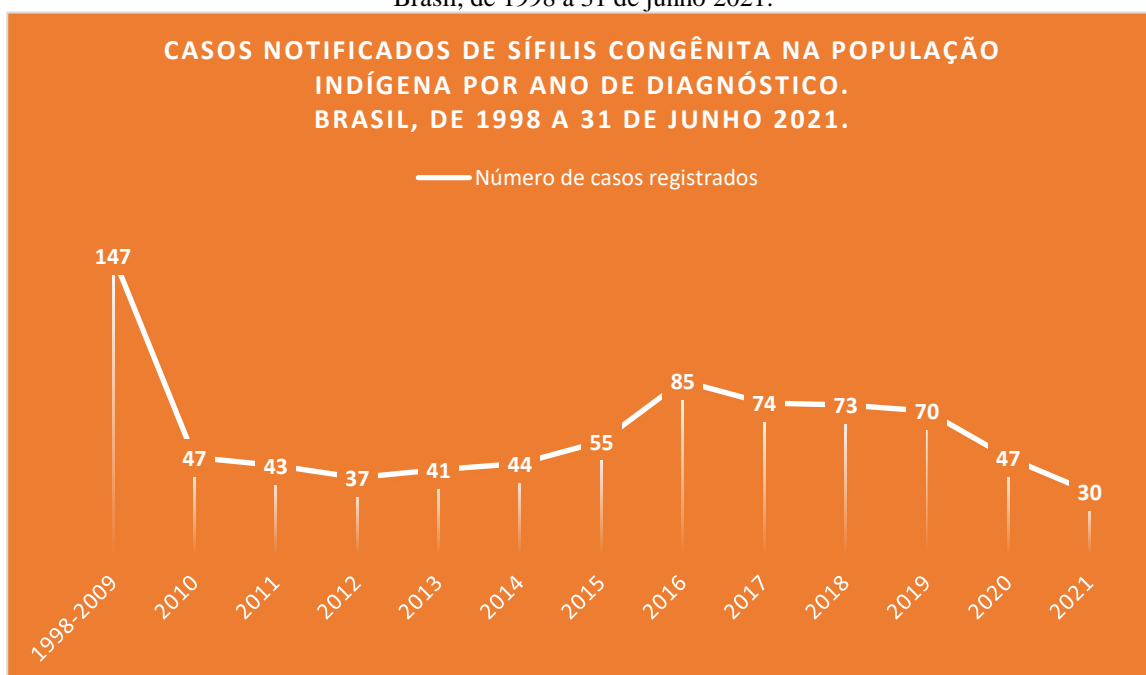


Gráfico 2: Casos de gestantes indígenas com sífilis por ano de diagnóstico. Brasil, de 2005 a 31 de junho de 2021.



Gráfico 3: Casos notificados de sífilis congênita na população indígena por ano de diagnóstico. Brasil, de 1998 a 31 de junho 2021.



Com relação aos casos de sífilis registrados na comunidade Potiguara, na Paraíba, os números levantados nos últimos quatro anos são distribuídos da seguinte forma:

ANO	TIPO DE SÍFILIS	NÚMERO DE CASOS
2018	Sífilis congênita	1
	Sífilis precoce não especificada	1
	Outras formas e as não especificadas da sífilis	1
2019	Sífilis congênita	1
	Sífilis genital primária	3
	Sífilis tardia não especificada	1
	Sífilis não especificada	1
2020	Sífilis precoce	5
	Sífilis genital primária	4
	Outras formas de sífilis secundária	1
	Sífilis precoce não especificada	1
	Sífilis tardia não especificada	2
	Sífilis não especificada	3
2021	Sífilis precoce	3
	Sífilis genital primária	2
	Sífilis primária de outras localizações	1
	Sífilis tardia latente	1
	Sífilis não especificada	3

*Quadro 2 - Casos de sífilis registrados na comunidade indígena Potiguara de Baía da Traição (2018-2021).
Fonte: 27º Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI Potiguara (2022).*

Interpretando os dados à luz do Boletim Epidemiológico da Sífilis 2021, os números que indicam a ocorrência de 333 casos de sífilis adquirida na população indígena até junho de 2021 (gráfico 1) resultam em uma taxa de detecção de 30 casos para cada 100.000 habitantes. Já na Paraíba, em 2021, foram 10 casos registrados (quadro 2), na população dimensionada em 21.457 pessoas. A taxa de detecção geral do Brasil para sífilis adquirida foi de 54,5 casos por 100.000 habitantes em 2020.

No mesmo ano, em âmbito nacional, a taxa de detecção de sífilis em gestantes foi de 21,6/1.000 nascidos vivos; e a taxa de incidência de sífilis congênita de 7,7/1.000 nascidos vivos. Na população indígena, realizando os cálculos já com o número de residentes dimensionado pelo IBGE, chegamos a uma taxa de detecção de sífilis em gestantes (gráfico

2) de 11,18/1.000 nascidos vivos; e a uma taxa de incidência de sífilis congênita de 2,7/1.000 nascidos vivos.

Os números registrados junto à população indígena no Brasil apresentaram queda nos últimos dois anos, ou seja, durante o período mais crítico da Pandemia do coronavírus. Isso pode significar que, devido à emergência de saúde, pode não ter sido possível aos serviços da Atenção Primária realizar as testagens e efetuar os registros de forma satisfatória. Outra avaliação é a de que o número de casos da infecção esteja em declínio justamente em decorrência das ações adotadas desde a declaração de epidemia de sífilis pelo Ministério da Saúde, em 2016; no entanto, essa confirmação só será possível com a ampliação da série histórica para além do contexto de covid-19.

O fato é que, ainda que apresente taxas de infecção de sífilis abaixo dos registrados junto à população geral, a saúde indígena merece toda a atenção e um olhar diferenciado para que se atinjam os objetivos de cuidado pretendidos, conforme as especificidades pontuadas por Confalonieri (1989) e estudadas neste capítulo.

Assim, concluímos os capítulos que tiveram como objetivo apresentar os conceitos e contextos principais desta tese. A seguir, descrevemos a etapa de coleta de dados presencial e seus achados.

Capítulo 6: Estudo empírico

Neste ponto da tese, procedemos à descrição do estudo empírico que realizamos junto aos Potiguara, com vistas à proposição de um modelo de Recurso Educacional Aberto em saúde voltado ao público indígena.

6.1 Pesquisa-ação

Para a efetivação da etapa de campo de nosso estudo, optamos pela pesquisa-ação, com a realização de um seminário e aplicação de entrevistas. Conforme descrito no Capítulo 1, no tópico sobre o delineamento metodológico da pesquisa, foi necessário protocolar na Plataforma Brasil o projeto, autorizações e formulários para aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CEP/UFRN) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Por se tratar de pesquisa com população indígena, deveriam ser observadas condições específicas para registro do estudo, ressaltadas pela Portaria nº 177/ PRES, de 16 de fevereiro de 2006, FUNAI:

Art. 6 – As imagens indígenas poderão ser utilizadas para difusão cultural; nas atividades com fins comerciais; para informação pública; e *em pesquisa*.

§ Único - Qualquer contrato que regule a relação entre indígenas titulares do direito de imagem e demais interessados deve conter:

- i- *expressa anuência dos titulares individuais e coletivos do direito sobre a imagem retratada;*
- ii- *vontade dos titulares do direito quanto aos limites e às condições de autorização ou cessão do direito imagem.*

(FUNAI, 2006, grifos nossos)

Após um ano de tramitação do projeto de pesquisa na plataforma (de 16 de janeiro de 2021 a 13 de janeiro de 2022), com a aprovação dos formulários pertinentes e a autorização dos órgãos competentes, a saber: 1) Cacique-Geral; 2) Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI); 3) Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI Potiguara); 4) e Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), foi possível planejar o evento, que teria sua realização adiada algumas vezes em decorrência da pandemia do coronavírus.

6.1.1 Planejando: contato, programação e divulgação

Após reflexão acerca da melhor forma de abordagem dos temas sífilis e comunicação junto aos potiguaras, chegamos à conclusão de que seria válido realizar uma oficina sobre a produção de *podcasts*. Dessa forma, poderíamos dedicar um dia da atividade ao esclarecimento dos objetivos de pesquisa e apresentação do Projeto “Sífilis Não!” e dos conceitos de educomunicação em saúde e etnomídia; e um segundo momento ao compartilhamento de técnicas simples para gravação, edição e publicação de um *podcast*. Compreendemos que essa foi a melhor dinâmica possível adotada, uma vez que a atividade não foi organizada apenas com o objetivo de ouvi-los e de coletar informações para o desenho de nosso produto, mas também com a proposta de contribuir com novos conhecimentos que poderiam ser apropriados pelos participantes já nesta etapa da pesquisa.

Nosso contato para mobilização e organização da atividade foi a representante do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI), Itajaciana Maximiano. Ela foi a autoridade local a nos informar a data de possível realização da oficina, além de definir o espaço para a atividade e contribuir com sua divulgação.



*Figura 30 – Itajaciana, conselheira distrital de saúde dos Potiguara.
Foto: André Gavazza (2022).*

Conforme o plano de trabalho submetido na Plataforma Brasil, a oficina foi estruturada da seguinte forma:

OFICINA: *Podcast* como ferramenta de comunicação indígena em saúde

Data: 1º trimestre de 2022

Local: Oca da Toré Forte - Aldeia do Forte

Público-alvo: membros da comunidade que tenham interesse por mídia e comunicação, bem como pela transmissão de informações relevantes sobre saúde. A divulgação da oficina será feita junto à própria comunidade com o auxílio do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI). Público previsto: 20 pessoas.

Objetivo: formar agentes locais na comunidade indígena Potiguara (Paraíba) para a produção de *podcasts*, programas de rádio ou boletins sonoros, visando à disseminação de informações acerca do teste, da prevenção e do tratamento da sífilis em plataformas digitais, listas de transmissão do whatsapp, disponibilização em redes sociais e sites ou, ainda, veiculação em emissoras de rádio locais.

Programação prevista:

DIA 1	DIA 2
Apresentação do Projeto “Sífilis Não!”	O que é um <i>podcast</i> ?
Saúde indígena e a sífilis	Como produzir um <i>podcast</i>
Mídia indígena	Publicando o seu <i>podcast</i>

Como material auxiliar, levando-se em conta que a atividade seria realizada em locação sem acesso à internet e para ajudar a fixação das informações que compartilharíamos com o público, foi produzida uma cartilha, cujo conteúdo e identidade visual foram aproveitados na produção do curso que irá para o AVASUS. Além disso, seriam distribuídos materiais do Projeto “Sífilis Não!”, como folders e preservativos femininos e masculinos.



Figura 31 - Capa e página de apresentação da cartilha produzida para a atividade.
Ilustração: Priscila Reis (2022).

Para divulgação da oficina, foi produzida peça com as principais informações, em dimensões adequadas para compartilhamento nas redes sociais. Solicitamos o apoio de Itajaciana para mobilizar possíveis participantes, e contactamos outra liderança local, Brenno Xavier, que nos prestaria auxílio nas diligências para entrevistas e captação de imagens em Baía da Traição.

**GOSTA DE COMUNICAÇÃO
E QUER APRENDER A FAZER
UM PODCAST?**

Participe do curso

**Podcast como ferramenta de
comunicação indígena em saúde**

Quando?
29 e 30 de Março, às 14h

Onde?
Oca da Toré Forte
Aldeia do Forte - Baía da Traição / PB

**Inscrições
no local**

funpec
LAIS
10 ANOS
Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva/UFRN
UFRN
SIFILIS NÃO
SUS+
MINISTÉRIO DA SAÚDE
PÁTRIA AMADA BRASIL

*Figura 32 - Peça de divulgação da atividade.
Ilustração: Priscila Reis (2022).*

Com o objetivo de permitir que fossem expedidos certificados para os participantes e gerado relatório final, a oficina foi cadastrada como atividade de extensão no sistema da universidade.

UFRN - SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas A+ A- Tempo de Sessão: 00:25 SAIR

JEFERSON LUIS P. ROCHA Alterar vínculo Módulos Caixa Postal
 DIREÇÃO DO CCSA (16.01) Alterar senha

EXTENSÃO > VISUALIZAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO

Visualizar Arquivo Visualizar Plano de Trabalho

DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO

DADOS GERAIS

Código: EV178-2022
Título: Oficina - Podcast como ferramenta de comunicação indígena em saúde
Categoria: EVENTO **Abrangência:** Local
Ano: 2022 **Período de Realização:** 29/03/2022 a 30/03/2022

Unidade Proponente: DIREÇÃO DO CCSA
Unidade Orçamentária: /
Executor Financeiro: UFRN
Unidade Co-Executora Externa: LAIS/FUNPEC
Outras Unidades Envolvidas:

Área do CNPq: Ciências Sociais Aplicadas **Área Principal:** SAÚDE
Nº Bolsas Solicitadas: 0 **Nº Bolsas Concedidas:** 0
Tipo de Cadastro: SUBMISSÃO DE NOVA PROPOSTA **Convênio Funpec:** NÃO
Público Alvo Interno: Equipe técnica da UFRN/Lais/Funpec **Público Alvo Externo:** Jovens da comunidade indígena
Público Estimado Externo: 50 pessoas **Público Estimado Interno:** 3 pessoas
Público Real Atingido: Não informado **Renovação:** NÃO

Fonte de Financiamento: AÇÃO AUTO-FINANCIADA
Linha de Atuação:
Programa Estratégico: Não está associado a um programa estratégico.
Vinculado a ação de formação continuada e permanente: NÃO
Vinculado a Grupo Permanente de Arte e Cultura: NÃO
Faz parte de Programa de Extensão? NÃO

Tipo do Evento: OFICINA
Período do Evento: 29/03/2022 a 30/03/2022 **Previsão de Nº de Vagas:** 50
Carga Horária: 8 horas
Situação: PENDENTE DE RELATÓRIO
Responsável Pela Ação: DEYSE ALINE MOURA
E-mail do Responsável: deyse.moura@gmail.com
Contato do Responsável: (84) 99138-9740

MUNICÍPIO REALIZAÇÃO

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DETALHES DA AÇÃO

Resumo:
 O projeto faz parte de um ciclo de atividades maior, da pesquisa da Doutoranda Deyse Aline Moura, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sobre saúde indígena e comunicação. A oficina para produção de podcast - um tipo de programa de rádio, que pode ser ouvido a qualquer momento pela internet ou enviado para contatos no whatsapp - será realizada como forma de capacitar a população jovem para produção de conteúdos através da plataforma de Podcast como forma de promoção da saúde na (e para) a comunidade indígena envolvida.

Palavras-Chave:
 Podcast, saúde, indígena

Programação:
 29/03/2022 - Abertura e diálogo sobre saúde e mídia indígena
 30/03/2022 - Oficina prática: como realizar um podcast?

Objetivos Gerais:
 Desenvolver a capacidade do público jovem da comunidade indígena para produção de podcast com foco em saúde - e outras demandas - adaptados à cultura local e de acordo com a cultura dos participantes.

Resultados Esperados:
 Os participantes devem ser capazes de produzir e veicular conteúdos de comunicação saúde através de podcast, respeitando os aspectos da cultura local.

CONTATO DO COORDENADOR

Coordenação: JEFERSON LUIS PIRES ROCHA **E-mail:** jefersonroch@yahoo.com.br **Telefone:** 9830-8007

MEMBROS DA EQUIPE

Nome	Categoria	Função	Unidade	Situação	Início	Fim
JEFERSON LUIS PIRES ROCHA	SERVIDOR	COORDENADOR(A)	DIR/CCSA	Ativo Permanente	29/03/2022	30/03/2022
ANDRE LUIZ FREIRE GAVAZZA	SERVIDOR	COLABORADOR(A)	SEDIS	Ativo Permanente	29/03/2022	30/03/2022
DEYSE ALINI DE MOURA	EXTERNO	COORDENADOR(A) ADJUNTO(A)			29/03/2022	30/03/2022

OBJETIVOS/ATIVIDADES

Descrição da Atividade:	Período Realização:	Carga Horária:
Oficina Podcast como ferramenta de comunicação indígena em saúde	29/03/2022 a 30/03/2022	8 h

Figura 33 - Captura de tela da página de registro da oficina como atividade de extensão.

6.1.2 Oficina

A oficina foi realizada nos dias 29 e 30 de março de 2022. Para a missão acadêmica, nos organizamos em uma equipe de quatro pessoas: Jeferson Rocha, servidor da UFRN e pesquisador de rádio, amigo de longa data, que dividiu comigo a produção do conteúdo para a cartilha utilizada; André Gavazza, servidor da UFRN, responsável pelo registro fotográfico e audiovisual da missão; Marcos Félix, motorista; e eu. Ficaríamos na cidade durante a semana, de 28 de março a 1º de abril.



Figura 34 - Organizando formulários e mesa de recepção da atividade.
Foto: André Gavazza (2022).

Demos início à atividade proposta na tarde do dia 29. Ao chegarem, os participantes deveriam assinar os formulários de autorização de participação da oficina e de uso de imagem, para que pudéssemos fazer fotos e vídeos. No caso dos menores de idade, era necessário que seus responsáveis assinassem os documentos. Assim, alguns dos participantes levaram os formulários para casa, a fim de devolvê-los assinados no dia seguinte.



Figura 35 - Orientando participante quanto à forma correta de assinar os formulários de autorização.
Foto: André Gavazza (2022).

Iniciando a atividade, apresentei a equipe presente aos participantes da oficina. O público era heterogêneo, composto por crianças, adolescentes, adultos que trabalham na área da saúde e estavam em atividade no posto do DSEI, localizado bem em frente à Oca da Toré Forte, nossa locação naqueles dois dias.

Conforme apresentado no plano de trabalho, o primeiro dia foi voltado à apresentação do Projeto “Sífilis Não!”, explicação dos objetivos desta tese e discussão sobre etnomídia, com demonstração de diversas iniciativas pelo Brasil que priorizam a pauta da luta indígena por seus territórios e direitos sociais.



Figura 36 - Iniciando a atividade.
Foto: André Gavazza (2022).



Figura 37 - Explicando aos participantes os objetivos da pesquisa e daquela atividade.
Foto: André Gavazza (2022).



Figura 38 - Entre os participantes da oficina, destacavam-se olhos atentos e curiosos de crianças e adolescentes.

Foto: André Gavazza (2022).



Figura 39 - No encerramento do primeiro dia, apresentamos os conceitos de etnomídia e alguns exemplos de veículos com espaços voltados para a cobertura de assuntos indígenas ou produzidos por índios.

Foto: André Gavazza (2022).

Já no segundo dia de atividade, Jeferson Rocha falou sobre as definições de *podcast* e explicou como produzir um programa de forma simples, com o uso de telefone celular, a partir de aplicativo gratuito. Durante esta segunda tarde, aproveitávamos para reforçar sempre que, apesar de se tratar de um nome com origem estrangeira, tratava-se, basicamente, de um tipo de programa de rádio, que poderia ser ouvido a qualquer momento pela internet e que, assim, a ferramenta poderia ser utilizada para objetivos diversos.

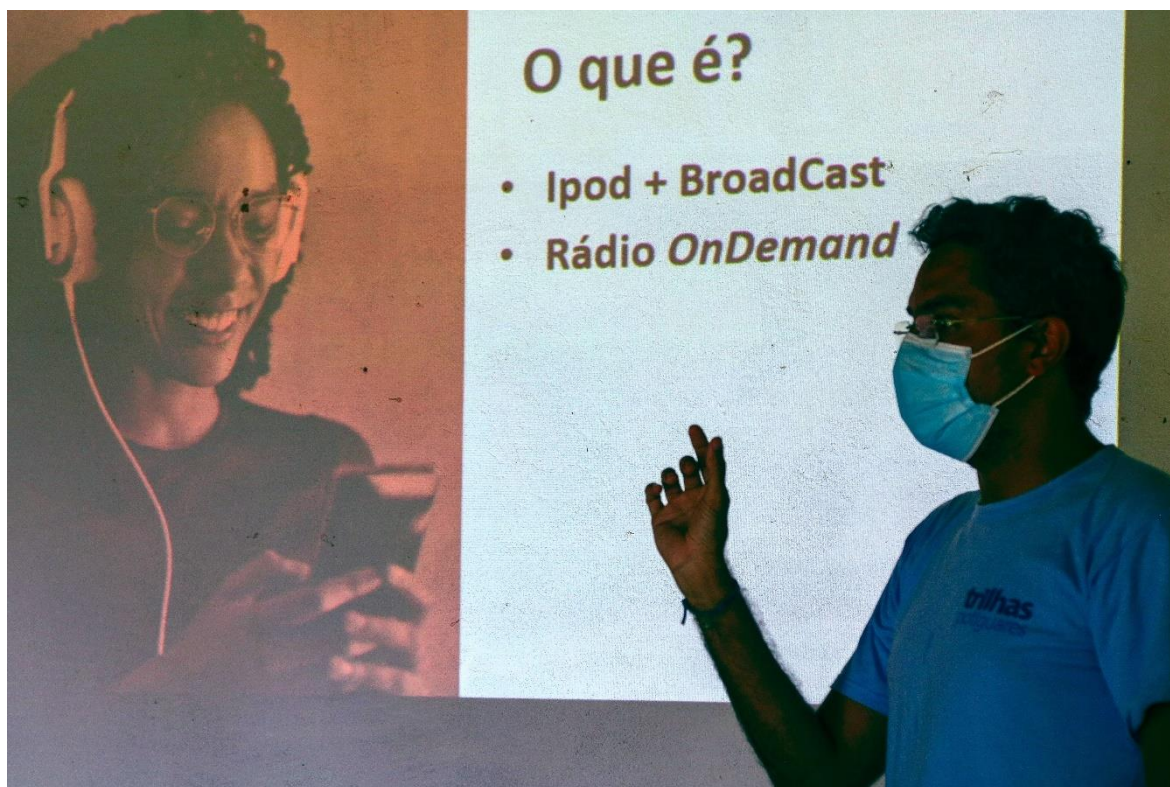


Figura 40 - Jeferson explicando o surgimento do termo podcast.
Foto: André Gavazza (2022).



Figura 41 - As cartilhas foram distribuídas no segundo dia de atividade e continham o passo a passo para produção do podcast, para os participantes acompanhassem as explicações.

Foto: André Gavazza (2022).



Figura 42 - Ao fim da atividade, Jeferson e eu reforçamos que a ideia era que eles tivessem acesso a essas informações para que se apropriassem da tecnologia, uma forma bastante simples e barata para comunicar.

Foto: André Gavazza (2022).



*Figura 43 - Mãe acompanhando a oficina com seu filho pequeno.
Foto: André Gavazza (2022).*



*Figura 44 - Equipe e participantes em frente à Oca da Toré Forte ao fim da atividade.
Foto: André Gavazza (2022).*

Seguimos, assim, o roteiro previsto e pontuado na apresentação preparada e passamos pelos temas listados na programação, buscando utilizar uma linguagem simples, acessível, e provocando os participantes com perguntas e comentários. Notamos uma certa timidez por parte do público, no entanto, compreendemos essa característica como intrínseca à personalidade dos participantes, e buscamos sempre nos manter abertos à conversação, mas respeitando os limites dos nossos interlocutores.

6.1.3 Contribuições

Durante os dois dias de oficina, registramos as contribuições dos participantes, a fim de observá-las quando do desenho final do REA a ser proposto. A seguir, destacamos as principais falas documentadas naquelas duas tardes de interação, transcritas das gravações de áudio da atividade.

6.1.3.1 Dia 1

Ao falar sobre o conceito de mídia indígena, pergunto aos participantes como eles se veem representados na mídia tradicional. Rafaela, estudante universitária, fala sobre a importância de consumir conteúdos informativos:

É importante a gente assistir, porque a gente fica tão conectada com internet e coisas que não são tão importantes. Quando a gente então pára para assistir jornal, é importante.

Mas, então, a estudante ressalta que não vê na TV matérias que mostrem questões indígenas. Na sequência, Itajaciana diz que assiste ao Jornal Nacional, e que no programa tem visto mais matérias sobre a pauta indígena. Como conselheira de saúde, ela destacou a divulgação, pela mídia paraibana, dos casos ocorridos no território durante a pandemia do coronavírus:

Tem comunicação que se refere a nós, à luta, à resistência, por mais educação, saúde de boa qualidade. A gente também se sente nesse meio. É a comunicação. Um exemplo: no caso da pandemia, a totalidade de casos era transmitido pela mídia. Então, o DSEI Potiguara, tem sua equipe, que divulga quantos casos tem no geral, Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição. Uma forma da comunicação.

Eu pontuo que, nacionalmente, a luta indígena tem pautado mais a mídia tradicional, talvez como consequência do momento político e social vivido atualmente, no Brasil. Falo sobre possibilidades de temas que eles mesmos, enquanto membros ativos em suas comunidades, podem comunicar a partir da produção de *podcasts*. Apresento, então, alguns exemplos de veículos que focam parcial ou totalmente na comunicação indígena, dentre os quais um *podcast* gravado via Youtube, no canal Mídia Índia⁵⁹. Um dos participantes da oficina, Jadson Rolin, que é psicólogo e atua no DSEI Potiguara, registra, então, que um dos apresentadores do *podcast*, Eric Marky Terena, havia estado recentemente em Baía da Traição e que a troca de experiências e informações havia sido bastante benéfica.

Esse jornalista, Eric Terena, trabalhava no DSEI da etnia dele, no Mato Grosso do Sul, e estava no encontro das lideranças recentemente. Ele é muito legal, muito dinâmico, tem um trabalho muito legal. Os Terena são um povo muito politizado e as mídias deles funcionam muito. As rádios comunitárias funcionam e eles tem uma rádio FM em uma das aldeias.

Falando sobre fazer a informação circular para além das aldeias, Jadson conta que, quando adolescente, participava de uma rádio que ficava na aldeia Tracoeiras e que, por meio da conexão com a comunidade Índios Online, na época do Orkut, seu grupo conseguia produzir conteúdo em parceria com outras comunidades indígenas da região nordeste.

⁵⁹ Mídia Índia Oficial - YouTube. (n.d.). Retrieved June 19, 2022, from <https://www.youtube.com/channel/UCew9kMUY2LKKtQdRwITfWXQ>



Figura 45 - Jadson falou sobre sua experiência com comunicação na adolescência e a importância de troca de informações e conhecimento entre as gerações.

Foto: André Gavazza (2022).

É legal de pensar de forma transversal... que a gente transversalize, que a minha geração, que teve essas experiências, possa cruzar com as atuais. Movimentar... dentro da comunidade, a gente consegue construir uma rede de comunicação... e fazer esse boca-boca é muito saudável.

Apresento o caso do *podcast* Audio Wayuri⁶⁰, produzido por uma rede de comunicadores de dez etnias diferentes, de comunidades do Alto Solimões, na região amazônica. Toco um trecho do episódio e explico o crescimento e a importância do programa especialmente durante a pandemia da covid-19, fazendo chegar aos locais mais distantes as informações sobre a prevenção, a vacinação e combatendo notícias falsas sobre a doença. Jadson, então, fala sobre o conceito de saúde que é trabalhado nas comunidades indígenas e que difere daquele da ciência sistematizada pela sociedade branca, e a importância de conteúdos de comunicação em saúde que reflitam essa visão.

⁶⁰ Audio Wayuri | Podcast no Spotify. (n.d.). Retrieved June 19, 2022, from <https://open.spotify.com/show/4uOdGefml3DNMXfKI1oeRB>

E tem a própria cosmologia da comunidade. Como é que eu percebo o que é saúde, o que é doença. Eu sei que estar doente tem muito a ver com o que eu faço, onde eu moro, com minha comunidade, e a gente tem que parar para pensar que a gente pode fazer uma coisa a partir daquilo que a gente vê como nosso processo de adoecimento. É sobre nós.

Falo, então, sobre a sonoridade adotada nos exemplos apresentados, com a utilização de cantos e instrumentos nos episódios, como é o caso do Sesai Cast⁶¹, programa produzido pela Secretaria de Saúde Indígena. Esse recurso ajuda a dar identidade aos programas e a criar uma conexão de afetividade com comunidades indígenas. Íris, uma jovem potiguara, conta que faz parte do coletivo indígena Apayé (que significa “onde o fruto amadurece”, em Tupi).

Nós já trabalhamos com audiovisual. Juntamos todas as formas de arte para fazer audiovisual com isso. A gente se interessa, também, por podcast. Ouvir a experiência do Jadson é muito importante pra gente que tá começando agora.

⁶¹ SESAI CAST | Podcast no Spotify. (n.d.). Retrieved June 19, 2022, from <https://open.spotify.com/show/5sIXHVFkx9WWX12SBRIDUF>



Figura 46 - Íris fala sobre o coletivo audiovisual que está iniciando com outros jovens da comunidade.
Foto: André Gavazza (2022).

Encerrando o primeiro dia da atividade, Jeferson perguntou qual o veículo que eles mais utilizam para se informar. Os participantes respondem, em coro, que o principal canal de comunicação é o *Whatsapp*. Itajaciana diz que há o Grupo da Aldeia e o Grupo Potiguara, e que todas as informações são divulgadas por lá.

Ao serem perguntados se ouvem rádio, Jadson respondeu que não existe uma emissora de rádio local, e que a comunidade consegue sintonizar uma emissora localizada em Mamanguape, chamada Correio do Vale, escutada mais devido às notícias pois, musicalmente, não há muita variedade.

6.1.3.2 Dia 2

O segundo dia de oficina foi dedicada à parte técnica, de produção de um *podcast*. Jeferson falou sobre a definição desse formato de comunicação. Em seguida, rerepresentamos os exemplos escutados na tarde anterior, a fim de refrescar a memória dos participantes e propiciar aos presentes que não puderam estar no primeiro momento ter esse contato com a mídia.

Distribuímos as cartilhas entre os presentes, para que pudessem acompanhar as explicações de Jeferson com as ilustrações do passo-a-passo em mãos. Uma participante questiona se um *podcast* é um aplicativo que pode ser baixado e se ela pode utilizá-lo pelo computador. Explicamos que é como um programa de rádio que gravamos e que o aplicativo nos ajuda a montar, e que, embora seja possível gerenciar seus *podcasts* pelo computador, a gravação e a montagem são feitas pelo celular e que, hoje em dia, os arquivos de áudio ocupam bem menos espaço no dispositivo. Ela, que é professora, explica a dificuldade para a categoria se adequar a tantas mudanças tecnológicas que os novos tempos demandam na atribuição de suas funções.

Hoje a gente é obrigado a trabalhar com computador... pasta do [Google] Drive, WhatsApp, celular... são muitas tecnologias e para falar a verdade estamos começando agora a lidar com a informação e não vai ser fácil, mas vamos conseguir.

Esse segundo momento de atividade passou mais rapidamente, com poucas dúvidas por parte dos presentes. Ao final da nossa ação, buscamos incentivar que eles se utilizem do material distribuído e que repassem a outras pessoas da comunidade, também.

Itajaciana agradece a presença de todos e nossa presença, e lembra que resistir é isso, adquirir novos conhecimentos para continuar suas histórias. Ao final, e convidou a todos a entoarem o cântico chamado “Sou Tupã”.

*Sou Tupã, sou Tupã. Sou Potiguara.
Sou Potiguara nessa Terra de Tupã.
Tenho arara, craúna e xexéu, todos os pássaros do céu
Quem me deu foi Tupã, foi Tupã. Sou Potiguara.*

De acordo com nosso relatório, mais de 50 pessoas passaram pela atividade em seus dois dias de realização. No entanto, como não foram todos os participantes que apresentaram número de CPF, só foi possível emitir certificado via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) para 16 pessoas.

6.2 Entrevistas

A fim de termos um contato mais próximo com os Potiguara da Paraíba e ampliar nossa experiência de imersão em sua cultura e vivência, realizamos algumas entrevistas com membros importantes da comunidade, articuladas por Itajaciana e pelo nosso guia local, Brenno Xavier. A seguir, destacamos essas falas, que se somam ao rol de contribuições para a proposta de desenho do nosso REA.

6.2.1 Comadre Guerreira Potiguara, Anciã

Maria Soares Gomes, conhecida como Comadre Guerreira Potiguara, tem 53 anos de idade e representa uma das lideranças femininas mais antigas da comunidade. Sobre tecnologia, a anciã descreve: “agora é uma palavra bem clara, mas, no começo, quando a gente ouvia, era um bicho. Mas quando a gente vai estudando, vai vendo a juventude crescendo também, vai vendo que é importante se comunicar, até mesmo pras lutas.

Se você não se comunicar, como você vai avançar? Então, os avanços vêm por meio da comunicação.



*Figura 47 - Entrevista com a Comadre Guerreira Potiguara.
Foto: Jeferson Rocha (2022).*

6.2.2 Cida Potiguara, parteira e enfermeira

Aparecida, conhecida como Cida Potiguara, é parteira desde os 14 anos de idade e atualmente é enfermeira na comunidade Potiguara de Baía da Traição, especialmente na Aldeia do Forte. “Eu tenho uma trajetória que vem lá debaixo. Eu era parteira, senti a necessidade ampliar o conhecimento por conta das doenças que foram aparecendo, além de usar as plantas medicinais, as ervas. Então fiz o curso de técnica de enfermagem e, anos depois, resolvi entrar na universidade”. Ela falou sobre seu trabalho tentar conciliar o cuidado tradicional com o conhecimento da universidade, para cuidar de seu povo. “A chegada dos brancos e também a facilidade com que os indígenas saem da aldeia e se relacionam com outras pessoas, tudo isso trouxe uma variedade enorme de doenças transmitidas pelo ato sexual, como a própria sífilis”. Assim, para ela, a circulação de informações de saúde, transmitidas por profissionais de saúde, da educação, por associações, ou por quem tenham esse conhecimento, é essencial para a proteção das pessoas de sua comunidade.

É importante ter consciência do papel educativo dentro da aldeia. A comunicação abre as portas pra ter o conhecimento para lidar com essas doenças. Qualquer população bem informada adocece menos.



Figura 48 - Aparecida (Cida Potiguara) é parteira e enfermeira em Baía da Traição.
Foto: André Gavazza (2022).

6.2.3 Sever, artista plástico

Sever, artista plástico da Aldeia Tracoeira, saiu ainda jovem da Paraíba, para o Rio de Janeiro, para desenvolver seus dons artísticos. Trilhou uma trajetória de muitas produções e prêmios em terras fluminenses, e há anos voltou para as terras de sua família. “Eu comecei com 8 anos de idade, fazendo desenhos e esculturas com argila. Era tudo mata aqui, e eu estudava na Aldeia São Francisco. Eu nasci aqui, minha família é daqui, então eu sempre defendi nossa cultura”. Ele explica que, por meio da internet, passou a vender suas obras com mais facilidade.

Por meio da comunicação, eu consigo divulgar minhas obras. Eu coloquei internet aqui há dois anos, e eu uso o Instagram e o WhatsApp. As pessoas às vezes querem uma encomenda, mandam pelo WhatsApp e eu faço. Antes, sem internet, só no boca-a-boca, era muito difícil.



*Figura 49 - O artista plástico Sever utiliza as redes sociais para divulgar seu trabalho.
Foto: André Gavazza (2022).*

6.2.4 Cacique Raqué

Antônio Magalhães da Silva Segundo, conhecido como Cacique Raqué, da Aldeia Galego (ou Alto do Tambá), iniciou sua entrevista entoando um cântico, clamando por mais amor no mundo. Ele contou que foi cacique por 35 anos. Para ele, lutar em prol de levar avanços para a comunidade é lutar para que seu povo tenha mais qualidade de vida.

É importante cada um aprender sua história, preservar sua cultura, conhecer os rituais. Minha preocupação sempre foi ter um espaço que o jovem pudesse estudar, fazer curso, ter acesso à cultura, pro jovem se preparar dentro da aldeia.



Figura 50 - Cacique Raqué falou sobre usar o que é novo para ter mais qualidade de vida.
Foto: André Gavazza (2022).

6.2.5 Pajé Amanacy

Sanderline Ribeiro da Silva, a Pajé Amanacy Potiguara (nome que significa mãe da chuva), reside no município de Rio Tinto e conta que atua cuidando das pessoas por meio de plantas medicinais, sob orientação espiritual da Cabocla Jurema, e que recebeu esse chamado de sua ancestralidade em um momento de vida em que estava muito doente.

Recentemente formada mestra em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ela afirma que, durante a pandemia, as pessoas buscaram muito por seus cuidados, já que precisavam de atendimento não só para o corpo, mas também para males do espírito. Para ela, infelizmente nem sempre é possível aliar o conhecimento do cuidado ancestral àquele que é praticado no sistema de saúde. “Eu cuido das pessoas na totalidade, então, num espaço físico hospitalar, não dá para levar esses cuidados. Mas, fora desses espaços, eu consigo ajudar”.

O que eu sinto é uma necessidade de abertura maior, desses espaços de saúde, para que de fato a saúde seja restabelecida e que o ser humano seja visto de forma mais ampla, e não específica. Que a gente consiga somar forças e entender que os saberes dos que trabalham com a natureza também têm sua relevância e podem contribuir nos processos de cura.



*Figura 51 - Sanderline Ribeiro é Pajé e cuida das pessoas com a medicina da floresta.
Foto: André Gavazza (2022).*

6.3 Desenho do curso: propondo um modelo

Neste ponto, trazemos a proposta de desenho do Recurso Educacional Aberto a ser produzido e disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem do SUS. Para o planejamento do curso, levamos em consideração toda a trajetória de pesquisa percorrida até aqui – embasamentos teóricos, experiência imersiva e atividade realizada com os Potiguara da Paraíba – bem como os modelos de produção já adotados no fluxo de produção de material educativo destinado à educação em saúde do AVASUS.

6.3.1 Visão Geral do Curso

Conforme vimos no Capítulo 2, de acordo com Filatro (2019), são cinco as etapas para a produção de um Recurso Educacional: análise, design, desenvolvimento, implementação e avaliação. No caso desta proposta, trata-se de um curso de design instrucional fixo ou fechado, modelo que, segundo Clementino (2013), tem como característica a separação entre as fases de concepção (análise, design e desenvolvimento) e a de execução (implementação), com o designer instrucional cuidando de todo o processo.

Neste modelo, há um planejamento detalhado e um cuidado muito grande na produção de todos os componentes do DI. O produto deste tipo de DI possui conteúdos bem estruturados, mídias cuidadosamente selecionadas e produzidas, com instrumentos de avaliação que propiciam *feedbacks* imediatos ao aprendiz. O trabalho de tutoria, no geral, está voltado mais para esclarecimento de dúvidas dos aprendizes e na detecção de possíveis problemas nos materiais didáticos produzidos. Geralmente, a aprendizagem é autogerida e o foco é a aprendizagem individual.

(Clementino, 2013)

Consideramos que a etapa de análise – com o levantamento das necessidades de implantação do curso e a caracterização de nosso público-alvo –, encontra-se inserida na própria justificativa desta tese e nos capítulos que tratam da importância da comunicação em saúde, da apresentação dos Potiguara e da realização da atividade com de campo.

Ainda durante a fase de análise do design instrucional, para Haydt (2011), é preciso adequar os objetivos estabelecidos para o ensino e a aprendizagem; o conteúdo a ser ensinado e o tipo de aprendizagem a ser efetivada; as características dos alunos; e as condições físicas e o tempo disponíveis para o aprendizado.

6.3.2 Seleção dos conteúdos

Segundo Clementino (2013), a etapa de seleção dos conteúdos de um curso deve ser realizada de forma crítica, com vistas à identificação dos conhecimentos essenciais e aqueles que podem ser considerados secundários para a aquisição dos conhecimentos previstos. Levando em conta os objetivos desta tese e do Projeto “Sífilis Não!”, apresentamos uma visão geral do curso proposto, seguindo os critérios de unidade, validade, significação, adequação ao nível dos alunos e flexibilidade, propostos por Haydt (2011):

Quadro 3 - Visão geral do curso.

Título: Comunicação indígena em saúde: vamos aprender a fazer um *podcast* (nome provisório)

Carga horária total: 15h

Objetivo geral de aprendizagem: Aplicar as orientações propostas no curso para a produção de *podcasts* para comunicação em saúde

Público-alvo: Indígenas e população em geral

Ementa: Os Potiguara. Saúde Indígena. Sífilis. Educomunicação em saúde. *Podcast*. Gravação, edição e publicação de *podcast*. Projeto “Sífilis Não!”.

Metodologia: O curso é ofertado a partir de apostila em PDF, com fotos, ilustrações e capturas de tela. Também há vídeos em momentos pontuais do curso, a fim de apresentar a etnia Potiguara de Baía da Traição e sua cultura.

Recursos utilizados: Vídeos e apostila.

Tema/Aula	Objetivos específicos de aprendizagem	Materiais
Boas-vindas	-	Vídeo Texto
AULA 1 Os Potiguara	- Visualizar as principais características do povo, da história e da cultura Potiguara	Vídeo Texto (PDF com fotos e ilustrações)
AULA 2 A saúde indígena no Brasil	- Compreender como está estruturada a política de saúde indígena brasileira	Texto (PDF com ilustrações)
AULA 3 Sífilis: o que é, como tratar e como prevenir	- Reconhecer as características da sífilis e assimilar orientações sobre a IST	Texto (PDF com ilustrações)
AULA 4 Comunicar para educar na saúde	- Assimilar os contextos em que a comunicação é essencial para a educação da população na área da saúde e o conceito de etnomídia	Texto (PDF com ilustrações e <i>printscreens</i>)

AULA 5 O que é um <i>Podcast</i>?	- Reconhecer as características de um <i>podcast</i> e seus possíveis usos	Texto (PDF com ilustrações e <i>printscreens</i>)
AULA 6 Dicas de gravação	- Assimilar orientações para otimizar a captação de vozes e outros sons	Texto (PDF com ilustrações e <i>printscreens</i>)
AULA 7 Como gravar seu <i>podcast</i>	- Assimilar orientações para gravação de um <i>podcast</i>	Texto (PDF com ilustrações e <i>printscreens</i>)
AULA 8 Editando seu <i>podcast</i>	- Assimilar orientações para gravação de <i>podcast</i>	Texto (PDF com ilustrações e <i>printscreens</i>)
AULA 9 O mundo te ouvindo: publique seu <i>podcast</i>	- Assimilar orientações para publicação de um <i>podcast</i>	Texto (PDF com ilustrações e <i>printscreens</i>)
AULA 10 Encerramento	-	Texto Vídeo

Processo de organização do conteúdo:

1. Fonte do conteúdo:

Conteudista próprio, com apoio de apostila (PDF) e bibliografia de apoio.

2. Fluxo de produção do conteúdo no formato Ensino a Distância:

Conteudista -> designer instrucional -> revisão -> produção (audiovisual, ilustração, diagramação) -> adaptação (web) -> validação.

3. Quem faz as validações:

Conteudista.

4. As ações serão:

A distância.

6.3.3 Linguagem

As principais matrizes de linguagem a serem utilizadas para o desenvolvimento do curso são a visual e a verbal. No AVASUS, os cursos são disponibilizados, em sua maioria, em PDFs, com o apoio de recursos auxiliares (vídeos e recursos interativos ou não).

De acordo com Filatro (2017), a matriz visual relaciona-se ao sentido da visão, tem como propriedade a forma e trabalha, por essa razão, com formas visuais fixas. Essa matriz de linguagem, ainda de acordo com a autora, está cada vez mais presente em materiais utilizados em educação. “Os livros didáticos (impressos ou digitais) estão cada vez mais ilustrados, para não mencionar toda a gama de animações, infográficos e objetos de aprendizagem que enriquecem a representação do conhecimento pelo uso de imagens” (Filatro, 2017). Por tratar-se de um curso estruturado essencialmente em PDFs (livros-texto), a matriz verbal seria, então, a outra matriz de linguagem utilizada para o desenvolvimento do nosso curso.

Esse tipo de matriz [a verbal] é o mais complexo, porque se estrutura com base nos símbolos e incorpora elementos das matrizes sonora e visual, tornando a palavra elemento central, que nada mais é que uma representação simbólica de algo compartilhado por aqueles que se comunicam.

(Filatro, 2017)

Como curso autoinstrucional, sem tutoria, o texto deverá ter uma linguagem clara, dialógica, para o que o aluno sinta que o conteudista fala diretamente com ele. A abordagem deve fazer com que o aluno se sinta à vontade com os temas a serem tratados, traduzindo os termos, sugerindo leituras e materiais complementares, para que ele se sinta cada vez mais imerso no universo dos materiais educacionais interativos e passe a se tornar autônomo nesse aprofundamento. A depender das possibilidades de tradução, assim como no REA produzido na Tanzânia, é interessante a disponibilização dos conteúdos na língua materna da etnia-alvo do curso, a fim de valorizar a tradição e a ancestralidade do povo.

6.3.4 Interface Gráfica

A seguir, trazemos a sugestão de projeto gráfico do curso, a ser utilizado para diagramação do PDF em que será disponibilizado todo o conteúdo textual de aulas. A identidade visual

foi desenvolvida a partir de estudo da iconografia Potiguara, e será utilizada, também, na edição dos vídeos do curso. Os boxes destacam informações e ações específicas de aprendizagem, chamando a atenção do aluno para determinado tópico.



*Figura 52 - Identidade visual da apostila do curso.
Ilustração: Lucas Almeida (2022).*

Aula 01: COMUNICAÇÃO INDÍGENA EM SAÚDE

Lorem ipsum dolor sit amet. Os operadores gráficos e tipográficos sabem disso bem, na realidade, todas as profissões que lidam com o universo da comunicação têm um relacionamento estável com essas palavras, mas o que é? Lorem ipsum é um texto fofo sem qualquer sentido.

É uma sequência de palavras latinas que, como estão posicionadas, não formem frases com um sentido completo, mas dão vida a um texto de teste útil para preencher espaços que irão Posteriormente serão ocupados a partir de textos ad hoc compostos por profissionais de comunicação.

É certamente o texto de marcador de posição mais famoso, mesmo que existam diferentes versões distinguíveis da ordem em que as palavras latinas são repetidas.

Lorem ipsum contém as tipos de letra mais em uso, um aspecto que permite que você tenha uma visão geral da renderização do texto em termos de escolha da fonte e tamanho da fonte.

*Figura 53 - Identidade visual aplicada a início de aula.
Ilustração: Lucas Almeida (2022).*

! Atenção!

Lorem ipsum contém as tipos de letra mais em uso, um aspecto que permite que você tenha uma visão geral da renderização do texto em termos de escolha da fonte e tamanho da fonte.

💡 Dica

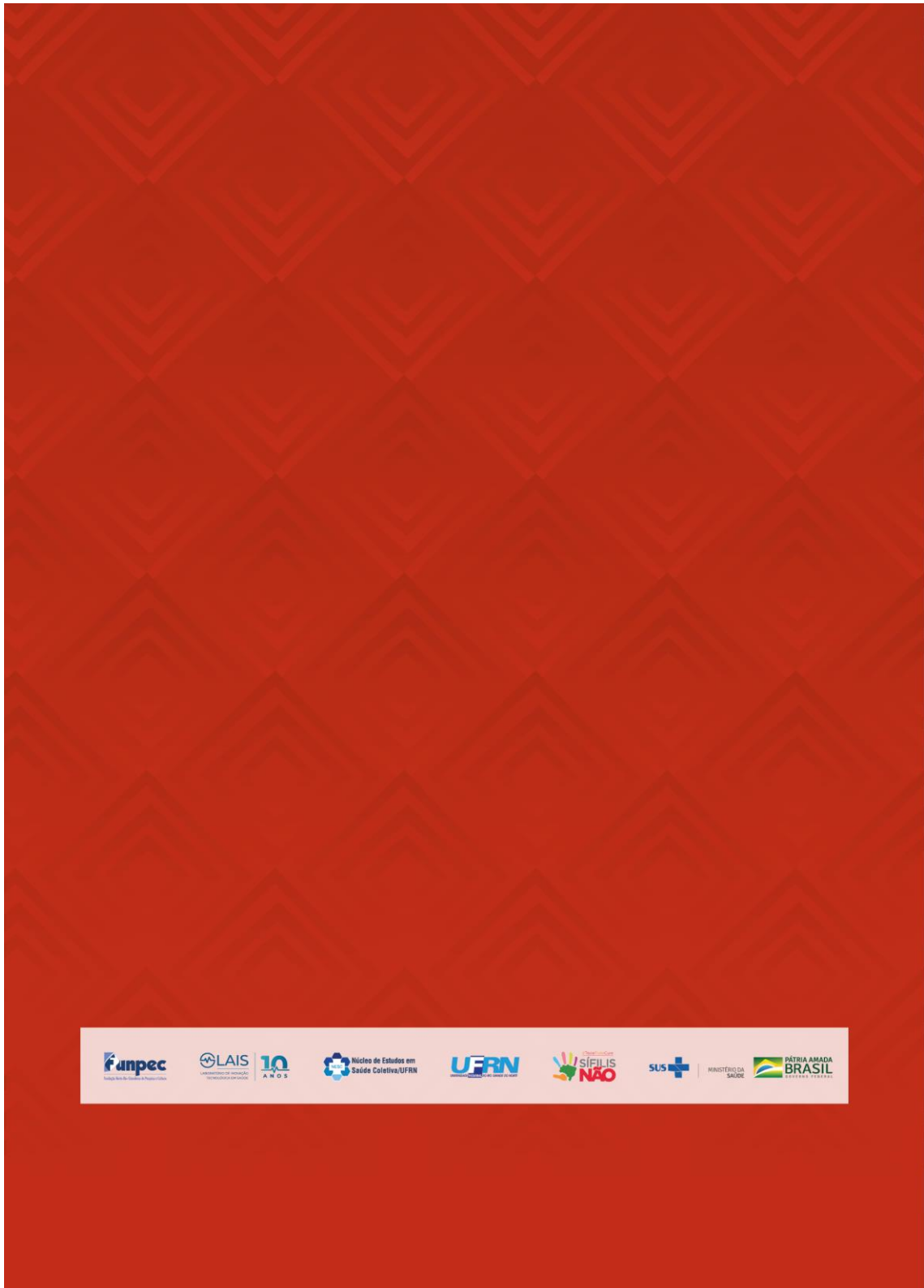
Lorem ipsum contém as tipos de letra mais em uso, um aspecto que permite que você tenha uma visão geral da renderização do texto em termos de escolha da fonte e tamanho da fonte.

? Você sabia?

Lorem ipsum contém as tipos de letra mais em uso, um aspecto que permite que você tenha uma visão geral da renderização do texto em termos de escolha da fonte e tamanho da fonte.



*Figura 54 - Boxes do projeto gráfico do curso.
Ilustração: Lucas Almeida (2022).*



*Figura 55 - Última capa do projeto para a apostila, com as marcas dos órgãos envolvidos no projeto.
Ilustração: Lucas Almeida (2022).*

Dessa forma, concluímos nossa tese, com as considerações anotadas no capítulo a seguir.

Capítulo 7: Conclusão e recomendações finais

A trajetória para a realização desta pesquisa trouxe reflexões acerca da importância da comunicação pautada no sujeito e em sua realidade local para a educação do cidadão em todos os setores de sua vida. No caso deste estudo, principalmente, no âmbito da saúde.

Ao nos aprofundarmos nos conceitos de Recurso Educacional Aberto (REA) e de educação continuada ou permanente, percebemos que a aprendizagem ao longo da vida (*lifelong learning*) faz parte de um novo paradigma de aprendizagem bastante presente na sociedade atual, que encurta distâncias e facilita acessos para um autoaprendizado e autodesenvolvimento que se enquadre nas rotinas e demandas dos indivíduos. O avanço vertiginoso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) oportunizou o surgimento de um mundo cada vez mais conectado e globalizado. A educação mediada por tecnologia passa a ser, então, grande aliada do *lifelong learning*, permitindo a jovens e adultos o aprimoramento de suas habilidades, em contextos formais ou informais de ensino, com vistas ao mercado de trabalho, à mobilidade social e à qualidade de vida.

No entanto, uma sociedade que enxerga tudo de forma global encontra, por vezes, dificuldades para enxergar a relevância dos contextos locais, responsáveis pela formação do sujeito e por suas visões de mundo. O desafio atual de educadores e pesquisadores está justamente em fazer o caminho reverso, utilizando-se da tecnologia para permitir que os alunos vejam o que há lá fora, mas adaptando esse conhecimento à sua realidade, para permitir o avanço de populações vistas à margem da sociedade.

Falar sobre as políticas nacionais que organizam a educação em saúde contando com ferramentas como o Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde (AVASUS) para fomentar a capacitação dos trabalhadores e da população nos trouxe uma visão clara de que contamos com um excelente instrumento para dar conta das premissas apontadas nos parágrafos anteriores. O Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS) traz em sua bagagem o *know-how* técnico e metodológico para abrigar novas possibilidades do fazer a educação em saúde, inclusive com a ação pioneira de produção do Recurso Educacional Aberto construído na Tanzânia e que inspirou esta pesquisa.

Com uma ferramenta em mãos e uma demanda apresentada formalmente pelo Ministério da Saúde, de pesquisa para o desenvolvimento de ferramentas de Educomunicação que auxiliem na redução dos números de sífilis no país em grupos populacionais específicos, dentro os quais os indígenas, o desafio foi pensar como trabalhar o tema para se chegar a um produto que possa ser, de fato, útil nessa luta pela eliminação da sífilis em gestantes e da sífilis adquirida.

O primeiro passo foi o aprofundamento na história e cultura dos Potiguara e a identificação de um formato de mídia que poderia ser adotado de forma mais prática por essa comunidade e, por consequência, por outros povos indígenas, para a comunicação em saúde. Encontramos em nossas pesquisas o registro de importância da oralidade na história dessas populações originárias, cujos conhecimentos eram transmitidos de geração a geração por meio da fala.

Vislumbramos, então, a possibilidade de compartilhar com nosso público-alvo as técnicas para utilização do *podcast*, a evolução do rádio, como uma ferramenta de Educomunicação em saúde. Por seu baixo custo para produção e disponibilização e como exemplo de formato que vem sendo amplamente adotado por coletivos e povos que tem na etnomídia sua nova forma de pautar a luta indígena, o *podcast* pode contribuir para o espalhamento de informações essenciais para o cuidado das comunidades indígenas.

Considerando as dificuldades para a construção de séries históricas em saúde junto a populações indígenas e as especificidades do cuidado com esses povos, levando-se em conta a extensa área geográfica brasileira, que dificulta o deslocamento, os impedimentos culturais e o pouco conhecimento a respeito das comunidades indígenas (Carvalho et al., 2011), é preciso ampliar o acesso de cursos, treinamentos, com os quais membros dessas comunidades, trabalhadores da saúde ou não, possam se identificar para utilizá-los.

O processo de pesquisa de campo, com a realização da oficina e das entrevistas, nos permitiu uma experiência imersiva, que nos colocou em contato com pessoas de diferentes idades, mas que concordam que, por meio da tecnologia, é possível melhorar a qualidade de vida em sua comunidade.

Assim, apresentamos, nesta tese, a proposta de um REA a ser disponibilizado no AVASUS para que indígenas possam aprender mais sobre as possibilidades do *podcast*, como produzi-

lo e utilizá-lo. Trata-se, conforme apresentado no título desta tese, de uma proposta de modelo que, em criação com contribuição dos Potiguara da Paraíba, pode vir a ser adaptado, a depender da população à qual se dirija, sem prejuízo da parte técnica do treinamento, que pode permanecer o mesmo. O que cabe ressaltar é a importância de, ao ser adaptado para outras comunidades, realizar-se uma pesquisa de campo similar à deste estudo, pautando da forma mais fiel possível a realidade desses povos, para que seja possível que essas pessoas se vejam e se identifiquem com o material a elas apresentado no REA. Além disso, a depender do público-alvo, uma pesquisa a respeito de hábitos de consumo de informação e acesso às comunicações poderá ser necessária, uma vez que o *podcast* pode não ser a mídia adequada a todos os grupos. Para encerrar as observações, a língua materna, se viva e se possível, também deve ser adotada no material do curso, de forma a valorizar esse traço cultural.

Como estudo parte de um projeto maior, com uma população vulnerável e sendo realizado em meio a uma pandemia, consideramos como limites desta pesquisa o enquadramento de um grupo pequeno de membros da comunidade para a coleta de dados qualitativos. Inicialmente, previa-se a validação do modelo de REA proposto a partir de turma experimental, no entanto, assim como a implantação do recurso educacional no AVASUS, essa validação por membros de comunidades indígenas fica como um dos próximos passos de um trabalho que deve ser constante.

Conforme apontado por Martín-Barbero (1997), vivemos em tempos de ressignificação do saber: de suas fontes e de suas formas de transmissão. É preciso utilizar a interculturalidade como bússola para ampliar os acessos e contemplar todos os sujeitos e locais, considerando o tradicional e seu contexto de produção.

As ferramentas de Educomunicação serão, assim, cada vez mais importantes, já que possuem em suas configurações ambos os genes, do educar e do comunicar, que são, em essência, tudo o que precisamos aprender e reaprender a fazer, a fim de nos escutarmos uns aos outros, para aprender o que e como falar uns aos outros.

Esta nada mais é do que uma pequena semente. É preciso dar continuidade às pesquisas que versam sobre formação ao longo da vida para populações indígenas, ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores rurais, moradores de favelas em nosso país. Os passos futuros

planejados a partir desta tese contemplam essa continuação dos estudos, em termos empíricos, na produção do REA em campo e sua validação com a comunidade, conforme pretendido anteriormente ao período pandêmico.

O acesso à educação mediada por tecnologia pode e deve ser ferramenta de emancipação do cidadão em várias frentes. Que este estudo possa inspirar outros pesquisadores a continuarem essa construção, em conjunto com aqueles que mais precisam.

Bibliografia

- Aguiar, E. V. B., & Flôres, M. L. P. (2014). Objetos de aprendizagem: conceitos básicos. In L. M. R. Tarouco, V. M. da Costa, B. G. Ávila, M. R. Bez, & E. F. dos Santos (Eds.), *Objetos de Aprendizagem: teoria e prática* (pp. 12–28). Evangraf.
- Almenara, J. C., del Carmen Llorente Cejudo, M., & Lozano, J. A. M. (2013). Aportaciones al e-learning desde un estudio de buenas prácticas en las universidades andaluzas. *RUSC Universities and Knowledge Society Journal*, 10(1), 45–60. <https://doi.org/10.7238/rusc.v10i1.1159>
- Alves, M. C. A., Banhos, N. S., Sanfelice, F. N., Oliveira, J. B. de A., Santoliquido, K. R. de M., & Vilela, R. P. B. (Eds.). (2021). *Política Nacional de Atenção à Saúde - Populações específicas* (1st ed.). Faceres.
- Amarante, M. I. (2016). O papel do rádio na educação e no desenvolvimento local. Experiências marcantes no Brasil e em outros países da América Latina. In *Estudos Radiofônicos no Brasil: 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom* (pp. 241–255). Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora - INTERCOM.
- Araújo, J. J. de. (2016). O cinema documentário como argumento político dos povos indígenas. In D. P. Renó, M. “Tuca” Américo, A. F. Magnoni, & F. Irigaray (Eds.), *Narrativas imagéticas, diversidade e tecnologias digitais* (1st ed., pp. 142–159). UNR Editora. Editorial de la Universidad Nacional de Rosario.
- Araújo, K., Valentim, R., Lima, T., Moura, D., Jr, M. O., Almeida, A., & Braz, A. (2020). The Production of Open Educational Resources as an Alternative for Training Volunteer Health Workers in Rural Communities in Tanzania. *Proceedings of the 2019 ICDE World Conference on Online Learning*, 1, 39–50. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.3804014>
- Bates, T. (2017). *Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem* (1st ed.). Artesanato Educacional.
- Batista, K. B. C., & Gonçalves, O. S. J. (2011). Formação dos profissionais de Saúde para o SUS: Significado e cuidado. *Saude e Sociedade*, 20(4), 884–889. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000400007>
- Batista, P. S. D. S., Vasconcelos, E. M., & Da Costa, S. F. G. (2014). Ética nas ações educativas e de cuidado em saúde orientadas pela Educação Popular. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 18, 1401–1412. <https://doi.org/10.1590/1807->

57622013.0404

- Baumworcel, A. (2016). Desafios do rádio educativo no Brasil. In *Estudos Radiofônicos no Brasil: 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom* (pp. 257–274). Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora - INTERCOM.
- Bidarra, J. (2018). *Novos Media e Aprendizagem Online*. Universidade Aberta de Portugal.
- Bidarra, J., & Rusman, E. (2017). Towards a pedagogical model for science education: bridging educational contexts through a blended learning approach. *Open Learning: The Journal of Open, Distance and e-Learning*, 32(1), 6–20.
<https://doi.org/10.1080/02680513.2016.1265442>
- Bonassoli, K. (2014). Uma mão lava outra, duas mãos batem palmas. In L. Luiz (Ed.), *Reflexões sobre o Podcast* (pp. 10–13). Marsupial Editora.
- Braga, J. (2015). *Objetos de aprendizagem: Volume 2 - metodologia de desenvolvimento* (Vol. 2). Editora UFABC.
- Braga, J., Menezes, L., Cechinel, C., Frango, I., & Melo, A. M. (2015). *Objetos de Aprendizagem: Volume 1 - Introdução e fundamentos* (J. Braga (Ed.); Vol. 1). Editora UFABC.
- Brasil. Fundação Nacional de Saúde. (2002). *POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS* (p. 40). Ministério da Saúde. FUNASA.
- Brasil. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2021). *Dimensionamento emergencial de população residente em áreas indígenas e quilombolas para ações de enfrentamento à pandemia provocada pelo Coronavírus 2020: subsídios para o Ministério da Saúde visando ao Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação co* (p. 124). IBGE.
- Brasil. Ministério da Saúde. (n.d.). *Saúde Indígena - SESAI*. Retrieved May 22, 2022, from <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai>
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. (2018). *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?* Ministério da Saúde.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. (2020). *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)* (p. 248). Ministério da Saúde.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. (2021). *Boletim*

Epidemiológico Sífilis 2021.

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. (2020). *Saúde indígena: um direito constitucional*. Ministério da Saúde.
- Brecht, B. (2005). Teoria do rádio (1927-1932). In E. Meditsch (Ed.), *Teorias do rádio: textos e contextos*. Insular.
- Brostolin, M. R., & Cruz, S. F. (2009). Estilos de aprendizagem e de ensinagem na escola indígena Terena. *Revista Construção Psicopedagógica*, 17(14), 24–43.
- Cândido, F. de L., Vanzella, E., & Brambilla, A. (2017). Impactos do turismo: um estudo na aldeia indígena São Francisco - Baía da Traição/PB. *Revista Mangaio Acadêmico - Edição Especial – Anais Da II Jornada Acadêmica Estácio*, 1.
- Cardoso, T. M., Modercin, I. F., Parra, L. B., & Guimarães, G. C. (Eds.). (2012). *Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba*. FUNAI/CGMT/ CGETNO/CGGAM.
- Carneiro, M. L. F., & Silveira, M. S. (2014). Objetos de Aprendizagem como elementos facilitadores na Educação a Distância. *Educar Em Revista*, spe4, 235–260.
<https://doi.org/10.1590/0104-4060.38662>
- Carvalho, K. M. A. de, & Saldanha, G. S. (2018). Som Que O Documento Tem: O Podcast E O Princípio Monográfico. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, 12(1), 36–45. <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2018.v12n1.04.p36>
- Carvalho, N. S. de, Cho, R., & Flores, L. P. (2011). DST em Populações Indígenas no Brasil – Análise Crítica e Revisão da Literatura. *Jornal Brasileiro Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis*, 23(3), 142–145. <https://doi.org/10.5533/2177-8264-201123307>
- Carvalho, J. C. de P. (1996). *Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas*.
- Celaya, I., Ramírez-Montoya, M. S., Naval, C., & Arbués, E. (2020). Uses of the podcast for educational purposes. Systematic mapping of the literature in WoS and Scopus (2014-2019). *Revista Latina de Comunicacion Social*, 77, 179–201.
<https://doi.org/10.4185/RLCS-2020-1454>
- Clementino, A. (2013). *Planejamento Didático, parte integrante do curso de Especialização em Design Instrucional. Aula 5 - Seleção de conteúdos*. Centro Universitário Senac São Paulo.
- Confalonieri, U. E. C. (1989). O Sistema Único de Saúde e as populações indígenas: por uma integração diferenciada. *Cadernos de Saúde Pública*, 5(4), 441–450.
<https://doi.org/10.1590/S0102-311X1989000400008>

- Costa, A. C. G., & Barbosa, J. C. A. (2013). Tradição e oralidade dos povos Xavante: o uso da câmera como transmissão de saberes. *Revista Alterjor*, 1(7).
- Costa, A. T., & De Albuquerque, M. R. (2018). Podcast: Guidelines for teacher authoring. *Proceedings - 13th Latin American Conference on Learning Technologies, LACLO 2018*, 57–60. <https://doi.org/10.1109/LACLO.2018.00023>
- Costa, V. M. da. (2014). Recursos educacionais abertos. In L. M. R. Tarouco, V. M. da Costa, B. G. Ávila, M. R. Bez, & E. F. dos Santos (Eds.), *Objetos de Aprendizagem: teoria e prática* (pp. 12–28). Evangraf.
- Cruz, M. C. da, Bartniski, J. E. V., & Chagas, L. J. V. (2020). O Áudio e a Etnomídia no Combate ao Coronavírus em Comunidades Indígenas. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências Da Comunicação*, 31(2).
- Da Silva, T. R., & De Sousa, M. F. P. (2018). *Potiguara, um povo de memórias*. Ideia.
- Declaração de Educação Aberta de Cape Town. (2017). *10º Aniversário da Declaração de Educação Aberta da Cidade do Cabo: Dez Direções para Fortalecer a Educação Aberta*.
- Demografia | Terras Indígenas no Brasil*. (n.d.). Retrieved May 12, 2022, from <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/demografia>
- Duarte, J. (2006). Entrevista em profundidade. In Jorge; Duarte & A. Barros (Eds.), *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação* (pp. 62–83). Atlas.
- Edel-Navarro, R. (2017). Educação mediada por tecnologia: Aprendizagem, inovação e perspectivas. *Revista Ibero-Americana de Estudos Em Educação*, 12(esp.), 1152–1155. <https://doi.org/10.21723/riace.v12.n.esp.2.10284>
- European Education Area. (2021). *A European approach to micro-credentials*. <https://education.ec.europa.eu/levels/higher-education/european-approach-to-micro-credentials>
- Falchi, M. (2019). Às margens da sociedade e da mídia? as representações sociais dos índios Kaingang nos meios de comunicação de Pelotas/RS. *Anais de Resumos Expandidos III Seminário Internacional de Pesquisas Em Mídia e Processos Sociais*, 1–8.
- Ferraretto, L. A. (2012). Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política Da Informação, Da Comunicação e Da Cultura*, 14(2).
- Ferraretto, L. A., & Kischinhevsky, M. (2011). Rádio e convergência: uma abordagem pela economia política da comunicação. *Revista FAMECOS*, 17(3), 173–180.

<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2010.3.8185>

- Filatro, A. (2017). *Processos de criação de roteiros de textos e atividades, parte integrante do curso de Especialização em Design Instrucional. Aula 1. Hipertextualidade.*
- Filatro, A. (2019). *Design instrucional contextualizado: educação e tecnologia* (3rd ed.). Editora SENAC.
- Filho, J. M. G. (1988). Olhar e memória. In *O olhar*. Companhia das Letras.
- Flusser, V. (2012). *Língua e realidade*. Annablume / Coimbra University Press.
- Frehse, F. (1998). O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. *Revista de Antropologia*, 41(2), 235–243. <https://doi.org/10.1590/s0034-77011998000200011>
- Freire, E. P. A. (2013). Conceito educativo de podcast: um olhar para além do foco técnico. *Educação, Formação & Tecnologias*, 6(1), 35–51.
- Freire, E. P. A. (2015). Potenciais do podcast no aprimoramento dos fluxos informativos da educação formal. *Linguagem & Ensino*, 18(2), 303–326.
- Freire, E. P. A. (2017). Podcast: breve história de uma nova tecnologia educacional. *Educação Em Revista*, 18, 55–71. <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2017.v18n2.05.p55>
- Freire, P. (2015). *Educação como prática da liberdade* (1st ed.). Paz e Terra.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). (2006). *Portaria nº 177/PRES, de 16 de fevereiro de 2006.*
- Gallois, D. T., & Carelli, V. (1998). Índios eletrônicos": uma rede indígena de comunicação. *Sexta Feira*, 2, 26–31.
- Geertz, C. (2014). *O saber local* (14th ed.). Editora Vozes. <https://doi.org/97-1995>
- Haydt, R. C. C. (2011). *Curso de didática geral* (1st ed.). Ática.
- Hodgins, H. (2002). The Future of Learning Objects. In L. Jack R. & C. Michael L. (Eds.), *e-Technologies in Engineering Education: Learning Outcomes Providing Future Possibilities*. ECI Symposium Series.
- Hoefel, M. da G. L., Severo, D. O., Bermudez, X. P., Hamann, E. M., Carvalho, H. S., Indígenas., C. de E. I. e N., & Coletivo de Preceptores PET-Saúde Indígena. (2015). PET-Saúde Indígena UnB: construindo redes interculturais em saúde. *Revista Tempus – Actas de Saúde Coletiva*, 9(1), 43–63.
- Hylén, J., & Schuller, T. (2007). Giving knowledge for free. In *OECD Observer* (Issue 263). <https://doi.org/10.1787/9789264066021-ja>
- Jenkins, H. (2009). *Cultura da Convergência*. Editora Aleph.
- Johnson, K., & Hall, T. (2007). Granularity, Reusability and Learning Objects. In A.

- Koohang & K. Hauman (Eds.), *Learning Objects: Theory, Praxis, Issues, and Trends* (pp. 181–207). Informing Science Press.
- Kebritchi, M., Lipschuetz, A., & Santiago, L. (2017). Issues and Challenges for Teaching Successful Online Courses in Higher Education. *Journal of Educational Technology Systems*, 46(1), 4–29. <https://doi.org/10.1177/0047239516661713>
- Kischinhevsky, M. (2017). *Rádio e Mídias Sociais: Mediações e Interações Radiofônicas em Plataformas Digitais de Comunicação*. Mauad X.
- Kopenawa, D., & Bruce, A. (2015). *A queda do céu: Palavras de um xama yanomami* (1ª). Companhia das Letras.
- Korenromp, E. L., Rowley, J., Alonso, M., Mello, M. B., Saman Wijesooriya, N., Guy Mahiané, S., Ishikawa, N., Le, L. V., Newman-Owiredu, M., Nagelkerke, N., Newman, L., Kamb, M., Broutet, N., & Taylor, M. M. (2019). Global burden of maternal and congenital syphilis and associated adverse birth outcomes: estimates for 2016 and progress since 2012. *PLoS ONE*, 14(2). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0211720>
- Leite, J. C., & Leite, E. F. (2012). Saber formal e saber local: convergências e assimetrias. *Revista Ciências & Cognição*, 17(2), 135–154.
- Lima, A. S. de, Potiguara, B., Comadre, C., Potiguara, C., Potiguara, G., Potiguara, I., Silva, I. da R., Potiguara, I., Medeiros, J., Potiguara, J., Silva, L. B. da, Lima, M., Antônia, M., Lourdes, M. de, Silva, M. B. da, Galdino, N., Rafaela, N., Potiguara, P., & Potiguara, R. (2011). *Índios na visão dos índios: Potiguara* (S. Gerlic & P. A. Zoetl (Eds.); 1st ed.). Thydêwá.
- Lisita, V. M. S. de S., & Franco, M. A. S. (2014). Pesquisa-ação: limites e possibilidades na formação docente. In M. A. S. Franco & S. G. Pimenta (Eds.), *Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação* (2nd ed., pp. 41–70). Edições Loyola.
- Little, P. E. (2004). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico/2002-2003*, 251–290.
- Lopez, D. C. (2010). *Radiojornalismo hipermidiático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica*. LabCom Books.
- Loureiro, J. de J. P. (1995). *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. Cejup.
- Marin, J. (2009). Interculturalidade e descolonização do saber: relações entre saber local e saber universal, no contexto da globalização. *Revista Espaço Pedagógico*, 16(1), 7–

- Martín-Barbero, J. (1997). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Editora UFRJ.
- Martínez, D. É. G., Bizelli, J. L., & Inforsato, E. do C. (2017). Tecnologias de informação e comunicação no ensino superior: o ambiente virtual de aprendizagem em curso semipresencial. *Revista Ibero-Americana de Estudos Em Educação*, 12(2), 1421–1440. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n.esp.2.10302>
- Martinez, M. (2002). Designing Learning Objects to Personalize Learning. In D. A. Wiley (Ed.), *The Instructional Use of Learning Objects*. Agency for Instructional Technology and Association for Educational Communications & Technology.
- Martins, M. S. C. (2017). Letramento acadêmico e oralidade: repensando termos à luz da presença indígena nas universidades brasileiras. *Scripta*, 21(43), 127. <https://doi.org/10.5752/p.2358-3428.2017v21n43p127>
- McQuail, D. (2012). *Atuação da mídia: comunicação de massa e interesse público*. Penso.
- Milhomens, L. (2022). ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E REDES COMUNICACIONAIS NO BRASIL: LUTA E RESISTÊNCIA. In L. Milhomens (Ed.), *Comunicação, questão indígena e movimentos sociais*. EDUA.
- Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. (2017). *Resposta Rápida à Sífilis nas Redes de Atenção - Projeto Interfederativo*.
- Monteiro, A., Moreira, J. A., & Lencastre, J. A. (2015). *Blended (e)Learning na Sociedade Digital* (A. G. Ferreira (Ed.); 1st ed.). Whitebooks.
- Moreira, D. (2018). Sem educação não há globalização: para uma globalização plural e humanizada. *Congresso Internacional Repensar Portugal, a Europa e a Globalização*, 1–9.
- Moreira, S. V. (1991). *O rádio no Brasil*. Rio Fundo Editora.
- Mori, A. C. (2001). A língua indígena na escola indígena: quando, para que e como? In J. Veiga & A. Salanova (Eds.), *Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto de escola* (pp. 160–171). FUNAI/DEDOC.
- Morin, E., & Terena, M. (2010). *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Editora Garamond.
- Moura, D. A. (2020). *A comunicação pública no rádio e a cobertura do impeachment de Dilma Rousseff: um estudo de caso sobre A Voz do Brasil*. EDUFRN.
- Nascimento, L. G. (2021). *Etnocomunicação Indígena como Prática de Liberdade*





- Decolonialista e Ancestral*. Editora Appris.
- Navarro, E. de A. (2013). *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. Global Editora.
- Nóbrega, R. G., Oliveira, N. A. de, Lima, É. A. R. de, Silva, A. C. de O. e, Almeida, S. A. de, & Nogueira, J. de A. (2020). Prevenção do HIV sob o olhar de mulheres indígenas potiguaras. *Revista de Enfermagem Da UFSM*, 10, 1–23.
<https://doi.org/10.5902/2179769241396>
- Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS); Centro de Documentação Virtual (CDV). (2019). Saúde indígena na mira. *Boletim Projeto Análise Política Em Saúde No Brasil*, 21.
- Okada, A., & Barros, D. M. V. (2010). Ambientes virtuais de aprendizagem aberta: bases para uma nova tendência. *Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*.
- Oliveira-Formosinho, J. (2014). A investigação-ação e a construção de conhecimento profissional relevante. In S. G. Pimenta & M. A. Santoro (Eds.), *Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação* (2nd ed., pp. 27–39). Edições Loyola.
- Oliveira, C. M. da S., Silva, M. R. F. da, Cavalcante, A. S. P., & Júnior, A. R. de C. (2020). O agir ético e afetivo no cotidiano de trabalho da Atenção Primária à Saúde: uma análise integrada à educação popular. In C. A. Paro, R. Pekelman, & M. A. M. Lemões (Eds.), *Coletânea Educação Popular em Saúde – Volume 2: Educação Popular e a (re)construção de práticas cuidadoras* (pp. 31–49). Editora do CCTA.
- Oliveira, B. P. de. (2017). *Mídia índio(s): comunidades indígenas e novas tecnologias de comunicação*. Contra capa.
- Oliveira, K. E. de. (2009). OS TERREIROS E O TORÉ: O DIÁLOGO ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA NO FORTALECIMENTO DO POVO XUKURU DO ORORUBÁ (PE). *Cadernos Do LEME*, 1(1), 47–66.
- Organização Mundial da Saúde. (2008). *Eliminação mundial da sífilis congênita: fundamento lógico e estratégia para ação*. WHO Press.
- Organização Pan-Americana da Saúde. (2019). *Organização Mundial da Saúde publica novas estimativas sobre sífilis congênita*. <https://www.paho.org/pt/noticias/28-2-2019-organizacao-mundial-da-saude-publica-novas-estimativas-sobre-sifilis-congenita>
- Paiva, E. B. (2013). *Narrativas indígenas: construindo identidades e constituindo-se em fontes de informação*. UFPB.

- Palitot, E. M., & Oliveira, K. E. de. (2021). DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E PROCESSOS POLÍTICOS NO NORDESTE. In E. do A. Heleno, E. P. do Nascimento, J. J. da S. Moraes, & M. A. S. P. Barbotin (Eds.), *A pesquisa na universidade necessária* (pp. 189–204). Editora UFPB.
- Passos, P. M. B. (2021). *Manual de produção de mídia digital em formato podcast como estratégia de fortalecimento da comunicação interna da Rede EBSEH* (p. 62).
- Pessotto, A. H. V. (2016). Quem somos, como nos vemos e como nos identificamos. As questões de identidade, cultura nacional e diversidade na TV paga no contexto da Globalização. In D. P. Renó, M. “Tuca” Américo, A. F. Magnoni, & F. Irigaray (Eds.), *O cinema documentário como argumento político dos povos indígenas* (1st ed., pp. 77–94). UNR Editora. Editorial de la Universidad Nacional de Rosario.
- Primo, A. F. T. (2005). Para Além da Emissão Sonora: as interações no podcasting. *Intexto*, 2(13), 1–23. <https://doi.org/10.19132/1807-8583200513.64-87>
- Ribeiro, A. A., Arantes, C. I. S., Gualda, D. M. R., & Rossi, L. A. (2017). Aspectos culturais e históricos na produção do cuidado em um serviço de atenção à saúde indígena. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 22(6), 2003–2012. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017226.13362016>
- Ribeiro, A. G. (2009). Rádio e Educação. In *História da mídia sonora: experiências, memórias e afetos de norte a sul do Brasil* (pp. 200–249). EDIPUCRS.
- Ribeiro, D. (2014). *O Povo Brasileiro, A Formação e o Sentido do Brasil* (3rd ed.). Global Editora.
- Rodrigues, I., & Moraes, D. (2020). TDIC NA EDUCAÇÃO: O AVASUS COMO PLATAFORMA DE FORMAÇÃO EM SAÚDE NO BRASIL. *Anais Do XVII (ESUD) 2020: Anais Do VI (CIESUD) 2020: Docência Online: Cenários e Desafios Da Educação Em Rede*.
- Saraceni, V., Leal, M. do C., & Hartz, Z. M. de A. (2005). Avaliação de campanhas de saúde com ênfase na sífilis congênita: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 5(3), 263–273.
- Scutter, S., Stupans, I., Sawyer, T., & King, S. (2010). How do students use podcasts to support learning? *Australasian Journal of Educational Technology*, 26(2), 180–191. <https://doi.org/10.14742/ajet.1089>
- Sebriam, D., & Gonsales, P. (2016). *Inovação Aberta em Educação: conceitos e modelos de negócios* (pp. 1–98).
- Sebriam, D., Markun, P., Gonsales, P., Paulo, E. S., Martins, A. M., Vogado, A., Junior,

- R., Neves, C., Moreira, C., Thomas De Ross, C., Campagnucci, F., Toscano, M., Amaral, M. D., Peres De Lima, R., Rodrigues, S. H., Trinca, T. P., & Wanderley, Y. B. (2017). *Como implantar uma política de educação aberta e de Recursos Educacionais Abertos*. Cereja Editora.
- Severino, A. J. (2021). A emancipação dos povos colonizados na proposta educacional freiriana: decolonização e interculturalidade. *Comunicação & Educação / Revista Do Departamento de Comunicações e Artes Da Escola de Comunicações e Artes Da Universidade de São Paulo, Dossiê 100 anos de Paulo Freire*, 106–120.
- Silva, A. A. da, & Oliveira, S. de. (2012). Os Índios e a Tecnologia: uma Relação de Ressignificação Possível. In F. E. Albuquerque & S. A. de Almeida (Eds.), *Educação escolar indígena e diversidade cultural* (pp. 330–344). Editora da PUC Goiás.
- Silva, T. S. e. (2019). Das conversas nas noites estreladas da aldeia para a sala de aula: a literatura oral indígena como fonte para a construção de materiais e métodos adequados às escolas indígenas. *Revista Prática Docente (RPD)*, 4(2), 546–558.
<https://doi.org/https://doi.org/10.23926/RPD.2526-2149.2019.v4.n2.p546-558.id520>
- Soares, D. (2006). *Educomunicação: o que é isto?*
- Stumpf, I. R. C. (2006). Pesquisa bibliográfica. In Jorge; Duarte & A. Barros (Eds.), *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação* (pp. 51–61). Atlas.
- Sun, A., & Chen, X. (2016). Online education and its effective practice: A research review. *Journal of Information Technology Education: Research*, 15(2016), 157–190.
<https://doi.org/10.28945/3502>
- Tenório, M. da S. (2016). *Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguará: uma ferramenta de gestão na assistência à saúde do povo indígena*. Universidade Federal da Paraíba - UFPB.
- Thiollent, M. (2011). *Metodologia da pesquisa-ação* (18th ed.). Cortez Editora.
- Tiago, Z. da S., Picoli, R. P., Graeff, S. V.-B., Cunha, R. V. da, & Arantes, R. (2017). Underreporting of gestational, congenital and acquired syphilis among indigenous peoples in Mato Grosso do Sul State, Brazil, 2011-2014. *Epidemiologia e Serviços de Saúde: Revista Do Sistema Único de Saude Do Brasil*, 503–512.
<https://doi.org/10.5123/S1679-49742017000300008>
- Travancas, I. (2006). Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In Jorge; Duarte & A. Barros (Eds.), *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação* (pp. 98–124). Atlas.
- Tribunal de Contas da União. (2017). *Acórdão 2019/2017*.
- Tupinambá, R. M. (2016). *Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos*.


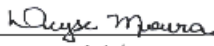
- Jornal de Fato - Cultura. <https://www.brasildefatopr.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originaarios>
- UFRN. (2018). *RELATÓRIO CURSO DE FORMAÇÃO DOS APOIADORES*.
- UNESCO and Commonwealth of Learning 2011. (2015). *A Basic Guide to Educational Open Resources (OER)* (A. (COL) Kanwar & S. (UNESCO) Uvalic-Trumbic (Eds.)). United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- UNESCO Institute for Lifelong Learning. (2015). *Lifelong Learning*. UIL.
- United Nations. (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. UN General Assembly.
- Vieira, J. G. (2012). *Amigos e competidores: política faccional e feitiçaria nos Potiguara da Paraíba*. Universidade de São Paulo.
- Wenczenovicz, T. J. (2018). Saúde Indígena: reflexões contemporâneas. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, 7(1), 63–82. <https://doi.org/10.17566/ciads.v7i1.428>
- Wiley, D. A. (2002). Connecting Learning Objects to Instructional Design Theory: A Definition, a Metaphor, and a Taxonomy. In D. A. Wiley (Ed.), *The Instructional Use of Learning Objects*. Agency for Instructional Technology and Association for Educational Communications & Technology.
- Zuculoto, V. R. M. (2012). *A programação de rádios públicas brasileiras*. Insular.

Anexo 2 – Relatório da atividade de extensão

		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS				
Extensão		EMITIDO EM 25/04/2022 16:06				
RELATÓRIO DE CURSOS E EVENTOS DE EXTENSÃO						
Código:	EV178-2022					
Título:	Oficina - Podcast como ferramenta de comunicação indígena em saúde					
Tipo de ação:	EVENTO					
Área Temática:	SAÚDE					
Coordenador(a):	JEFERSON LUIS PIRES ROCHA					
Tipo de Relatório:	RELATÓRIO FINAL					
Valor da taxa de matrícula:	R\$ 0,00					
Valor arrecadado:	R\$ 0,00					
Público Estimado:	53 pessoas					
Público Real Atingido:	16 pessoas					
Situação do Relatório:	Enviado em 25/04/2022 16:06:12					
Esta ação foi realizada:	SIM					
Membros da Equipe						
Nome	Categoria	Função	Início	Fim	CH Total	CH Semanal
JEFERSON LUIS PIRES ROCHA	SERVIDOR	COORDENADOR(A)	29/03/2022	30/03/2022	0	0
ANDRE LUIZ FREIRE GAVAZZA	SERVIDOR	COLABORADOR(A)	29/03/2022	30/03/2022	8	8
DEYSE ALINI DE MOURA	EXTERNO	COORDENADOR(A) ADJUNTO(A)	29/03/2022	30/03/2022	20	20
Atividades:						
Atividades Relacionadas:	Período Realização:	Carga Horária:	Andamento Objetivo:	Situação Objetivo:		
1. Oficina Podcast como ferramenta de comunicação indígena em saúde	29/03/2022 a 30/03/2022	8 h	100 %	CONCLUÍDO 		
Execução da(s) atividade(s):						
A atividade foi proveitosa pela participação do público local, trocas de experiências e indicações para que a própria comunidade possa produzir seus podcasts a partir do conteúdo apresentado durante a oficina e das cartilhas distribuídas.						
Atividades Relacionadas:	Período Realização:	Carga Horária:	Andamento Objetivo:	Situação Objetivo:		
2. Preparação da Oficina	29/03/2022 a 30/03/2022	12 h	100 %	CONCLUÍDO 		
Execução da(s) atividade(s):						
A equipe organizou as atividades com montagem do espaço, finalização de apresentações, recepção e apoio aos participantes						
Detalhamento das atividades desenvolvidas:						
Apresentação em Eventos Científicos: 0 apresentações.						
Resumo sobre a apresentação:						
Artigos Científicos produzidos a partir da ação de extensão: 0 artigos						
Resumo sobre o Artigo:						
Outras produções geradas a partir da ação de Extensão: 1 produções						
Resumo sobre a Produção:						
Apostila para produção de podcast realizada pela coordenação da ação de extensão.						
Informações do Projeto						
Dificuldades Encontradas:						
Líderes da comunidade que se comprometeram com a divulgação não conseguiram atingir um público grande interessado.						
Observações Gerais:						
Apesar da falta de mobilização, o público que compareceu às atividades se apresentou disposto a participar e contribuíram com o bom desempenho dos trabalhos.						
Planos de Trabalho Cadastrados						
Não há planos de trabalho cadastrados para os discentes desta ação						
Lista de Arquivos						
Dia 2 do Evento						
Apresentação do Projeto e material didático						
Recepção dos Inscritos						
Detalhamento de utilização dos recursos financeiros						
Não há itens de despesas cadastrados						
Validação do Departamento						
Departamento:	DIREÇÃO DO CCSA					
Data Análise:						
Avaliador(a):						
Parecer Depto.:	NÃO ANALISADO					
Justificativa:						
Validação da Proex						


Clique na imagem para acessar o arquivo.

Anexo 3 – Folha de rosto da pesquisa, gerada pela Plataforma Brasil

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: MODELO DE COMUNICAÇÃO PARA PREVENÇÃO DE SÍFILIS POR MEIO DE TECNOLOGIAS DE EDUCOMUNICAÇÃO: Estudo de caso aplicado à saúde pública a partir de sujeitos e saberes locais			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 20			
3. Área Temática: Estudos com populações indígenas; Pesquisas com coordenação e/ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro;			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: DEYSE ALINI DE MOURA			
6. CPF: 225.249.278-30	7. Endereço (Rua, n.º): PRAIA DE PITITINGA, 965 NOVA PARNAMIRIM Apto 101 PARNAMIRIM RIO GRANDE DO NORTE 59151820		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 84991369740	10. Outro Telefone:	11. Email: deyse.moura@gmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: 03 / 01 / 2022		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN		13. CNPJ: 24.365.710/0001-83	14. Unidade/Orgão: Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde
15. Telefone: (84) 3342-5079	16. Outro Telefone: 84 99111-6551		
Termo de Compromisso (do responsável pela Instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta Instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: Ricardo Alexsandro De Medeiros Valentim		CPF: 874.550.214-53	
Cargo/Função: Diretor Executivo - Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS)			
Data: 03 / 01 / 2022		Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			

Clique na imagem para acessar o arquivo.

Anexo 4 – Carta de anuência para realização da pesquisa na comunidade



CARTA DE ANUÊNCIA

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada **MODELO DE COMUNICAÇÃO PARA PREVENÇÃO DE IST ATRAVÉS DE TECNOLOGIAS DE EDUCOMUNICAÇÃO E STREAMING: Estudo de caso aplicado à saúde pública a partir de sujeitos e saberes locais**, a ser realizada no município de Baía da Traição (PB), pela pesquisadora **Deyse Alini de Moura**, sob orientação do professor **Juciano de Sousa Lacerda (UFRN/BR)**, que utilizará as metodologias de estudo de caso e pesquisa-ação para, por meio de informações coletadas junto à Comunidade Indígena Potiguara da região, em seminário, estudar de quais formas de comunicação sonora essa população mais se utiliza, com os objetivos principais de **formar agentes locais para a produção de podcasts, programas de rádio ou boletins sonoros, visando à disseminação de informações sobre saúde em plataformas streaming, listas de transmissão, disponibilização em redes sociais e sites ou, ainda, veiculação em emissoras de rádio locais; e converter esse conhecimento em Recurso Educacional Aberto (REA), acessível à toda população indígena brasileira**. A pesquisa faz parte de iniciativa do Ministério da Saúde do Brasil, em Cooperação Técnica e Científica Internacional. O Projeto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica **'PESQUISA APLICADA PARA INTEGRAÇÃO INTELIGENTE ORIENTADA AO FORTALECIMENTO DAS REDES DE ATENÇÃO PARA RESPOSTA RÁPIDA À SÍFILIS' (2018-2021)** tem a população indígena como uma de suas populações-chave, atendendo a recomendação do Tribunal de Contas da União. O Acórdão publicado pelo TCU em 2017 enfatiza, em seu item 121, a necessidade do **uso de estratégias para que os indivíduos absorvam a informação sobre a doença**. Diz o documento (2017:23): **"É preciso adaptar a linguagem utilizada para direcionar a mensagem para grupos susceptíveis, utilizar estratégias diferentes para cada grupo específico de receptor (índios, adolescentes, mulheres etc.)"**.

Necessitamos, portanto, ter acesso à Comunidade Indígena Potiguara localizada em Baía da Traição para realização de seminário, de grupo focal para validação do REA e, ainda, colher depoimentos e imagens para um minidocumentário. Ao mesmo tempo, pedimos autorização para que **o nome do povo Potiguara de Baía da Traição (PB) possa constar no relatório final**, bem como em futuras publicações na forma de artigo científico.

Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS)
Hospital Universitário Doutor Osório Lopes (HUOL)
Av. Senador Salgado Filho - S/N - Natal/RN - Brasil
Contato: comunicacao@lais.lacel.ufrn.br

Clique na imagem para acessar o arquivo.

Anexo 5 – Parecer da CONEP favorável à realização da pesquisa

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MODELO DE COMUNICAÇÃO PARA PREVENÇÃO DE SÍFILIS POR MEIO DE TECNOLOGIAS DE EDUCOMUNICAÇÃO: Estudo de caso aplicado à saúde pública a partir de sujeitos e saberes locais

Pesquisador: DEYSE ALINI DE MOURA

Área Temática: Estudos com populações indígenas;
Pesquisas com coordenação e/ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro;

Versão: 3

CAAE: 47616721.9.0000.5292

Instituição Proponente: Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde

Patrocinador Principal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.176.995

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas das Informações Básicas do Projeto (arquivo "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1679052.pdf", gerado em 17/11/2021).

INTRODUÇÃO

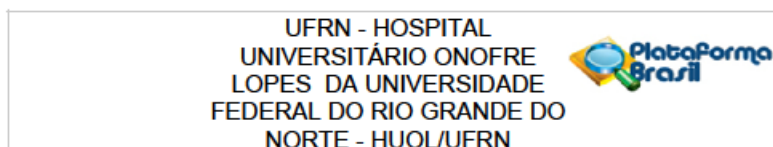
A sífilis, infecção sexualmente transmissível (IST) causada pela bactéria *Treponema Pallidum*, apesar de antiga e de simples prevenção e tratamento, representa, ainda atualmente, um sério problema de saúde pública mundial, em virtude do elevado número de ocorrências da infecção, principalmente em países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Mesmo em países desenvolvidos, a doença tem alcançado elevação em seu número de casos, especialmente nos últimos dez anos. De acordo com estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2008), são mais de 8 milhões de pessoas afetadas pela infecção em todo o mundo a cada ano. Dados mais recentes do Boletim Epidemiológico da Sífilis (2019) revelam números preocupantes com relação ao Brasil. No que se refere à sífilis adquirida, no período de 2010 a junho de 2019, foram notificados 650.258 casos, com uma taxa de detecção de 75,8 casos de sífilis adquirida por 100 mil habitantes em 2018. Já sobre a sífilis em gestantes, no período de 2005 a junho de 2019,

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-040
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br

Página 01 de 18

Clique na imagem para acessar o arquivo.

Anexo 6 – Parecer do CEP favorável à realização da pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MODELO DE COMUNICAÇÃO PARA PREVENÇÃO DE SÍFILIS POR MEIO DE TECNOLOGIAS DE EDUCOMUNICAÇÃO: Estudo de caso aplicado à saúde pública a partir de sujeitos e saberes locais

Pesquisador: DEYSE ALINI DE MOURA

Área Temática: Estudos com populações indígenas;
Pesquisas com coordenação e/ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro;

Versão: 4

CAAE: 47616721.9.0000.5292

Instituição Proponente: Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde

Patrocinador Principal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.200.504

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas das Informações Básicas do Projeto (arquivo "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1679052.pdf", gerado em 17/11/2021).

INTRODUÇÃO

A sífilis, infecção sexualmente transmissível (IST) causada pela bactéria *Treponema Pallidum*, apesar de antiga e de simples prevenção e tratamento, representa, ainda atualmente, um sério problema de saúde pública mundial, em virtude do elevado número de ocorrências da infecção, principalmente em países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Mesmo em países desenvolvidos, a doença tem alcançado elevação em seu número de casos, especialmente nos últimos dez anos. De acordo com estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2008), são mais de 6 milhões de pessoas afetadas pela infecção em todo o mundo a cada ano. Dados mais recentes do Boletim Epidemiológico da Sífilis (2019) revelam números preocupantes com relação ao Brasil. No que se refere à sífilis adquirida, no período de 2010 a junho de 2019, foram

Endereço: Avenida Nilo Peçanha, 620 - Prédio Administrativo - 1º Andar - Espaço João Machado
Bairro: Petrópolis CEP: 59.012-300
UF: RN Município: NATAL
Telefone: (84)3342-5003 E-mail: cep.huol@ebserh.gov.br

Página 01 de 09

Clique na imagem para acessar o arquivo.

Anexo 7 – Autorização da Secretaria de Saúde Indígena

SEI/MS - 0024939482 - Despacho

https://sei.saude.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimi...



Ministério da Saúde
Secretaria Especial de Saúde Indígena
Gabinete

DESPACHO

SESAI/GAB/SESAI/MS

Brasília, 21 de janeiro de 2022.

Ao Distrito Sanitário Especial Indígena - Potiguara,

Trata-se de resposta ao Despacho DSEI/POTIGUARA (SEI nº 0024863318), que solicita análise e autorização para realização de pesquisa de doutorado intitulada “Modelo de Comunicação para Prevenção de Sífilis por meio de Tecnologias de Educomunicação: estudo de caso aplicado à saúde pública a partir de sujeitos e saberes sociais”, a ser realizada pela pesquisadora Deyse Alini de Mourado, discente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Diante da documentação apresentada a Coordenação de Gestão da Atenção da Saúde Indígena - COGASI manifesta-se favorável à execução do Projeto de pesquisa e salienta estar de acordo com a adequação do tema proposto.

Isto posto, encaminhe-se para ciência e providências.

ROBSON SANTOS DA SILVA
Secretário Especial de Saúde Indígena



Documento assinado eletronicamente por **Robson Santos da Silva, Secretário(a) Especial de Saúde Indígena substituto(a)**, em 21/01/2022, às 20:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



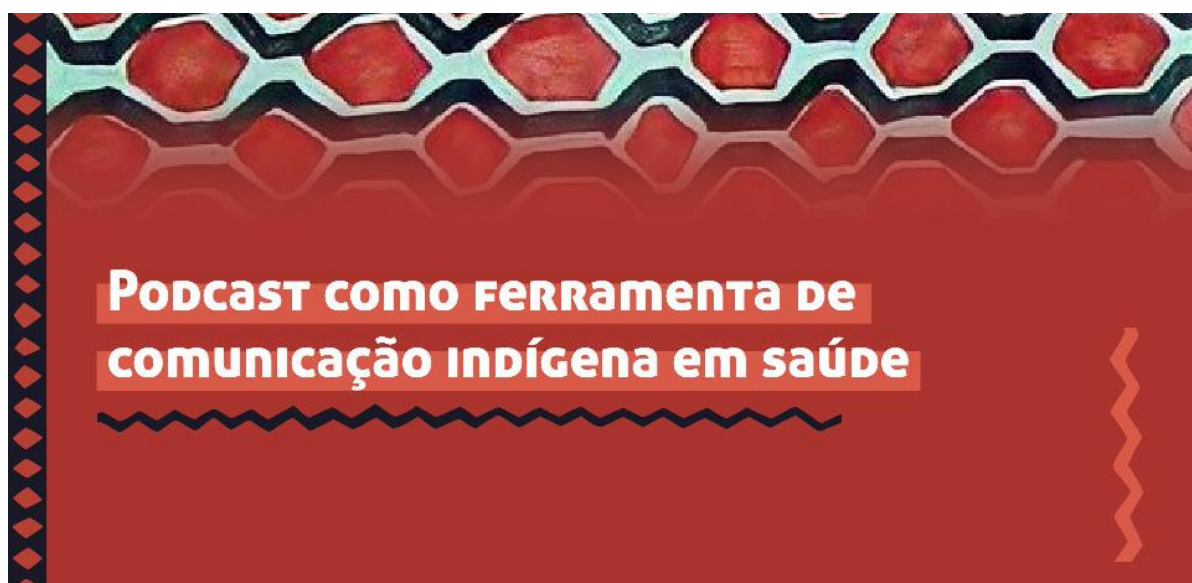
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0024939482** e o código CRC **A98AE00C**.

Referência: Processo nº 25058.000048/2022-05

SEI nº 0024939482

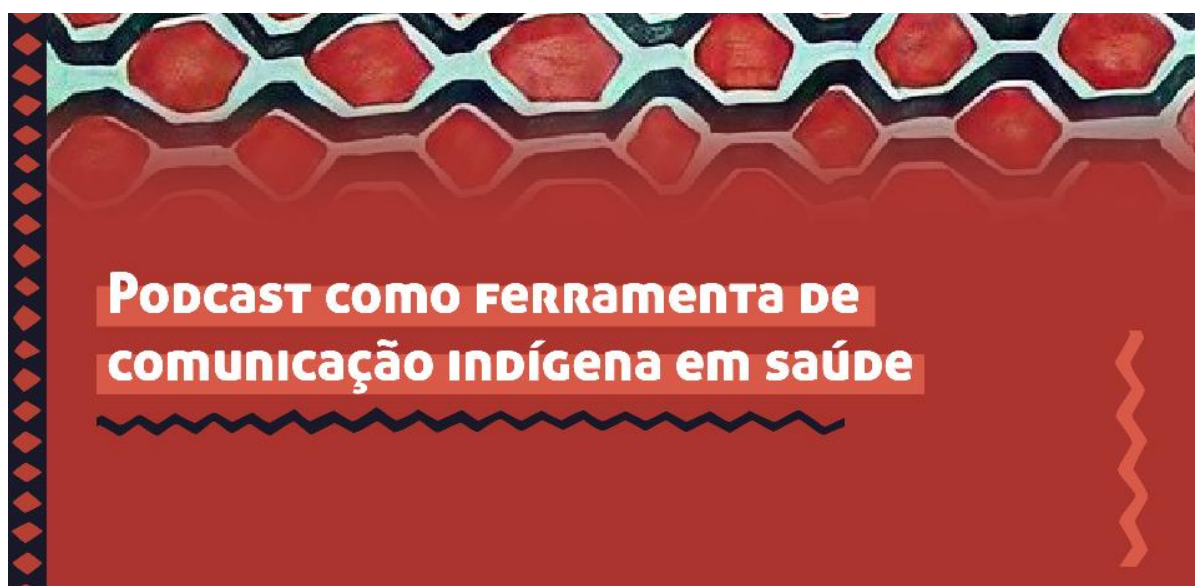
Clique na imagem para acessar o arquivo.

Anexo 8 – Apresentação utilizada na oficina no Dia 1



Clique na imagem para acessar o arquivo.

Anexo 9 – Apresentação utilizada na oficina no Dia 2



Clique na imagem para acessar o arquivo.

*Anexo 10 – Relatório de retroação – Exposição Retiro Doutral do DMAD.
Artefacto Sinta, Ouça, Ame (S.O.A)*



Clique na imagem para acessar o arquivo.